

**DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM
SEGURANÇA, DEFESA E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**



**ATUAÇÃO POLÍTICA E ESTRATÉGICA MARÍTIMA DA ÍNDIA:
CONDICIONALISMOS FACE À EXPANSÃO MARÍTIMA DA CHINA
NO INDO-PACÍFICO**

Mestranda: Carolina Marques Fernandes de Matos

Presidente do Júri: Professora Dra. Maria José Faria Feio

Arguente: Professor Dr. Tiago Vasconcelos

Orientador: Professor Dr. Luís Eduardo Matos Dias Ramos

2026

Aveiro

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, professor Luís Dias Ramos, a quem apresento a mais sincera admiração pelo seu profissionalismo e tempo prestado na elaboração da presente dissertação. Foi um gosto enorme ser orientada por um professor que tenho em tão alta estima, pela sua persistência e emoção ao ofício.

Agradeço ao Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, ao seu corpo docente e a todos os profissionais que desde o início me proporcionaram um ambiente favorável à aprendizagem e crescimento.

Às minhas colegas, Catarina, Juliana e Sofia, obrigada por trazerem para Aveiro a vossa sabedoria, entusiasmo e alegria, e por tornarem o meu percurso no ISCIA memorável.

Aos meus pais, Luís Eduardo Fernandes de Matos e Isabel Marques de Matos e, ao meu irmão Salvador, pelo amor e apoio incondicional durante todo o meu percurso académico e vida pessoal.

À minha família que tanto estimo, obrigada pelas preocupações, conselhos e palavras de carinho. Um obrigada muito especial aos meus tios, Olinda e Mário, à Guida, às minhas avós e tia Paula. Desejo ainda um obrigada muito especial à Família Balagueiras Branco, em especial ao Hélder e à Patrícia.

À Bia, Jéssica, Bea e Juliana, obrigada pela motivação, acompanhamento neste processo e por todos os momentos convosco, por me proporcionarem as maiores gargalhadas e alegrias da minha vida pessoal e académica. Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu namorado Ravi, que me acompanhou pessoalmente durante o primeiro fim de semana no ISCIA, que esteve comigo, que me ajudou e releu a minha dissertação.

Obrigada, sem vocês nada disto seria possível!

Resumo

A presente investigação aborda a atuação política e estratégica marítima da Índia no Indo-Pacífico, de 1947 até 2024, face à crescente expansão marítima da República Popular da China na região. Argumentamos que a atuação estratégica da Índia, no domínio marítimo, é condicionada por fatores geopolíticos, nomeadamente a expansão da Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN) no Oceano Índico, área primária de influência da Marinha Indiana. Recorremos à análise da estratégia *String of Pearls* como um instrumento de contenção e desafio à influência regional da Índia e do seu papel como *net security provider* no Indo-Pacífico.

Sob uma perspetiva ontológica objetiva e epistemológica positivista, baseamos o estudo qualitativo numa lógica dedutiva, descritiva e exploratória quanto aos seus objetivos, histórica, monográfica e comparativa relativamente aos procedimentos.

Recorre-se à Teoria do Realismo Neoclássico da Política Internacional através da análise das variáveis independentes: distribuição relativa de poder; clareza; ambiente estratégico, e variáveis intervenientes: cultura estratégica e imagem do líder. Recorre-se ainda à Teoria Geral da Estratégia e aos fatores de decisão estratégica: objetivo, meios de coação, meio/ambiente, tempo e contrário. A Teoria do Poder Marítimo de Mahan complementa o enquadramento teórico como pertinente ao estudo estratégico do poder marítimo. A combinação destes indicadores teóricos sustenta a análise dos condicionalismos estratégicos impostos pela expansão marítima da China, e a forma de atuação política e estratégica da Índia face aos mesmos.

A análise permitiu identificar a operacionalização da estratégia *Necklace of Diamonds*, pela Índia, como instrumento estratégico reativo de contra cerco e de reforço das capacidades marítimas, através de relações colaborativas de cariz militar, económico e diplomático com potências com presença regional. A Índia procura simultaneamente uma estratégia de competição e cooperação com a China.

Palavras-Chave: Estratégia Marítima da Índia; Indo-Pacífico; String of Pearls; Necklace of Diamonds; Teoria Geral da Estratégia; Teoria do Realismo Neoclássico da Política Internacional;

Abstract

The current investigation addresses India's political and strategic maritime activities in the Indo-Pacific from 1947 to 2024, in light of the People's Republic of China's growing maritime expansion in the region. We argue that India's strategic actions in the maritime domain are conditioned by geopolitical factors, namely the expansion of the People's Liberation Army Navy (PLAN) in the Indian Ocean, the primary area of influence of the Indian Navy. We use the analysis of the *String of Pearls* Strategy as an instrument of containment and challenge to India's regional influence and its role as a net security provider in the Indo-Pacific.

From an objective ontological and positivist epistemological perspective, we base the study on a deductive, descriptive, and exploratory logic in terms of its objectives, and a historical, monographic, and comparative logic in terms of its qualitative data collection procedures.

The Neoclassical Realism Theory of International Politics is applied through the independent variables: relative distribution of power; clarity; strategic environment, and intervening variables: strategic culture and leader image. The General Theory of Strategy and strategic decision factors are also applied: objective, means of coercion, environment, time, and adversary. Mahan's Theory of Maritime Power complements the theoretical framework and is pertinent to the strategic study of maritime power. The combination of these theoretical indicators supports the analysis of the strategic constraints imposed by China's maritime expansion and India's political and strategic response to these constraints.

The analysis identified the implementation of the *Necklace of Diamonds* strategy as a reactive strategic instrument to counter encirclement, and strengthen maritime capabilities through military, economic, and diplomatic relations with powers with a regional presence. India is simultaneously pursuing a strategy of competition and cooperation with China.

Keywords: India's Maritime Strategy; Indo-Pacific; String of Pearls; Necklace of Diamonds; General Theory of Strategy; Neoclassical Realism Theory of International Politics.

Índice

Resumo.....	ii
Índice de Tabelas.....	vi
Índice de Figuras	vii
Lista de siglas.....	viii
1. Introdução	1
2. Revisão de literatura.....	6
2.1. O Indo-Pacífico.....	7
2.2. A Índia e o Indo-Pacífico.....	10
2.3. A China e o Indo-Pacífico	12
2.4. Relação Cooperação-Competição no Indo-Pacífico	15
3. Enquadramento Teórico	18
3.1. Teoria Realista Neoclássica da Política Internacional	18
3.2. A Teoria Geral da Estratégia	21
3.3. A Teoria do Poder Marítimo de Mahan.....	23
4. Método	26
4.1. Desenho de Investigação	27
4.2. Quanto à Lógica – O Método Dedutivo.....	27
4.3. Quanto ao Procedimento – Os Métodos Histórico e Monográfico.....	28
4.3.1. Método Comparativo – Método Auxiliar.....	29
4.4. Quanto aos Objetivos – Os Métodos Descritivo e Explanatório	30
4.5. Quanto à Técnica de Recolha de Dados – Documentação Indireta	30
5. A Índia.....	32
5.1. Contexto Histórico.....	32
5.2. Atuação Política e Estratégia Marítima da Índia	36
5.2.1. Fator de Decisão Estratégica: Meio/Ambiente.....	37
5.2.2. Fator de Decisão Estratégica: Objetivo	39
5.2.3. Fator de Decisão Estratégica: Meios de Coação	41
5.2.4. Fator de Decisão Estratégica: Tempo.....	47
5.2.5. Fator de Decisão Estratégica: Contrário.....	48
6. A Estratégia Marítima Expansionista da China no Indo-Pacífico.....	50
6.1. Contexto Histórico	50
6.2. Pilares da Estratégia Marítima Expansionista da China no Indo-Pacífico.....	52
6.2.1. Meio/Ambiente.....	52
6.2.2. Objetivo.....	53

6.2.3.	Meios de Coação	55
6.2.4.	Tempo.....	59
6.2.5.	Contrário.....	61
7.	A relação Sino-Indiana.....	62
7.1.	Breve Contextualização Histórica.....	63
7.2.	Estratégia String of Pearls.....	64
7.3.	Análise Comparativa dos Fatores de Decisão.....	68
7.3.1.	Objetivos	68
7.3.2.	Meio/Ambiente.....	71
7.3.3.	Meios de Coação	73
7.3.4.	Tempo.....	77
7.3.5.	Conclusões.....	78
7.4.	Análise segundo a TRNPI.....	79
7.4.1.	Variáveis Independentes.....	79
7.4.2.	Variáveis Intervenientes	85
7.4.3.	Conclusões.....	88
8.	Conclusão	90
8.1.	Revisão do Estudo	90
8.2.	Resultados da Investigação.....	93
8.3.	Lacunas	95
8.4.	Áreas para futura investigação.....	95
	Bibliografia	97

Índice de Tabelas

TABELA 1 - CONDIÇÕES DO PODER MARÍTIMOS APLICADAS À ÍNDIA. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.....	38
TABELA 2 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA ÍNDIA.....	40
TABELA 3 - ANÁLISE DAS CAPACIDADES MARÍTIMAS DA ÍNDIA - ELABORAÇÃO PRÓPRIA.....	42
TABELA 4 - EXERCÍCIOS BILATERAIS E MULTILATERAIS REALIZADOS EM COOPERAÇÃO COM A MARINHA INDIANA AO NÍVEL REGIONAL.....	45
TABELA 5 - OBJETIVOS DE SEGURANÇA E DEFESA DA CHINA.....	54
TABELA 6 - CAPACIDADES E MEIOS DE COAÇÃO DA MARINHA DO PLAN.....	56
TABELA 7 - ANÁLISE COMPARATIVA DE CAPACIDADES MARÍTIMAS: ÍNDIA VS. CHINA.....	74

Índice de Figuras

FIGURA 1 - MAPA GEOGRÁFICO DO INDO-PACÍFICO	9
FIGURA 2 – TIMELINE DE ACONTECIMENTO HISTÓRICOS NA ÍNDIA. ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE NA LITERATURA.	35
FIGURA 3 - TENDÊNCIA DO ORÇAMENTO DA DEFESA DA ÍNDIA.	43
FIGURA 4 - TENDÊNCIA DO ORÇAMENTO DA DEFESA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA EM TERMOS REAIS	57
FIGURA 5 - MAPA STRING OF PEARLS.....	66
FIGURA 7 - SOBREPOSIÇÃO DO AMBIENTE ESTRATÉGICO: NECKLACE OF DIAMONDS VS STRING OF PEARLS	72
FIGURA 8 - LINHA DO TEMPO: RELAÇÃO ÍNDIA-CHINA.....	77
FIGURA 9 - GASTOS COM A DEFESA POR PAÍS E SUB-REGIÃO NA ÁSIA EM 2024.	80

Lista de siglas

ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático

CORPAT – Patrulha Coordenada

EUA – Estados Unidos da América

FA – Forças Armadas

GF – Guerra-Fria

HADR – Humanitarian Assistance and Disaster Relief

IFC-IOR – Centro de Fusão de Informações para a Região do Oceano Índico

IN – Marinha Indiana

IMSS – Indian Maritime Security Strategy

IOR – Região do Oceano Índico

IONS – Simpósio Naval do Oceano Índico

IP – Indo-Pacífico

IPOI – Iniciativa *Indo Pacific Oceans*

MDA – Sensibilização para o Domínio Marítimo

OE – Objetivo Específico

OG – Objetivo Geral

ONU – Organização das Nações Unidas

PC – Plataforma Continental

PCC – Partido Comunista Chinês

PE – Política Externa

PI – Política Internacional

PLA – Exército de Libertação Popular

PLAN – Marinha do Exército de Libertação Popular

PM – Primeiro-Ministro

QD – Questão Derivada

QUAD – Quadrilateral Security Dialogue

RI – Relações Internacionais

SAARC – Associação Sul Asiática para a Cooperação Regional

SAGAR – Segurança e Crescimento para Todos na Região

SAR – Busca e Resgate

SCO – Organização de Cooperação de Xangai

SI – Sistema Internacional

SLOCs – Rotas de Comunicação Marítima

TGE – Teoria Geral da Estratégia

TRNPI – Teoria do Realismo Neoclássico da Política Internacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UNCLOS – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

UNPKOs – Operações de Paz da ONU

ZEE – Zona Económica Exclusiva

1. Introdução

A investigação que se segue é realizada no âmbito de dissertação de Mestrado em Segurança, Defesa e Resolução de Conflitos, no Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração (ISCIA). Visamos fornecer uma avaliação detalhada da atuação política e estratégica marítima da Índia e, de que forma esta é, ou pode ser condicionada pela expansão marítima da China no Indo-Pacífico, no período compreendido entre 1947 e o final de 2024.

A escolha da Índia para objeto de estudo central da dissertação justifica-se pela sua emergência como potência económica, militar e política, e pela sua posição geopolítica e estratégica no Indo-Pacífico. O Indo-Pacífico enquanto conceito geográfico não é novo, contudo, enquanto conceito político e estratégico tem vindo a impor-se gradualmente, no âmbito da Política Externa (PE) (He & Li, 2020).

Com a globalização e o desenvolvimento tecnológico, assistimos a um aumento da importância do mar e, particularmente o seu papel como via de interação comercial, política, sociocultural e estratégica. O desenvolvimento e prosperidade da Índia estão intimamente correlacionados com o domínio marítimo (Silva, 2023). Enquanto um dos principais atores securitários regionais, consideramos o estudo da Índia determinante para a compreensão das dinâmicas de poder regionais e, em última instância, internacionais.

Com o final da Guerra Fria o *status quo* regional modificou-se. Um dos maiores contributos a equacionar foi a “crescente presença da China no tabuleiro de xadrez regional” (Bouchard & Crumplin, 2010, p. 29). Neste contexto, a análise dos desafios e oportunidades que a Índia enfrenta, face à expansão marítima da China no Indo-Pacífico, é crucial para avaliar o impacto geoestratégico e securitário na dimensão regional e internacional.

O eixo geoestratégico mundial alterou-se do Oceano Atlântico para a região do Indo-Pacífico (Indian Navy, 2015). O Indo-Pacífico é responsável por cerca de 50% da população mundial, 60% do PIB e 2/3 do crescimento económico global (Silva, 2023). “Globalmente, a região não só é estrategicamente relevante, como também representa a zona mais conturbada e perigosa do mundo” (Bouchard & Crumplin, 2010, p. 27),

alimentada pelo intervencionismo militar e político de potências estrangeiras, assim como outras questões culturais, sociais e políticas. Uma área, embora agitada, geograficamente crucial, nomeadamente devido ao significado dos seus recursos energéticos, Rotas de Comunicação Marítimas (SLOCS) estrategicamente relevantes e pontos de estrangulamento (*choke points*) (Bouchard & Crumplin, 2010).

Neste quadro geopolítico complexo, poder-se-ão desenvolver processos estratégicos a considerar, nomeadamente entre a Índia e a China, que procuram garantir uma presença marítima e acesso alargado a recursos energéticos (Bouchard & Crumplin, 2010). No Oceano Índico, enquanto a China se expande a nível marítimo e militar (Scott, 2008; Kumar, 2009), a Índia reage a políticas divergentes como a Estratégia chinesa *String of Pearls* e, desenvolve as suas próprias capacidades navais, procurando garantir os seus próprios interesses nacionais (Chaudhury, 2007).

No âmbito desta dissertação de mestrado, pretendemos estudar os conceitos que constituem o seu nome, Segurança, Defesa e Resolução de Conflitos. Uma investigação das dinâmicas dos emergentes ‘gigantes asiáticos’ é academicamente relevante para o paradigma mundial e estabilidade regional, fulcral para a previsão de tendências geopolíticas e formulação de estratégias securitárias eficazes. O curso da atuação da Índia poderá moldar a dinâmica da segurança global no futuro (Malhotra, 2022). A explicação das implicações da expansão marítima chinesa para a região do Indo-Pacífico e, especificamente, o impacto e resposta estratégica da Índia, contribui não apenas para o avanço teórico em estudos de Segurança e Relações Internacionais (RI) mas também para a formulação de estratégias securitárias eficazes, políticas de defesa e cooperação internacional, até num contexto distante como no caso de Portugal. A Índia é uma potência emergente, devendo ser analisada ao pormenor pelo seu potencial político, económico e militar. Conjuga reflexão teórica e analisa, empiricamente, dinâmicas no que concerne à estabilidade global, questões referentes a mecanismos de cooperação e resolução de conflitos. Ao centrar-se na Índia, enriquecemos a compreensão do tema em análise.

Identificamos e explicitamos a seguinte questão central, à qual a investigação procura responder:

De que formas poderá a atuação política e estratégica marítima da Índia ser condicionada pela expansão marítima da China no Indo-Pacífico?

Com base na questão exposta, identificamos o seguinte Objetivo Geral (OG):

Explicar de que formas poderá a atuação política e estratégica marítima da Índia ser condicionada pela expansão marítima da China no Indo-Pacífico.

Identificamos os respetivos Objetivos Específicos (OE), correlacionando-os com as Questões Derivadas selecionadas:

OE1: Analisar os pilares da atuação política e estratégica marítima da Índia.

OE2: Analisar os pilares da expansão marítima da China no Indo-Pacífico.

OE3: Analisar as consequências do recurso à estratégia *String of Pearls* pela China para a atuação política e estratégica marítima da Índia.

Com base nos três Objetivos Específicos expostos, apresentamos as seguintes Questões Derivadas (QD), as quais pretendemos resposta individual:

QD1: Quais os pilares da atuação política e estratégica marítima da Índia?

QD2: Quais os pilares da expansão marítima da China no Indo-Pacífico?

QD3: Quais as consequências do recurso à estratégia *String of Pearls* pela China para a atuação política e estratégica marítima da Índia?

Estruturalmente, esta investigação é dividida em 8 (oito) capítulos, de modo a fornecer uma resposta clara à questão central.

Iniciamos com a Revisão de Literatura, que conclui o restante Capítulo 2 (dois). Pretende-se, simultaneamente, apresentar a literatura selecionada para a realização da investigação, bem como as lacunas literárias existentes, as quais pretendemos colmatar.

O Capítulo 3 (três) faz referência ao Enquadramento Teórico. Teoricamente, recorreremos à Teoria Geral da Estratégia (TGE)¹ e à Teoria Realista Neoclássica da Política Internacional (TRNPI)², como teorias principais e à Teoria do Poder Marítimo do Almirante Alfred T. Mahan³, como teoria complementar.

O Capítulo 4 (quatro) é dedicado ao Método. Metodologicamente, recorreremos à utilização de uma ontologia objetiva e epistemologia positivista. Aludimos ao método quanto à lógica, dedutiva; quanto aos objetivos, descritivo e explicativo; quanto aos procedimentos, histórico, monográfico e comparativo (método auxiliar) e; quanto à técnica de recolha, método de documentação indireta.

O Capítulo 5 (cinco) é dedicado à descrição e exploração do objeto de estudo, a Índia. Ao seu contexto histórico, político e marítimo, com preeminência nas dimensões estratégica, marítima, económica e securitária. Pretende fornecer uma orientação ampla das capacidades do estado indiano, em concordância com a QD1 e o OE1. Recorreremos à utilização da TGE e dos Fatores de Decisão Estratégica, nomeadamente *Objetivos, Meios, Meio de Coação, Tempo e Contrário*.

O Capítulo 6 (seis) faz referência à expansão marítima da China no Indo-Pacífico, aos seus pilares e influências. A ascensão político-económica de Beijing é um fator significativo de modificação estrutural na dinâmica regional e internacional. Com base nesta conjuntura, pretendemos dar resposta à QD2 e, em concordância com o OE2, descrever e explicar os pilares da estratégia marítima e expansionista da China no Indo-Pacífico, recorrendo à TGE e, em concordância, com os Fatores de Decisão Estratégica.

No Capítulo 7 (sete) analisamos a relação Índia-China e explicamos a Estratégia *String of Pearls*, com foco no seu impacto regional. Esta estratégia, proposta no início do século XXI por Booz Allen Hamilton, explica a recente assertividade marítima da China no Indo-Pacífico e as suas ambições regionais e económicas e o desgaste da estabilidade da Índia (Khurana, 2008). Embora seja admitida no mundo ocidental, e por políticos e estrategas indianos, não é formalmente reconhecida pelo governo chinês, ou adotada nas suas

¹ Presente no Subcapítulo 3.2.

² Presente no Subcapítulo 3.1.

³ Presente no Subcapítulo 3.3.

políticas oficiais. A sua escolha está correlacionada com o ambiente geopolítico em que a Índia está inserida, enquanto estado democrático com fortes relações ocidentais, e com o teor académico da investigação. Pretendemos dar resposta à QD3 e, conseqüentemente, explicar as conseqüências da utilização da *String of Pearls* na atuação política e estratégica marítima da Índia (OE3). Recorremos à TGE, e aos seus Fatores de Decisão, e à TRNPI e às suas variáveis independentes e intervenientes.

Finalmente, o Capítulo 8 (oito) é dedicado à Conclusão.

2. Revisão de literatura

Pretendemos contribuir para a literatura académica existente, nomeadamente para estudos de natureza estratégica e geopolítica, particularmente no campo das RI. A identificação de lacunas na literatura existente poderá conduzir a futuros estudos e discussões em questões de segurança, defesa e resolução de conflitos.

A Ásia está em constante mutação, por conseguinte, as equações de poder ainda estão em evolução (Chellaney, 2011). No século XXI assistimos a um novo paradigma, uma mudança de “perspetiva euro-atlântica para uma perspetiva indo-pacífica”, e a um “reposicionamento do poder económico e militar mundial em direção à Ásia” (Indian Navy, 2015, p. ii). Esta mudança nas relações de poder pode ser explicada pelo declínio da relevância das instituições internacionais criadas pelos Estados Unidos da América (EUA) e aliados após a Segunda Guerra Mundial, e consequentemente pela necessidade de reformas institucionais de grande alcance ou mesmo novas instituições e regras e, devido à “própria ascensão da Ásia como principal credor e locomotiva económica” (Chellaney, 2011, p. 298).

No âmbito desta investigação ressaltamos a Índia e a China como potências regionalmente emergentes e internacionalmente relevantes. Já desde 2006, Donald Berlin admitia que a emergência da Índia consistia, por si só, um fator de crescente relevância regional (Berlin, 2006). A literatura existente sobre a Índia e a sua política marítima aborda, principalmente, a necessidade da Índia recuperar a sua perdida “glória marítima” no cenário político global (Sreelekha, 2024).

Não sendo proficiente em hindi ou mandarim, esta investigação é baseada significativamente em fontes disponibilizadas em inglês ou português. Adicionalmente, procuramos atribuir um tratamento justo e imparcial na escolha e análise de fontes e, privilegiamos a diversidade das mesmas.

Desde o início da investigação não foi possível aceder ao website *IndianNavy.gov.in.*, local oficial da Marinha Indiana, onde é possível encontrar disponíveis documentos e estudos estratégicos oficiais, pertencentes ao governo da República da Índia de uma forma simplificada e direta. Para colmatar tal fragilidade, recorreremos a websites externos para a

recolha de livros e sua leitura. Outra dificuldade sentida, adveio da carência de documentos relevantes para o estudo disponíveis de forma gratuita. O documento estratégico “*Ensuring Secure Seas: Indian Maritime Security Strategy*”, que apresenta a mais recente estratégia marítima da Índia, foi publicado em 2015 e, não obstante à sua relevância, encontra-se datado. Relativamente aos estudos estratégicos e marítimos provenientes da República Popular da China, admitimos dificuldade na sua investigação e leitura.

Apesar da imensidão de literatura existente relativa ao Indo-Pacífico, as análises exaustivas da Iniciativa *Belt and Road* e das dinâmicas geopolíticas regionais, especialmente no que concerne à China, escassas são as análises que abordam, de forma integrada, a resposta estratégica da Índia à expansão marítima chinesa. A maioria dos estudos privilegia uma perspetiva centrada na China e, utiliza a Índia apenas como ator estratégico secundário. Ademais, as investigações permanecem descritivas, empíricas e, carecem de modelos teóricos estruturados, de modo a articular variáveis relevantes.

Apresentamos originalidade académica ao propor uma focalização na Índia enquanto ator estratégico principal, no enquadramento teórico escolhido, nomeadamente através da utilização da TRNPI, da TGE, e da utilização de um modelo analítico comparativo. Pretendemos que a investigação ofereça um contributo original para a literatura académica em língua portuguesa e para o debate internacional sobre o equilíbrio de poder.

2.1.O Indo-Pacífico

À medida que as dinâmicas de poder mudam, também o mesmo acontece com a concetualização de regiões. A crescente importância do conceito Indo-Pacífico (IP) é uma consequência das dinâmicas económicas regionais, particularmente, a ascensão política, económica e estratégica da Índia (Pulipaka & Musaddi, 2021).

O termo Indo-Pacífico remonta as suas origens ao geopolítico Karl Haushofer na década de 1920, e à sua obra *Indopazifischen Raum* (Li, 2021). Na Índia, admitimos a sua utilização pela primeira vez em 1940, pelo historiador Kalidas Nag (Raghavan, 2019).

Na história contemporânea, o conceito foi proposto em janeiro de 2007 no documento intitulado “*Security of Sea Lines: Prospects for India-Japan Cooperation*”, no âmbito do Instituto para a Defesa, Estudos e Análises (IDSA) de Nova Delhi (Khurana, 2007).

Ademais, em agosto do mesmo ano, o Ex-Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe, advertiu novamente para a relevância do termo, no seu discurso intitulado «Confluência dos Dois Mares» (Heiduk & Wacker, 2020). “O seu discurso serviu, posteriormente, de base para a formação ideacional do *Quad*” (Jaknanihan, 2022, p. 46) onde se “prevê uma estratégia pela qual a Austrália, a Índia, o Japão e o estado americano do Havai formam um diamante para salvaguardar os bens comuns marítimos que se estendem da região do Oceano Índico ao Pacífico Ocidental” (Hayashi, 2013).

A multipolaridade emergiu na Ásia durante este período, e quadros como a Ásia-Pacífico revelaram-se limitados e “incapazes de satisfazer as atuais exigências geopolíticas ou de responder aos compromissos económicos emergentes” (Pulipaka & Musaddi, 2021, p. 3).

O conceito combina a Região do Oceano Índico (IOR) e a Região do Pacífico Ocidental (WP), para uma construção regional singular (Khurana, 2017), amplamente aceite entre oceanógrafos para representar a região biogeográfica “que inclui as águas tropicais do Oceano Índico e, o Oceano Pacífico ocidental e central” (Mohan, 2012, p. 6). A sua delimitação visual, é perceptível na Figura 1. Particularmente, a IOR é o terceiro maior oceano do mundo, com aproximadamente 74 milhões de km² e cerca de 20% da porção marítima global. Uma região complexa e dinâmica que frequentemente constitui palco de competição e cooperação mundial (Brewster, 2012). Estrategicamente posicionado, concentra a passagem para 80% do comércio mundial de petróleo (Dantas, 2020). Ligado ao fator económico, no Indo-Pacífico, a travessia dos recursos energéticos e comerciais é fundamental, incluindo a manutenção de SLOCs e *choke points*⁴ relevantes (Kumar, 2009).

⁴ Conceito abordado com maior profundidade no Subcapítulo 2.3.

Figura 1 - Mapa Geográfico do Indo-Pacífico



Fonte: Camroux e Jaffrelot, 2025

Notavelmente, a Austrália foi o primeiro país a adotar oficialmente o termo Indo-Pacífico, no seu *White Paper* de 2013 (He & Li, 2020), admitindo o “surgimento do Indo-Pacífico como um único arco estratégico”. Define-o como abrangente do “Oceano Índico Oriental até ao Oceano Pacífico, ligado pelo Sudeste Asiático, incluindo a Índia, Norte da Ásia e Estados Unidos da América” (Government of Australia, 2017, p. 119). Semelhantemente, os EUA adotaram o conceito Indo-Pacífico em 2017, através da “*National Security Strategy of the United States of America*” e, mais tarde, “*Indo-Pacific Strategy Report*” de 2019 (Pulipaka & Musaddi, 2021).

Na Índia, a sua atuação política e estratégica para o Indo-Pacífico foi enunciada pelo atual Primeiro-Ministro (PM) Narendra Modi, em 2018, no Diálogo de Shangri-La, como uma região “livre, aberta [e] inclusiva”, com centralidade na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e conectividade (Ministry of External Affairs of India, 2018). A conceção geográfica do Indo-Pacífico no Japão e Índia abrange uma área vasta, “desde os EUA, no Pacífico Ocidental até à Costa Leste de África” (Haruko, 2020). Atualmente, o termo é utilizado por líderes políticos asiáticos para articular a confluência dos dois oceanos, no contexto da ascensão da China e da emergência da Índia (Mohan, 2012).

No entanto, “a China parece estar relutante em identificar-se como parte do Indo-Pacífico” (He & Li, 2020, p. 1), apesar da expansão das suas ambições económicas e estratégicas para os Oceanos Índico e Pacífico⁵.

O futuro institucional do Indo-Pacífico “enfrenta obstáculos institucionais, ideacionais e práticos” (He & Li, 2020, p. 7). Ameaças tradicionais como a divisão política regional, ao nível da segurança e cooperação, concorrência económica, estratégica e militar, assim como ameaças não tradicionais, incluindo o terrorismo, o extremismo social e político, insurreições, fluxos de refugiados e tráficos de seres humanos (Chellaney, 2011) são necessárias ter em conta. Até ao momento, o conceito ainda não foi oficializado, por nenhuma instituição multilateral (He & Feng, 2020).

2.2.A Índia e o Indo-Pacífico

A emergência do termo Indo-Pacífico evidencia a proeminência da Índia como ator regional essencial (Pulipaka & Musaddi, 2021). “A Índia pode influenciar significativamente a ordem em evolução do Indo-Pacífico, enfrentando desafios internos, aproveitando pontos fortes e oportunidades de cooperação e mantendo um compromisso com o crescimento inclusivo e a cooperação” (Bhonsale e Bansal, 2024, p. 8).

Até ao início dos anos 2000, a Índia recusou adotar o termo Indo-Pacífico devido a uma “combinação de fatores históricos, estratégicos e regionais” (Bhonsale e Bansal, 2024, p. 2). Embora a sua rejeição inicial, Nova Delhi abraçou oficialmente o conceito no Diálogo *Shangri-La* de 2018, no qual o PM Narendra Modi apresentou a visão estratégica da Índia para o Indo-Pacífico. No entanto, a Índia insiste na utilização do termo ‘inclusivo’, em contraste aos termos ‘livre’ e ‘aberto’, associados pela China à narrativa de contenção dos EUA (Rajagopalan, 2020).

Em 1945, já Panikkar defendia a criação de um ‘anel de aço’ à volta do Oceano Índico, com o estabelecimento de bases marítimas avançadas em Singapura, Sri Lanka, Maurícias

⁵ Até à data, nenhum documento oficial, por parte do Governo do Partido Comunista Chinês (PCC), utiliza explicitamente o termo Indo-Pacífico, apesar da sua interação com o mesmo (He & Li, 2020). A relutância para a utilização do termo, por parte dos líderes da China pode advir da perceção do mesmo, na crença de que o termo tem como objetivo “conter a ascensão” (He & Li, 2020, p. 2) da China e sua marinha.

e Iémen e, porventura o Vietname, para assegurar o controlo do Mar da China Meridional e bloqueio da China no Oceano Índico (Panikkar, 1945). Mohan justifica os movimentos expansivos da Índia para o cumprimento dos seus objetivos e aponta para a necessidade de estabelecer ligações multilaterais, nomeadamente com os principais Estados pertencentes à ASEAN, com os EUA, Japão e China (Mohan, 2012). O mesmo autor identifica locais estratégicos adicionais ao pensamento de Panikkar, incluindo Seychelles, Madagáscar, Omã e Qatar, no flanco ocidental, Maldivas e Mianmar, no flanco sul e Singapura no flanco leste (Mohan, 2012). Atualmente, os estrategas indianos defendem o ambiente de segurança da Índia, que se estende do Golfo Pérsico até ao Estreito de Malaca (Ministry of Defence of India, Annual Report 2000-2001). A IN fornece especial atenção a passagens estratégicas em torno da África Austral, da Península Arábica (incluindo o Estreito de Ormuz e Bab-el-Mandeb) e Oceanos Índico e Pacífico (os Estreitos de Malaca, Sunda e Lombok) (Brewster, 2012), coincidentes com a Figura 1.

A PE da Índia na região do Indo-Pacífico concentra-se no desenvolvimento sustentável, inclusão e cooperação (Bhonsale & Bansal, 2024) regional. Orientada pela Política *Act East*, pela visão *SAGAR*⁶ e pela Iniciativa *Indo-Pacific Oceans* (IPOI), a sua abordagem visa o “reforço de relações económicas, na construção de parcerias estratégicas e na promoção de intercâmbios culturais” (Bhonsale e Bansal, 2024, p. 3). Visa o respeito pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) e outras questões adicionais que concernem ao combate de ameaças tradicionais e não tradicionais (Brewster, 2012).

A localização estratégica da Índia na região do Indo-Pacífico confere-lhe a oportunidade de aprofundar as suas relações diplomáticas, e garantir “simultaneamente estabilidade e previsibilidade para o comércio e o investimento” (Bhonsale e Bansal, 2024, p. 5). As várias iniciativas multilaterais e alinhamentos múltiplos, nas quais a Índia se tem envolvido, permitem a sua autonomia estratégica. “Enquanto se envolve em colaborações específicas, navega pela complexa rivalidade entre os EUA e a China e coopera com potências médias em interesses comuns fora das preocupações explícitas de defesa”

⁶ Segurança e Crescimento para Todos na Região (*SAGAR*). Explanado no Subcapítulo 5.2.

(Joseph, 2024). A presença marítima da Índia é impulsionada por uma dinâmica reativa (Brewster, 2012) à expansão marítima da China no Indo-Pacífico.

Simultaneamente, apresenta um cariz económico: “as estratégias económicas da Índia na região Indo-Pacífico refletem a sua crescente influência e compromisso com a prosperidade e estabilidade regional” (Bhonsale e Bansal, 2024, p. 5). De acordo a Energy Information Administration (EIA) dos EUA, em 2016, a Índia era a terceira maior consumidora e importadora de petróleo ao nível mundial (Upadhyaya, 2020) e cerca de 70% dos seus fornecimentos provinham da região do Golfo Pérsico e Ásia Ocidental. Quer isto dizer que, qualquer perturbação política que se desenrole nestas regiões é suscetível de afetar o fornecimento energético. É necessário a diversificação de fontes de abastecimento energético, assim como o aumento de produção interna (Saran, 2017).

Para tal, a Índia tem de reconciliar interesses geopolíticos com a sua realidade interna (Saran, 2017). Os indianos mantêm-se fiéis a uma visão de grandeza nacional (Cohen, 2001) que outrora apresentaram. Contudo, apresenta deficiências quanto ao seu poder real no cenário internacional⁷. A nível internacional, a Índia é percecionada como detentora de algumas capacidades de grande potência, como capacidade nuclear, populacional e militar e, com potencial de possuir outras, incluindo o poder económico e projeção de poder militar. Em consonância com estas capacidades e objetivos, o orçamento para a defesa, principalmente marítima, aumentou de modo significativo nos últimos anos (Brewster, 2012). A Índia deve equilibrar o “envolvimento, a dissuasão e a formação de coligações com laços culturais, a fim de reforçar a sua posição estratégica na região Indo-Pacífico.” (Bhonsale e Bansal, 2024, p. 7).

2.3.A China e o Indo-Pacífico

Como previamente mencionado “a China tem rejeitado consistentemente a utilização do conceito Indo-Pacífico na sua política oficial” (Jaknanihan, 2022, p. 35). Na sua perspetiva, o conceito de Indo-Pacífico representa a hegemonia ideacional e material de potências estrangeiras que procuram contrair a preeminência chinesa (Jaknanihan, 2022).

⁷ Nomeadamente fragilidades militares (dependência externa de importações para a construção de equipamento e infraestruturas militares; fragilidades económicas; fragilidades internas (desafios socioeconómicos); e fragilidades diplomáticas (constrangimentos fronteiriços).

A China, persiste na utilização do termo estratégico Ásia-Pacífico, compreendendo a “incompatibilidade inerente imposta pelo conceito Indo-Pacífico” para com os interesses da China e aliados (Jaknanihan, 2022, p. 45).

A presença da China na IOR remonta ao passado, às 7 (sete) viagens do Almirante Zheng He ao Oceano Índico nas primeiras décadas do século XV (Mohan, 2012). Posteriormente, a “Dinastia Ming desmantelou a frota do tesouro do Almirante Zheng He” (Holmes et al., 2009, p. 1). Uma combinação de sucessões imperiais, conflitos e ameaças continentais conduziram a uma inversão consciente do carácter marítimo na China (Holmes et al., 2009), para uma concentração estratégica terrestre e continental.

Em 1985, realizou o seu primeiro exercício, com 10 (escalas) e 1 (uma) esquadra no Oceano Índico, “em Karachi no Paquistão, Colombo no Sri Lanka, e Chittagong no Bangladesh” (Mohan, 2012, p. 110). Neste mesmo período, começou a implantar planos para atingir capacidades de *Blue Water Navy* (Brewster, 2012). Atualmente, a prosperidade económica da China advém da globalização e interconectividade, não apenas regional, como também mundial (Saran, 2017).

Os fatores mais significativos que justificam a presença do Exército de Libertação Popular (PLA) da China e da sua Marinha (PLAN) na região do IP são os fatores económico, energético e comercial. Neste sentido, a segurança energética desempenha um objetivo primordial na agenda da segurança nacional, tal como a manutenção e proteção de SLOCS e fontes de abastecimento estrategicamente relevantes (Mohan, 2012). Cerca de 85% do petróleo destinado à China atravessa o Oceano Índico e, mais importante, o Estreito de Malaca⁸. Pelo Estreito de Malaca passam cerca de ¼ do comércio mundial (Kaplan, 2011) e cerca de 80% das importações energéticas da China (Upadhyaya, 2020).

Chellaney (2011) sublinha vários desenvolvimentos, por parte da China, desde 2010, “desde a inclusão do Mar do Sul da China nos seus interesses nacionais fundamentais (..), até à apresentação do Mar Amarelo como uma zona exclusiva para operações militares chinesas (..)” (Chellaney, 2011, p. 22), colocando em perigo questões de soberania e zonas disputadas, como as Ilhas Spratly e Senkaku (Chellaney, 2011). Destaca ainda disputas

⁸ O Estreito de Malaca, liga “o Mar de Andamão e o Oceano Índico ao Mar do Sul da China e ao Oceano Pacífico (Upadhyaya, 2020, p. 8).

territoriais e fronteiriças com a Índia, na fronteira comumente partilhada nos Himalaias, Arunachal Pradesh (Chellaney, 2011).

Nos últimos anos “tem-se assistido a uma expansão constante do poder marítimo chinês no Oceano Índico” (Upadhyaya, 2020, p. 1). Inicialmente o seu foco estratégico incidia sobre Myanmar (Mohan, 2012). Atualmente, a China está envolvida no financiamento e construção de infraestruturas marítimas e comerciais, nomeadamente em Gwandar (Paquistão), Hambantota (Sri Lanka), Kyaukpyu (Myanmar) e Sonadia (Bangladesh) (Brewster, 2012) e, Estados insulares do Oceano Índico Ocidental, como as Ilhas Seychelles e Maurícias (Mohan, 2012).

A China pretende “conquistar uma posição de liderança na formação da ordem regional” (Jaknanihan, 2022, p. 40), autoproclamando uma “ascensão pacífica” (Chellaney, 2011, p. 303). Durante as Dinastias Song e Ming, não foram estabelecidas bases de cariz militar ou presenças permanentes coercivas no Oceano Índico. A China procurava apenas o acesso aos mares e estabelecer relações cooperativas com os estados litorais, contrariamente às potências europeias (Kaplan, 2011). Apela agora a esta pacificidade histórica para justificar a crescente presença marítima regional. Os seus movimentos expansionistas são justificados pela forte presença da Marinha dos EUA na sua área natural de influência, pela procura de maior liberdade de ação, conectividade e segurança económica (Mohan, 2012). A política interna e externa da China é caracterizada pela prossecução do *Chinese Dream*⁹, intimamente conectado ao “grande rejuvenescimento nacional” (Jaknanihan, 2022, p. 43). Para tal, a China procura uma diplomacia baseada na boa vizinhança.

As ambições de preeminência regional da China foram solidificadas com a presidência de Xi Jinping, a partir de 2013 (Jaknanihan, 2022), e a sua posterior postura assertiva “materializada pela construção de diversas iniciativas, como a Iniciativa *Belt and Road* e a Organização de Cooperação de Xangai (SCO), vista por muitos como o equivalente chinês à estratégia Indo-Pacífico” (He, 2018).

Em vez de adotar o termo Indo-Pacífico, a China tem vindo a apropriar-se de vários elementos híbridos do conceito, privilegiando características marítimas em detrimento de

⁹ O Sonho Chinês foi cunhado pela primeira vez no discurso presidencial de Xi Jinping, em 2013.

continentais (He, 2018). A estratégia da China para a região do Indo-Pacífico compreende ações congruentes com o seu espaço, de competição e cooperação (Jaknanihan, 2022).

2.4. Relação Cooperação-Competição no Indo-Pacífico

Nenhuma destas grandes civilizações asiáticas deu, no passado, ênfase ao poder marítimo de forma consciente (Mohan, 2012). Apenas com a “globalização é que redescobriram uma abordagem expansiva da estratégia marítima” (Mohan, 2012, p. 39).

A Índia não adota plenamente a estratégia Indo-Pacífico dos EUA. Não rotula exclusivamente a China como uma ameaça comum ao nível regional, motivada pela estreita cooperação entre ambas em diversas áreas (Jaknanihan, 2022). “O país continua cauteloso com a possibilidade de o alinhamento exclusivo reduzir a sua capacidade diplomática” (Rajagopalan, 2020). A concepção da Índia como uma potência média pode moldar a sua concepção estratégica, levando-a a procurar autonomia regional, em detrimento da sua dependência com os EUA (Medcalf, R.; Mohan, Raja C., 2014) e, simultaneamente posicionar-se “ao lado de outros intervenientes relevantes, incluindo a China” (Bhonsale e Bansal, 2024, p. 6).

A rivalidade Índia-China assenta numa dinâmica ação-reação (Brewster, 2012), manifestando um Dilema de Segurança¹⁰ (Mohan, 2012). É abrangente, complexa e multidimensional, na qual cada dimensão envolve elementos de concorrência e de cooperação (Brewster, 2012).

À medida que as suas economias e interesses se globalizam, os seus movimentos irão se “sobrepôr e criar a base para um potencial conflito no Indo-Pacífico” (Mohan, 2012, p. 10). Pode-se admitir que, com o avanço da China para o Oceano Índico e, com o avanço da Índia para o Mar do Sul da China, as potências irão colidir em Myanmar (Kaplan, 2011). A expansão da China é vista com preocupação e interpretada com receio de cerco marítimo à

¹⁰ “(.) cada Estado considera que está a agir defensivamente para proteger a sua segurança nacional, mas estas são vistas como ameaçadoras pelo outro. Cada um reage, então, aumentando os seus preparativos defensivos, que o outro, por sua vez, interpreta como ofensivos, aumentando o ciclo de insegurança” (Mohan, 2012, p. xi).

área de influência da Índia (Mohan, 2012). Este pensamento está intrinsecamente conectado ao conceito *String of Pearls*¹¹.

Mohan (2012) especula sobre a noção de *String of Pearls*, e se esta era prematura e representativa das motivações militares da China no Sul da Ásia. De acordo com esta noção, ligada à segurança energética e marítima, admite que, embora a maioria das “instalações seja de natureza civil, podem certamente ajudar as futuras operações militares do PLAN” (Mohan, 2012, p. 128). Simultaneamente, reflete sobre as motivações crescentes da Índia em explorar oportunidades operacionais costeiras e *offshore*, motivadas pelo crescente interesse da China no Oceano Índico, em que “a presença avançada e as suas estruturas de apoio noutras nações tornaram-se um novo imperativo para as marinhas de ambos os países” (Mohan, 2012, p. 133). Também Kaplan (2011) considera que a entrada da China no Oceano Índico constitui menos um exemplo agressivo e mais uma estratégia comercial legítima, em locais importantes para os interesses militares e económicos da China (Kaplan, 2011).

Brewster questiona se a China desafia seriamente a Índia no Oceano Índico. No decurso da obra *India as an Asia Pacific Power*, (2012) a conclusão é negativa, não descartando a hipótese de competição entre ambas as potências asiáticas. Contrariamente, Nehru¹² considerava publicamente que a China constituía uma ameaça para a Índia, reconhecendo a discrepância de capacidades, na qual a Índia não dispunha recursos militares suficientes para, diretamente, enfrentar a China¹³ (Saran, 2017). A China tem um “impacto direto no espaço estratégico da Índia” (Saran, 2017, p. 106). Enquanto Brewster questiona a validade da narrativa *String of Pearls*, Upadhyaya (2017), argumenta que a mesma detém um impacto significativo no equilíbrio regional.

No entanto, é conveniente para ambos os países demonstrar relações amigáveis, nas quais não constituem ameaça um para outro (Saran, 2017). Ambos os Estados têm interesses em comum, nomeadamente o económico. Ambos compreendem o rápido crescimento económico e de prosperidade nacional e, reconhecem a necessidade mútua em garantir a estabilidade e segurança energética (Mohan, 2012). Os líderes políticos defendem a

¹¹ Conceito abordado no Subcapítulo 7.2. (Página 64).

¹² Primeiro-Ministro desde 1947 a 1964.

¹³ Argumento dado em referência à reivindicação do Tibete, pela China.

cordialidade geopolítica e pacificidade da ascensão das nações (Mohan, 2012). Contudo, não é descabido “supor que Beijing e Nova Delhi começariam a considerar o desenvolvimento das capacidades militares necessárias para proteger os seus interesses económicos *offshore*” (Mohan, 2012, p. 4).

Há uma clara diferença na perceção quanto à legitimidade de utilização da força por cada uma das capitais (Saran, 2017). As inseguranças da Índia em relação à China provêm da agressão de 1962 e do “apoio sustentado de Beijing a Islamabad” (Mohan, 2012, pp. 190), consolidação no Tibete e, a relação profunda com Myanmar, Bangladesh e Nepal (Brewster, 2012). Contrariamente as reservas da China em relação à Índia residem no Tibete e na segurança marítima (Mohan, 2012).

Atualmente, a predominância naval no Oceano Índico ainda reside nos EUA, com ressalvas relevantes, especialmente quando analisamos a ascensão da China e assertividade da Índia no mesmo cenário.

3. Enquadramento Teórico

Este capítulo apresenta as perspectivas teóricas consideradas relevantes para a condução da investigação. Recorre-se à Teoria Realista Neoclássica da Política Internacional e à Teoria Geral da Estratégia como pilares teóricos principais. Recorre-se à Teoria do Poder Marítimo do Almirante Alfred T. Mahan, como teoria geopolítica auxiliar e complementar.

A utilização da TRNPI destacar-se-á por uma análise dos fatores sistémicos, relações de poder, e variáveis intervenientes e independentes, que inevitavelmente influenciam a presença da Índia no Sistema Internacional (SI) e as suas tomadas de decisão estratégica. Recorremos aos autores Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016).

O raciocínio estratégico assume particular relevância. A utilização da TGE é assumida na compreensão de acontecimentos internacionais e da sua complexidade face à constante transformação (Ribeiro, 2022) do SI. A interpretação dos Fatores de Decisão, nomeadamente: Objetivos; Meios; Tempo; Meio/Ambiente; Contrário; aplicados à investigação enriquecem o estudo, e fornecem originalidade, sobretudo aquando aplicado com a TRNPI.

A Teoria do Poder Marítimo de Alfred T. Mahan é utilizada como pilar teórico complementar. Delimitamos o espaço geográfico à região Indo-Pacífico, um espaço marítimo, cuja análise beneficia da explicação suplementar dos pensamentos estratégicos de Mahan. Alguns dos seus conceitos-base são atualmente explorados por estratégias asiáticos, e adotados nas suas políticas internas e externas.

3.1. Teoria Realista Neoclássica da Política Internacional

O Realismo Neoclássico, como concebido por Gideon Rose em 1998¹⁴, procura “corrigir o realismo estrutural¹⁵, através da utilização de variáveis intervenientes nacionais, para explicar anomalias empíricas” (Ripsman, Taliaferro, & Lobell, 2016, p. 12). Insere-se como extensão lógica da tradição realista e anárquica, que analisa a Política Internacional (PI) como uma incerta “luta interminável entre os Estados pelo poder e influência, num

¹⁴ Publicação na Revista World Politics.

¹⁵ Surge em reação à Teoria da Política Internacional de Waltz (1979) e posterior debate.

mundo de recursos finitos e incerteza quanto às interações e capacidades de cada um” (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 43). A PE de um Estado é determinada pela sua posição no SI e, pelas suas capacidades de poder material (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016). Surge como uma concepção estatocêntrica e sistêmica, na qual os Estados estabelecem-se como simbióticos, adaptando-se às ameaças e oportunidades providenciadas pelo SI¹⁶ (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016).

Como teoria sistêmica, colmata lacunas existentes em teorias de *Innenpolitik*¹⁷ e, revela-se uma abordagem multiparadigmática, multinível e eclética que permite a compreensão das dinâmicas existentes e regularidades do SI, de forma holística (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016). A sua utilização nesta investigação prende-se com a resolução de questões de longa duração.

No complexo ambiente externo, considera as seguintes variáveis independentes: a Distribuição relativa do Poder; a Clareza; e o Ambiente Estratégico (assim como a sua relativa permissividade ou restritividade) (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016). Relativamente ao contexto volátil da PI, a distribuição relativa do poder e as suas tendências funcionam como variáveis sistêmicas explicativas da TRNPI, condicionadas por modificadores estruturais do SI, como a tecnologia e a geografia¹⁸. (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016). Por sua vez, são esses modificadores estruturais que moldam os “parâmetros gerais das estratégias possíveis que os Estados podem seguir, bem como o leque de possíveis resultados de negociação entre esses Estados” (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 43).

A influência da distribuição relativa do poder só é efetivamente relevante dependendo da clareza com que são apresentados os modificadores estruturais, e da capacidade de interpretação e filtragem dos decisores políticos. A clareza é fundamental para o sucesso político e estratégico de um Estado. O grau de clareza que os Estados têm sobre as ameaças e oportunidades do SI, e da sua materialização, influencia o equilíbrio dos

¹⁶ O SI é influenciado por movimentos ação-reação (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016).

¹⁷ Consideramos o realismo estrutural, o liberalismo e construtivismo. Pouco elucidam sobre a PE e, consequentemente sobre a política internacional (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016).

¹⁸ “Tal como Hans Morgenthau e outros, também incluem recursos intangíveis, como a moral nacional e a qualidade da liderança e da diplomacia, como elementos do poder nacional.” (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 44).

mesmos, das suas capacidades militares e económicas envolventes e/ou conjuntas. É igualmente necessário “um exato conhecimento das capacidades e das intensões adversárias” (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 48). A clareza do ambiente externo varia de acordo com a dinâmica temporal, sistémica e subsistémica, “a revelar diferentes quantidades de informação sobre a força e a condicionalidade das restrições e oportunidades, bem como respostas estratégicas ótimas” (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 51).

Os autores distinguem, ainda, entre ambientes estratégicos permissivos e restritivos. “Em igualdade de circunstâncias, quanto mais iminente for a ameaça ou oportunidade, (...) mais restritivo é o ambiente estratégico do Estado. Pelo contrário, quanto mais remota for a ameaça ou oportunidade, mais permissivo é o ambiente estratégico” (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 52). Em ambos os ambientes, o sistema pode fornecer sinais claros sobre a natureza, horizontes temporais e opções políticas, contudo, podem ser fornecidas informações insuficientes (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016). O carácter do *hegemon* varia ao longo de um *continuum* entre a cooperação e a competição. Um ambiente permissivo, frequentemente incentiva ações cooperativas, incluindo “a liberalização do comércio, a redução das despesas com a defesa, participação em acordos de segurança coletiva, limitação do armamento e, reafectação de forças navais e terrestres” (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 111). Contrariamente, um ambiente restritivo incentiva ações agressivas, medo e ódio.

Ao nível interno, a TRNPI organiza variáveis intervenientes em quatro grupos coerentes: Imagem do Líder; Cultura Estratégica; Relação Estado-sociedade; e Instituições Internas (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016). Condicionantes do comportamento dos Estados e como os mesmos “respondem às pressões sistémicas, (..) à grande estratégica e à política internacional” (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 58). Esta investigação incidirá na análise das duas primeiras variáveis intervenientes (Imagem do Líder e Cultura Estratégica) aplicadas ao estudo da Índia, em primeiro plano e, da China, em segundo plano, no Capítulo 7.

A imagem do líder, relevante a curto prazo, está intrinsecamente ligada com a qualidade informacional, interna e externa. A informação é sujeita a filtros cognitivos e explicada

através de códigos operacionais¹⁹. Estes restringem “a forma como os decisores processam a informação em situações de crise, quando a informação tende a ser incompleta, esmagadora e/ou contraditória” (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 62), podendo ser considerada errônea. Consequentemente, a reação aos desafios e oportunidades no SI irá divergir conforme a imagem do líder. Maioritariamente, são adotadas estratégias em aversão à perda de poder relativo, estatuto ou prestígio do Estado (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016).

A cultura estratégica é adaptada à ação governamental, ao impacto dos acontecimentos históricos e às imposições externas (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016). Influencia tanto a tomada de decisões de PE, a liberdade de ação a curto prazo e planejamento estratégico a longo prazo, como a “forma como o Estado percebe e se adapta aos estímulos sistêmicos e mudanças estruturais na capacidade material” (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 66). Condiciona padrões específicos de mudança e continuidade, notório ao nível das dinâmicas de alianças (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016). Incentiva à coordenação e colaboração com Estados e grupos externos, ao nível comercial, político, social e securitário.

Os objetivos, liberdade de ação e planejamento estratégico da Índia estão sujeitos a variáveis independentes, diretamente influenciadas por variáveis intervenientes.

3.2.A Teoria Geral da Estratégia

Silva Ribeiro define a Estratégia como “a ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coação num dado meio e tempo, para se materializarem objetivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo” (Ribeiro, 2022, p. 22).

“A estratégia é uma ciência, porque se compõe de um objeto preciso, suscetível de investigação e análise, com recurso a ferramentas teóricas e práticas independentes, ciclicamente transformadas pela atividade intelectual. Integra, ainda, um método de investigação e análise que explica convenientemente os fenómenos estratégicos (factos e

¹⁹ Inclui um conjunto de crenças (filosóficas, políticas e instrumentais) fundamentais para a compreensão, interpretação e orientação da tomada de decisão (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016).

acontecimentos) quanto à sua essência, causalidade e efeitos, recorrendo a ferramentas teóricas (perspetivas) e a ferramentas práticas (técnicas) próprias ou emprestadas de outras ciências sociais.” (Ribeiro, 2022, pp. 22-23).

É considerada arte, de “combinação de fatores de decisão, usando, para cada um deles, a parte subjetiva e a parte objetiva dos critérios de “adequabilidade²⁰, exequibilidade²¹ e aceitabilidade²², que são a essência do cálculo estratégico” (Ribeiro, 2022, p. 27).

A conceção do processo estratégico inicia-se com a análise profunda do ambiente estratégico admitido, assim como dos seus atores²³, e segue com o estabelecimento de objetivos básicos e do poder nacional para os alcançar (Ribeiro, 2022). Um entendimento claro dos objetivos e fins a alcançar representam uma pré-condição necessária à estratégia (Ribeiro, 2022).

A tomada de decisões baseada na dinâmica de incertezas do cenário global pode debruçar-se sobre o processo conjuntivo²⁴ ou disjuntivo²⁵ (Ribeiro, 2022). As formas de ação estratégica podem ser adotadas sob formas de ação pacífica e formas de ação não pacífica. Nesta investigação, descreveremos dinâmicas envolventes aos dois processos, diretamente ligadas ao nosso objeto de estudo, a Índia, e ao seu contrário, a China.

Silva Ribeiro considera os seguintes fatores de decisão estratégica: Objetivo²⁶; Meios de Coação²⁷; Meio; Tempo e; Contrário (Ribeiro, 2022), que constituem fatores-base para a

²⁰ A adequabilidade é determinada pelo princípio da importância do objetivo. Associada à lógica inicial da vantagem estratégica. Simultaneamente, avalia se a modalidade de ação está adaptada à realidade do Estado e, verifica possibilidade de desenvolvimento. (Ribeiro, 2022).

²¹ A exequibilidade é determinada pelo princípio da economia de esforço. Avaliação das capacidades necessárias, assim como os recursos dispostos pelo Estado para a operacionalização da modalidade de ação.

²² A aceitabilidade é determinada pelo princípio da liberdade de ação (Ribeiro, 2022).

²³ Semelhante ao modelo SWOT, que considera potencialidades e vulnerabilidades, assim como oportunidades e ameaças (Ribeiro, 2022).

²⁴ Caracterizam-se por “relações de cooperação, acomodação e assimilação”, onde o SI está em harmonia, os atores partilham interesses compatíveis e, “atuam consensualmente para a materialização de objetivos convergentes” (Ribeiro, 2022, p. 201) para a criação de vantagens materiais e imateriais mútuas (Ribeiro, 2022)

²⁵ Caracterizam-se por relações conflituais, “de oposição e de competição” (Ribeiro, 2022, p. 201) onde no SI predominam interesses incompatíveis e, os atores “atuam em desacordo para a materialização de objetivos divergentes, criando problemas materiais e espirituais recíprocos” (Ribeiro, 2022, p. 201).

²⁶ Determina o fim estratégico. A sua análise deve considerar a sua natureza e características, o seu significado para os Estados interessados, assim como para o contrário, de modo a desenvolver “o potencial mássico (forças materiais ou tangíveis) e o potencial dinâmico (forças morais ou intangíveis) a utilizar” (Ribeiro, 2022, pp. 106-107).

²⁷ “(..) são os meios de coação que determinam a possibilidade de se iniciar uma ação estratégica” (Ribeiro, 2022, p. 111).

elaboração da investigação. A sua descrição e explicação, especificamente no caso da Índia, será abordada em maior pormenor no Capítulo 5 e, no Capítulo 6, no caso da expansão marítima da China como complementar de menor profundidade.

“A estratégia estuda e estabelece o caminho a seguir, as ações a realizar com os meios de coação, no meio e no tempo disponíveis para alcançar e/ou manter os objetivos fixados pela política, ou seja, responde à pergunta «como se vai fazer?»” (Ribeiro, 2022, p. 39).

Assim, quem dispuser de arte estratégica, o estrategista²⁸, possui a “hábil formulação e operacionalização da modalidade de ação” e articulação de fatores “que se desenvolvem nos níveis de decisão e execução exigidos pela complexidade do aparelho do Estado” (Ribeiro, 2022, p. 28). Para a obtenção de vantagem estratégica, as questões e ações devem ser calculada pelo estrategista com precaução, devido à sua complexidade e imprecisão. A luta pela liberdade de ação é a essência da estratégia (Beaufre, 2004).

3.3.A Teoria do Poder Marítimo de Mahan

Alfred Thayer Mahan (1840-1914), o “estrategista americano mais importante do século XIX” (Keegan, 2009, p. 272) interpreta o mar como um grande comum, um meio através do qual o comércio e a força militar fluem livremente, essencial para a vitalidade e longevidade (Rath, 2014) de um Estado. Recorremos a duas obras centrais – *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783* (1890) e *The Problem of Asia: Its Affects upon International Politics* (2017 [1900])²⁹.

A relevância teórica para a investigação prende-se, não somente com a ênfase dada ao mar como indicador de poder estratégico, como também com a relação evidenciada por Mahan entre uma potência em ascensão com interesses globais e a sua estratégia marítima (Mohan, 2012). No cerne do seu pensamento, Mahan procurou justificar e concluir sobre a

²⁸ Deriva do termo grego ‘strategos’, conectado diretamente ao nível e potencial militar (Smith, 2011).

²⁹ Por razões de coerência admitimos o livro original de Mahan de 1900, contudo analisamos uma edição de 2017, devidamente identificada nas referências.

superioridade da guerra e estratégia naval³⁰, relativamente à terrestre (Mahan, 2017 [1900]).

Cerca de $\frac{3}{4}$ da superfície terrestre é composta por corpos de água. Com uma área de 361 milhões de km², os oceanos são fontes incomensuráveis de recursos energéticos (Dantas, 2020). Assim sendo, Mahan ressalta a utilização dos mares como meio para a projeção de poder económico e político. Alude ao desenvolvimento de uma marinha nacional robusta e fortemente capaz, para a realização e manutenção do comércio e controlo das SLOCs (Mahan, 2017[1900]), e *choke points*, inerentemente estratégicos (Rath, 2014).

Com a finidade do espaço marítimo, o choque de interesses é inerente. Estados autossuficientes procuram o “direito de assegurar, por meios justos, tudo o que contribui para o progresso nacional, e, o de combater a ação prejudicial de uma agência externa, se esta ultrapassar a sua própria esfera legal” (Mahan, 2017[1900], p. 76). Há uma tendência expansionista omnipresente e um desejo de prosperidade constante, que só “pode ser alcançado através quer anexação direta, quer por influência política preponderante”³¹ (Mahan, 2017[1900], p. 138). Logicamente, Mahan sublinha a importância em adquirir bases navais ultramarinas³², estrategicamente relevantes ao longo das SLOCS (Mohan, 2012). A ênfase de Mahan em garantir posições estratégicas é particularmente relevante para a compreensão do jogo de poder que se está a desencadear no Indo-Pacífico (Badawi, 2025).

Na sua obra central, *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*, Mahan apresenta 6 (seis) Fontes de Poder Marítimo, nomeadamente: “Posição Geográfica³³; Conformação Física, incluindo em relação a ela, as produções naturais e o clima; Extensão do Território; Número de Habitantes; Carácter da População; e, Carácter do Governo, incluindo instituições nacionais³⁴” (Mahan, 1890, p. 16).

³⁰ A estratégia naval tem como “objetivo fundar, apoiar e aumentar, tanto na paz como na guerra, o poder marítimo de um país” (Mahan, 1890, pp. 42).

³¹ Ambos implicam a utilização de força física, exercida ou potencial.

³² Este pensamento é aplicado aos EUA. Não nos devemos esquecer que na época de Mahan e das obras analisadas a Índia – objeto de estudo da investigação – era uma colónia da Grã-Bretanha.

³³ Molda a perspetiva e o comportamento do Estado em relação ao poder marítimo. Condiciona a sua PE (Mahan, 1900).

³⁴ Fator condicionador das prioridades e objetivos nacionais e, sucessivamente na relevância que será dada ao poder marítimo, ao crescimento e estratégia naval. Deve basear-se numa perspetiva a longo prazo (Mahan, 1890).

Intrínseco aos fatores condicionantes do poder marítimo, e evidenciadas por Mahan, são as relações de cooperação e alianças marítimas, dependentes de interesses comuns (Mahan, 2017[1900]). Alianças de cooperação e interesse mútuo, são essenciais para o equilíbrio de forças, ao nível regional e mundial. A realização de exercícios marítimos de cooperação é fundamental para a segurança e defesa nacional (Mahan, 2017[1900]).

Na obra *The Problem of Asia: Its Affects upon International Politics*, Mahan identifica a região do Médio Oriente, Paquistão, Índia, Golfo Pérsico, a região envolvente ao Mar Cáspio, China e a Península da Coreia, como um “terreno discutível e debatido” (Mahan, 2017[1900], p. 46), uma potencial arena conflitual e de rivalidade geopolítica. Muitos dos desafios à segurança no século XXI, têm raízes nas regiões mencionadas (Mohan, 2012). Especificamente, Mahan especula sobre as implicações futuras do “espantoso desenvolvimento do Japão, o despertar da inteligência política e inquietação estrangeira da Índia e a imensa força latente da China” (Mahan, 2017 [1900], p. 25).

4. Método

É necessário procedermos a uma análise ontológica, epistemológica e metodológica.

Conforme della Porta e Keating, “a questão ontológica faz referência ao que estudamos, ou seja, ao objeto de investigação” (della Porta e Keating, 2008, p. 21). Na presente investigação, partimos de uma perspectiva ontológica objetiva, associada ao realismo e próxima ao racionalismo. Assumimos os fenómenos estratégicos como independentes e como indicadores condicionantes da atuação política e estratégica marítima da Índia.

Epistemologicamente, baseamos a investigação no “positivismo suave” (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 175), congruente à TRNPI. A sua utilização gera um conjunto de proposições e pressupostos específicos, claros e comuns, que possam ser avaliados pela lógica, grau, aplicabilidade e desempenho teórico (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016). Por conseguinte, o positivismo suave enquanto epistemologia, assegura a validação dos indicadores de análise estratégica face aos acontecimentos e dinâmicas evidenciadas no contexto do IP.

O método é referência à linha de raciocínio da investigação. Especifica o processo utilizado, de modo a alcançar a finalidade objetiva e aludir ao rigor e coerência científica (Berg, 2001). Responde à questão «Como?» será realizada a investigação (Gil, 2002). Nos próximos subcapítulos, apresentaremos o método selecionado quanto à lógica, procedimentos, objetivos e técnicas de recolha de dados.

4.1. Desenho de Investigação

Questão de Investigação	De que formas poderá a atuação política e estratégica marítima da Índia ser condicionada pela expansão marítima da China no Indo-Pacífico?				
Objetivo Central	Explicar de que formas poderá a atuação política e estratégica marítima da Índia ser condicionada pela expansão marítima da China no Indo-Pacífico.				
Objetivos Específicos	Questões Derivadas	Enquadramento Teórico	Indicadores de Análise Estratégica		
OE1: Analisar os pilares da atuação política e estratégica marítima da Índia	QD1: Quais os pilares da atuação política e estratégica da Índia?	Teoria do Poder Marítimo do Almirante Alfred T. Mahan Teoria Geral da Estratégia Realismo Neoclássico da Política Internacional	Teoria do Poder Marítimo de Mahan	Condições de Poder Marítimo	
OE2: Analisar os pilares da expansão marítima da China no Indo-Pacífico.	QD2: Quais os pilares da expansão marítima da China no Indo-Pacífico?		Fatores de Decisão Estratégica (TGE)	Objetivo Meios de Coação Meio/Ambiente Tempo Contrário	
OE3: Analisar as consequências do recurso à estratégia <i>String of Pearls</i> pela China para a atuação política e estratégica marítima da Índia no Indo-Pacífico.	QD3: Quais as consequências do recurso à estratégia <i>String of Pearls</i> pela China para a atuação política e estratégica da Índia no Indo-Pacífico?		Variáveis Independentes (TRNPI)	Distribuição Relativa de Poder Clareza Ambiente Estratégico	
			Variáveis Intervenientes (TRNPI)	Imagem do Líder Cultura Estratégica	
Método					
Perspetiva Ontológica	Perspetiva Epistemológica	Quanto à Lógica	Quanto aos Procedimentos	Quanto aos Objetivos	Quanto à Técnica de recolha
Objetiva	Positivismo Suave	Método Dedutivo	Método Histórico Método Monográfico Método Comparativo (Método Auxiliar)	Método Descritivo Método Explanatório	Documentação Indireta

4.2. Quanto à Lógica: O Método Dedutivo

A abordagem dedutiva parte de um raciocínio geral para um raciocínio particular (Gil, 2002), de premissas gerais para uma conclusão de especificidades. Permite uma

investigação suscetível a pouca margem de erro, contudo os conteúdos conclusivos não devem exceder o das premissas inicialmente declaradas (Patton, 2002). Consequentemente, o raciocínio é válido e a conclusão deve ser considerada verdadeira (Copi, Cohen, & McMahon, 2016).

Iniciamos a nossa investigação com a exposição do enquadramento teórico. Partimos das seguintes premissas gerais:

- i) O contexto e dinâmicas do Indo-Pacífico influenciam diretamente a atuação política e estratégica marítima da Índia.
- ii) A expansão marítima da China no Indo-Pacífico conduz a uma resposta estratégica por parte da Índia.

A partir de uma análise da Índia e da sua índole marítima no contexto Indo-Pacífico, e a sua evolução estratégica e política, pretendemos dar resposta ao OE1. Utilizamos o mesmo método em referência à China, embora em menor profundidade, considerando a sua expansão marítima no Indo-Pacífico como uma consequência inevitável do ambiente estratégico. Para tal recorreremos à TGE e aos fatores de decisão estratégica.

De modo particular, procedemos à análise multidimensional dos atores, nomeadamente das dimensões económica, política, militar e diplomática. Dividimos a análise das variáveis independentes e intervenientes e fazemos uma análise particular e comparativa, no Capítulo 7. No subcapítulo 7.2. utilizamos o método descritivo e explicativo para analisar a Estratégia particular *String of Pearls*, e analisá-la à luz das dimensões e enquadramento teórico previamente admitidos.

4.3.Quanto ao Procedimento: Os Métodos Histórico e Monográfico

Recorreremos ao Método Monográfico, associado ao estudo de caso.

O estudo de caso faz referência a um “método empírico que investiga um fenómeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e no seu contexto real” (Yin, 2018, p. 15), especialmente quando as fronteiras não são clarificadas. Concretamente, o estudo de caso é-nos apresentado para a explicação de fenómenos contemporâneos num contexto real, no qual o investigador não deve exercer influência direta sobre o objeto de estudo, embora

procure controlar as variáveis de interesse e assegurar a liberdade de ação na investigação. Deve ser estabelecida uma pergunta de investigação do estilo “Como e Porquê?” (How?) (Yin, 2018). Através da alavancagem do estudo de caso da Índia, concentrar-nos-emos nas suas decisões, no motivo pelas quais foram tomadas, como foram implantadas e principalmente quais os resultados.

Na presente investigação, o estudo da Índia é essencialmente unilateral. A China é estudada como contrário estratégico³⁵. Dadas as características do objeto de estudo, estamos perante um “plano qualitativo que assenta numa lógica complexa, objetiva, de descoberta e dedutiva, valorizando os aspetos significativos e simbólicos da realidade” (Lara, 2015, p. 155).

O Método Histórico será utilizado para enquadrar historicamente os leitores sobre a Índia, as suas políticas e estratégias marítimas, as suas relações históricas com a China, assim como para a análise dos nossos indicadores de análise estratégica e premissas adicionais. Para complemento, fluidez e clarificação da problemática serão admitidos dados estatísticos, de modo auxiliar à tomada de conclusões (Creswell, 2009).

4.3.1. Método Comparativo – Método Auxiliar

Recorre-se à utilização seletiva do Método Comparativo como método complementar.

Não pretendemos a construção de um estudo comparativo entre dois objetos simétricos. Pretendemos o estudo da China para uma comparação analítica funcional, com base nos indicadores estratégicos da TRNPI e TGE. A China é considerada, não como um segundo objeto de estudo, mas como o contrário estratégico da Índia.

A utilização do Método Comparativo está, em primeira instância, à disposição do objeto de estudo principal, a Índia. Será aplicado, apenas em análise seletiva, para permitir responder a questões derivadas e, conseqüentemente, à questão central de investigação.

³⁵ Consoante Silva Ribeiro, “Para se conhecer profundamente um contrário, de forma a perceber como pensa e o que pensa, é essencial satisfazer três requisitos: dispor de bons serviços de informações; direcioná-los para as áreas de interesses estratégico; estabelecer mecanismos de interação com os estrategistas.” (Ribeiro, 2022, p. 110). Admitindo a China como contrário procedemos ao Método Histórico para a exposição documentada que corresponda a tais requisitos.

4.4.Quanto aos Objetivos – Os Métodos Descritivo e Explanatório

Recorremos à distinção de Yin (2018) entre estudo de caso explanatório, exploratório e descritivo.

O estudo de caso com objetivos descritivos apresenta uma “descrição detalhada e matizada” (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2024, p. 7) do “caso” no seu devido contexto. Responde à questão: «O quê?». Em primeira instância, iremos proceder à descrição da conjuntura da Índia no contexto do Indo-Pacífico, da sua história, das suas políticas e estratégias marítimas. À *posteriori*, no capítulo 6, procedemos à utilização de objetivos descritivos, aplicados ao contrário estratégico, a China, pelo que a sua explanação será mais generalizada, incidindo nos pilares da estratégia marítima da China no mesmo contexto: o Indo-Pacífico.

Simultaneamente, a utilização de um estudo de caso com objetivos explanatórios ou explicativos incide na dinâmica causa-efeito (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2024). Esta vertente está presente no Capítulo 7, o qual recai nesta dinâmica, propondo a explanação do objetivo central. Após a resposta à questão «O quê?», pretendemos, nesta fase a resposta às questões «Como?» e «Porquê?», nomeadamente: Como é que a atuação política e estratégica marítima da Índia será condicionada pela expansão marítima da China no Indo-Pacífico? E Por que razão tal condicionalismo ocorre?

4.5.Quanto à Técnica de Recolha de Dados – Documentação Indireta

Tomamos como ferramentas básicas de trabalho as técnicas de recolha de documentação indireta, observação documental, comparação clássica e de sistematização, aplicadas à análise interna e externa de fontes consideradas fulcrais e factuais. Foram efetuadas leituras exploratórias, as quais asseguram a qualidade da problematização e complemento, de trabalhos anteriormente realizados, sobre objetivos semelhantes (Ribeiro, 2022). A seleção das obras e fontes consultadas “não tomou como fator a idade, mas a qualidade do seu conteúdo” (Ribeiro, 2022, p.16). O carácter extensivo da problemática obrigou à procura de fontes que asseguerrassem o rigor e a profundidade do estudo (Silva, 2016).

Fernandes (1995) identifica a técnica de observação documental como ferramenta básica à investigação e análise de ciência política. Seguimos o seu pensamento. O cariz desta

investigação é puramente político e estratégico, beneficiando da utilização e diversidade de dados, nomeadamente no que concerne à pesquisa da informação necessária à análise das variáveis inerentes e questões apresentadas (Ribeiro, 2022), pretendendo sustentar eficazmente os resultados.

A classificação da investigação quanto aos conceitos operacionais no que respeita à forma como se vão analisar as informações recolhidas será qualitativa, porquanto à matéria do referencial teórico, o qual se tratará de uma análise valorativa a partir da leitura e interpretação de dados bibliográficos e documentais. Pretende “a explicação dos resultados em casos individuais ou da causas dos efeitos” (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 108).

5. A Índia

Este capítulo propõe responder diretamente à QD1 e ao OE1, nomeadamente, analisar os pilares da atuação política e estratégica da Índia no domínio marítimo.

Enquanto maior democracia não ocidental, Estado multiétnico e economicamente em ascensão, a Índia desempenhará um papel fundamental nos futuros jogos de poder (Mohan, 2006), sobretudo quando admitimos a sua riqueza natural, cultural e histórica (Zubrzycki, 2022). Apresenta-se como uma “unidade cultural no meio da diversidade [...]”. É um mito e uma ideia, um sonho e uma visão, e, todavia, muito real, presente e abrangente” (Zubrzycki, 2022, p. 14). A sua diáspora, os valores religiosos, democráticos e culturais conferem significativos atributos em matéria de *soft power* (Brewster, 2012).

5.1. Contexto Histórico

Tal como as restantes civilizações antigas, as primeiras civilizações da Índia cresceram em torno das planícies férteis, ao redor do Ganges e do Indo (Zubrzycki, 2022). A civilização do Vale do Indo é reconhecida pelas suas relações comerciais marítimas, principalmente com a Mesopotâmia e Egito. Do Império Maurya³⁶ ao Gupta³⁷, o comércio marítimo é reconhecido como uma atividade relevante para o intercâmbio de especiarias e pedras preciosas, até portos do sudeste asiático, às costas orientais de África e do Golfo (Zubrzycki, 2022). Destacamos o Império Chola³⁸ como inovadores no âmbito naval e militar.

O passado da Índia encontra-se desordenado, com centros de poder concorrentes e díspares (Zubrzycki, 2022), e por isso é necessário considerar que não temos acesso à sua história completa. A interação com potências estrangeiras, incluindo árabes, chineses e europeus, iniciada pelos portugueses, transformou significativamente o cenário marítimo da Índia. Krsna Deva Rayã, monarca do Império Vijainagara (1509-1539), foi um dos primeiros

³⁶ Governaram entre 322 a.C. e 185 a.C.

³⁷ Governaram entre 320 d.C e 550 d.C.

³⁸ Governaram entre 850 d.C e 1279 d.C. Recentemente, o PM Modi lançou uma moeda especial para comemorar os 1000 anos das conquistas do Imperador Rajendra Chola (Durai, 2025)

líderes indianos a acolher mercadores europeus³⁹ (Zubrzycki, 2022). Posteriormente, o domínio britânico unificou o subcontinente indiano, levando a que no início do século XVIII, a Índia representava a maior economia mundial (Zubrzycki, 2022).

A estratégia naval tornou-se parte integrante do controlo colonial, e o desenvolvimento de infraestruturas portuárias em Mumbai, Chennai e Kolkata revelaram-se fulcrais para o comércio e administração imperial (Headrick, 1981). A criação da Companhia das Índias Orientais, no século XVII conduziu à posterior criação da Marinha Real da Índia, em 1934, e ao investimento das capacidades navais (Total Military Insight, 2024). No entanto, é necessário denotar que na mitologia indiana, por exemplo, o oceano é fonte primordial para a criação do universo e, ao longo da sua história, a Índia tem demonstrado uma íntima relação pacífica com o mar (Dantas, 2020). Queremos iluminar que a Índia e os seus governantes, ainda anteriormente aos europeus, já estabeleciam o domínio marítimo como essencial para as suas atuações estratégicas mais alargadas, contudo as ameaças provindas de frentes terrestres colocavam este domínio como uma ‘segunda’ prioridade.

Com a independência da Índia em 1947, assistimos à emergência de figuras carismáticas como Mahatma Gandhi, Jawaharlal Nehru e Mohammad Ali Jinnah. Em particular, Jawaharlal Nehru edificou quatro pilares para o novo Estado da Índia, nomeadamente Secularismo, Democracia, Socialismo e Não-Alinhamento (Zubrzycki, 2022). Estes pilares estratégicos influenciam a atual atuação da Índia. Nehru apelou à fortificação do papel da Índia “de Aden a Malaca” (Mohan, 2012, p. 92) no contexto asiático e, ao desenvolvimento das suas capacidades militares e marítimas (Mohan, 2012). Contudo, entraves como a proteção da fronteira natural dos Himalaias, a presença comunista chinesa no Tibete, as guerras subsequentes com o Paquistão (1948-1949, 1965 e 1971) e a ‘humilhante’ confrontação militar com a China em 1962, conduziram ao menosprezar da segurança marítima. Esta situação foi revertida apenas em 1971, aquando da Guerra com o

³⁹ Acreditava que o comércio era a chave da soberania universal e, encorajava a fiscalização e desenvolvimento dos portos, de modo a assegurar a livre importação de mercadorias, assim como a proteção de navegadores estrangeiros, dentro do seu território (Zubrzycki, 2022).

Bangladesh, na qual foi destacado o USS Enterprise⁴⁰ na Baía de Bengala (Brewster, 2012).

Militarmente, a Índia foi fortemente acompanhada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), através do fornecimento de equipamentos sofisticados, como contratorpedeiros de classe Kashin, submarinos de classe Kilo e, submarinos de propulsão nuclear, como o INS Chakra, arrendado de 1987 a 1991⁴¹ (Silva, 2023). No período de 1976 a 1983, a Índia testemunhou a introdução de contratorpedeiros com mísseis guiados, corvetas antissubmarinas, caça-minas, aeronaves de reconhecimento marítimo/guerra antissubmarina e helicópteros de guerra antissubmarina soviéticos (Upadhyaya, 2020). O final da Guerra Fria (GF) e o sucessivo colapso da URSS, conduziu ao isolamento estratégico da Índia, e à necessidade de modificação do seu pensamento estratégico e atuação de PE.

Graças à Doutrina Gujral⁴², a Índia aproximou-se estrategicamente dos EUA⁴³ e Estados regionais, muitos deles pertencentes à Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC) e à ASEAN⁴⁴ (Upadhyaya, 2020). Começou a desenvolver, por um lado, medidas para a criação de confiança na região, e por outro, para o desenvolvimento de uma Marinha *Blue Waters*⁴⁵ (Brewster, 2012). Adotou uma “postura mais ativa, coerente e orientada” (Saran, 2017, p. 45).

Os ataques terroristas de 26/11 de 2008 em Mumbai e a expansão do conceito de ameaças não tradicionais à segurança exigiram, mais uma vez, uma reavaliação do papel da

⁴⁰ Porta-Aviões americano com capacidade nuclear. Os EUA como aliados do antigo Paquistão Oriental “deslocaram a *Task Force 74*, sob liderança do USS Enterprise, para a Baía de Bengala” (Regiani, 2018, p. 46) e ameaçaram bombardear a Índia no caso de uma invasão ao atual Bangladesh (Regiani, 2018).

⁴¹ 1991: Ano coincidente com o colapso da URSS.

⁴² A Doutrina Gujral consiste num conjunto de 5 princípios para orientar a condução das relações externas com os vizinhos imediatos da Índia. Esses cinco princípios surgem da crença de que a estatura e a força da Índia não podem ser isoladas da qualidade de suas relações com seus vizinhos. Reconhece, assim, a suprema importância das relações amistosas e cordiais com os vizinhos.

⁴³ Os EUA apoiaram a intervenção da Índia no Sri Lanka em 1987 e nas Maldivas em 1988. Em contrapartida, a Índia apoiou os EUA na Guerra do Golfo, em 1990-1991 (Silva, 2023).

⁴⁴ A Índia tornou-se um parceiro de diálogo de pleno direito da ASEAN em dezembro de 1995. Aderiu ao Fórum Regional da ASEAN (ARF) em 1996, por forte influência de Singapura.

⁴⁵ Refere-se a uma força naval com capacidade de operar ao longo de águas profundas, em oceanos abertos, em águas longe das suas costas. Marinhas *blue water* têm a capacidade de sustentar operações e projetar poder ao nível global, através de recursos como porta-aviões, submarinos e grandes navios de combate de superfície. Devem ser distinguidas de Marinhas *green water* (com capacidade costeira) e *brown water* (águas interiores).

Marinha da Índia (IN) (Indian Navy, 2015) como *net security provider*⁴⁶ (VisionIAS, 2024). Consoante Anit Mukherjee, o termo *net security provider* refere-se a questões de segurança comum, de combate à pirataria transnacional, resposta humanitária e militar em contexto de catástrofes, capacitação, e estabilização (VisionIAS, 2024). Em conformidade com o esforço da Índia de desempenhar um papel mais ativo a nível regional, em 2008 a Índia apresentou a sua primeira política marítima (Mohan, 2012, p. 223), o Simpósio Naval do Oceano Índico (IONS), focado no policiamento marítimo e questões humanitárias (Brewster, 2012).

Para melhor identificação de momentos relevantes, observemos a figura 2:

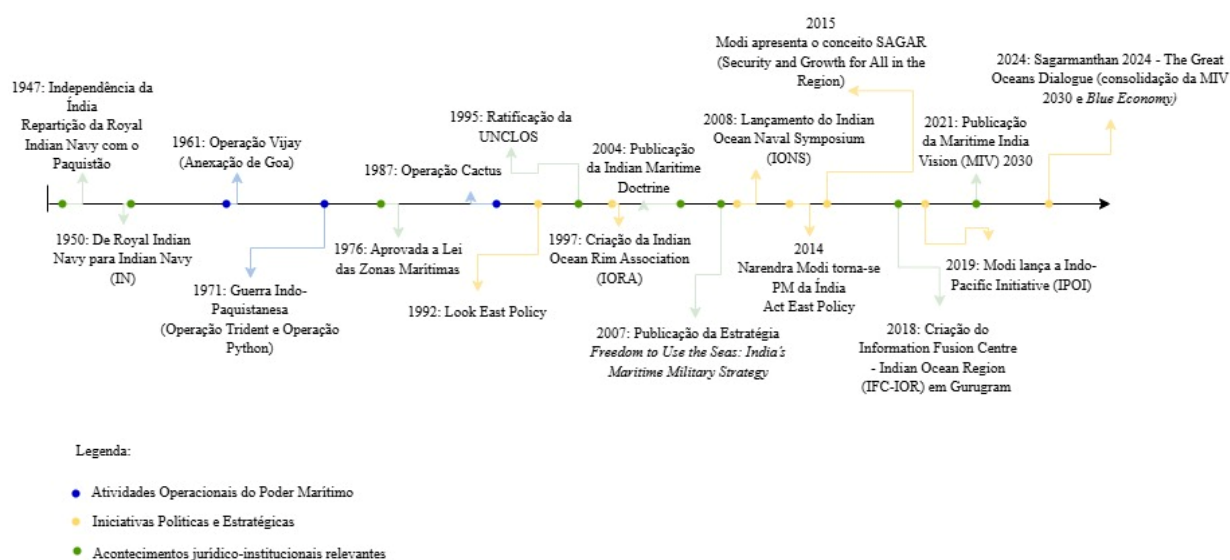


Figura 2 – Timeline de acontecimento históricos na Índia. Elaboração própria com base na literatura.

A ascensão de Narendra Modi ao cargo de Primeiro-Ministro, em 16 de maio de 2014, registou um momento de rejuvenescimento, no qual o desenvolvimento e prosperidade nacional estão intimamente ligados ao domínio marítimo (Indian Navy, 2015).

Modi chegou a sublinhar a região do Oceano Índico como uma das suas principais prioridades políticas (Regiani, 2018). A partir de 2014 destacamos acontecimentos relevantes, como o *Projeto Mausam* “para renovar os laços culturais e o contacto entre os

⁴⁶ Tradução: Provedor Líquido de Segurança

países do IOR” (Indian Navy, 2015, p. 23), e a Estratégia *Make in India* para apoiar a indústria de defesa nacional (Indian Navy, 2015).

Destacamos a Segurança e Crescimento para Todos na Região (*SAGAR*⁴⁷), apresentada em 12 de março 2015, durante o comissionamento do navio Barracuda, na Ilha Maurícia. Modi apelava a “um clima de confiança e transparência; respeito pelas regras e normas marítimas internacionais por todos os países; sensibilidade aos interesses uns dos outros; resolução pacífica de questões de segurança marítima e; aumento da cooperação marítima.” (The Hindu, 2015). A Iniciativa externa *SAGAR*, era complementada pelo desenvolvimento portuário *SAGARMALA*, internamente. Em novembro de 2019, na Cimeira do Leste Asiático em Bangkok, a Índia lançou a *Indo-Pacific Oceans Initiative*, uma iniciativa coerente que compreende sete pilares de cooperação prática baseados na visão *SAGAR* (Durai, 2025).

5.2. Atuação Política e Estratégia Marítima da Índia

A atuação política e estratégica marítima da Índia é baseada nos Princípios de Panchsheel⁴⁸, respeito mútuo e normas internacionais⁴⁹, em prol da autonomia e integridade territorial (Nanda, 2014).

Tradicionalmente, a atuação estratégica da IN era fornecida através de *Plan Papers*⁵⁰ (Indian Navy, 2015). Apenas em 1948, com a elaboração de Documentos para Planos Navais, foram iniciados passos formais para a manifestação de atividades marítimas (Cole, 2013). A primeira tentativa de promulgar uma estratégia marítima para a Índia foi feita em 1988, com a publicação de “*A Maritime Strategy for India*”. Posteriormente, em 2004 foi formalmente publicada a “*Indian Maritime Doctrine*” revista em 2016 e, em 2007 foi apresentada a estratégia naval da Índia, “*The Freedom to Use the Seas: India’s Maritime Military Strategy*” versão revista e atualizada em 2009 (Upadhyaya, 2020, p. 54). Como documento estratégico primário, consideramos “*Ensuring Secure Seas: Indian Maritime*

⁴⁷ Traduz-se “Mar” em Hindi.

⁴⁸ Os Princípios de Panchsheel, ou os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, foram formalmente enunciados no Acordo sobre Comércio e Relações entre a região do Tibete, na China, e a Índia, assinado em 29 de abril de 1954, que afirmava, no seu preâmbulo, que os dois governos «decidiram celebrar o presente Acordo com base nos seguintes princípios: i. Respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada um; ii. Não agressão mútua; iii. Não interferência mútua; iv. Igualdade e benefício mútuo, e; v. Coexistência pacífica (Government of India, 2024, p. 1).

⁴⁹ Ressaltamos a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) (Indian Navy, 2015).

⁵⁰ Planos orientadores de níveis de força, capacidades e aptidões estratégicas (Indian Navy, 2015).

Security Strategy”(IMSS) divulgado em outubro de 2015. Este foi o último documento estratégico lançado pelo Governo da República da Índia, para o domínio marítimo, de relevância.

Nos próximos subcapítulos iremos considerar a importância relativa dos fatores de decisão em estratégia. É necessário atentar que o “Objetivo fixado pela política, o Meio, os Meios de Coação, o Tempo e o Contrário influenciam, sobretudo, a intensidade, a natureza, o momento e a qualidade da reação contrária” (Ribeiro, 2022, p. 111).

5.2.1. Fator de Decisão Estratégica: Meio/Ambiente

Geograficamente, a Índia apresenta uma localização altamente favorável para o domínio marítimo, com cerca de 7.500 quilômetros de costa. Inserida no Oceano Índico e, pela sua extensão no Indo-Pacífico, a Índia é uma das principais condicionantes na segurança e estabilidade regional (Upadhyaya, 2020). O ambiente estratégico, se por um lado lhe confere vantagens económicas, comerciais e securitárias (Indian Navy, 2015), simultaneamente, expõe a Índia a desafios e potenciais multiplicadores de ameaças⁵¹ (Upadhyaya, 2020).

De acordo os fatores de Poder Marítimo apresentamos a Tabela 1., alusiva à Teoria do Poder Marítimo de Mahan:

⁵¹ O conceito *Threat Multiplier* é comumente aplicado à segurança climática. Refere-se ao efeito amplificado de determinados fatores, não apenas no seu impacto direto ao ambiente estratégico no qual a Índia se insere, mas na capacidade de agravar vulnerabilidades pré-existentes.

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO

Tabela 1 - Condições do Poder Marítimos aplicadas à Índia. Elaboração Própria.

Fatores de Poder Marítimo	Fatores aplicados à Índia	Implicações Críticas
Posição Geográfica	Sul da Ásia. Coordenadas Geográficas: 20 00N, 77 00E Faz fronteira com o Mar Arábico e Baía de Bengala. Proximidade ao Estreito de Malaca.	Vantagem geoestratégica no espaço do Indo-Pacífico. Necessidade de expansão do alcance operacional da Índia, fora das suas fronteiras territoriais (Chaturvedi, 2022).
Conformação Física	Extenso litoral: 7.500 km de linha costeira. 12 portos principais e 200 portos secundários (Ministry of Ports, shipping and waterways, 2025). Portos adequadamente conectados a outros meios de comunicação (rede rodoviária e ferroviária). Zona Económica Exclusiva (ZEE) com cerca de 2.305.143 km ² (Kumar, 2019).	A interface marítima constitui uma componente significativa dos interesses estratégicos (Kumar, 2019) ⁵² da Índia. Necessidade de aproveitamento das Ilhas de Andamão e Nicobar, próximas ao Estreito de Malaca e, até da Ilha Lakshadweep (Chaturvedi, 2022). A Índia procura o alargamento da sua ZEE ⁵³ , de 1.2 milhões de km ² de plataforma continental, o que tornaria a “área total do fundo marinho da Índia igual à terrestre” (Indian Navy, 2015, p. 17).
Extensão do Território	Área Total: 3.287.263 km ² (2.973.193 km ² área terrestre e 314.070 km ² área marítima) Limites Terrestres: 13.888 km (Bangladesh: 4.142 km; Paquistão: 3.190 km; China: 2.659 km; Nepal: 1.770 km; Myanmar: 1.468 km; Butão: 659 km)	Grande extensão de território. O que no passado dificultou a unificação da Índia, atualmente é considerada uma das suas melhores características, gerando riqueza e diversidade cultural. A norte, a Cordilheira dos Himalaias representa uma fronteira natural (Brewster, 2012).
Número de Habitantes	1.466.735.610 ⁵⁴ (Worldometer, 2025) Densidade populacional: 400 pessoas/km ² (Zubrzycki, 2022).	Estado mais populoso do mundo.
Carácter da População	País mais populoso do mundo, com previsões demográficas favoráveis. População jovem. Alta confiança nas Forças Armadas (Ipsos, 2024).	Identidade nacional ligada à segurança e poder terrestre. Forte dependência na economia agrária. A burocracia e inação, forçam os países a negar os esforços estratégicos da Índia (Chaturvedi, 2022).
Carácter do Governo	Tipo de Governo: República Parlamentar Federal. Divisão Administrativa em 28 estados e 8 Territórios de união. Chefe de Estado: Presidente Draupadi Murmu Chefe de Governo: Narendra Modi Consenso estratégico na dimensão marítima. Aposta na cooperação e parcerias multilaterais.	A nação indiana não é deliberadamente agressiva, assim como não o é o seu governo. Grande aposta no <i>soft power</i> . A Índia nunca exerceu, adequadamente, o papel marítimo destinado ao nível regional. Atualmente, a identidade marítima da Índia é revigorada, com o governo de Modi e, é atribuída a necessidade de controlo marítimo (Chaturvedi, 2022).

Fonte: Múltiplas Fontes devidamente mencionadas. Fonte Principal: World Factbook.

Consideremos os três primeiros fatores: Posição Geográfica, Conformação Física e, Extensão do território. Admitimos que a Índia dispõe de uma posição privilegiada no

⁵² Comparativamente, Portugal possui uma costa continental com cerca de 943 km e, uma ZEE com aproximadamente 1.727.408 km² (DGRM, 2023).

⁵³ Alargamento apresentado à Comissão sobre os Limites da Plataforma Continental (CLCS), conforme o Artigo 76º da UNCLOS. Apresentado pela primeira vez em 2009, ainda está em discussão, nomeadamente devido a entraves com Estados vizinhos.

⁵⁴ Dados de 22 de Setembro de 2025.

Oceano Índico, próxima a *choke points* e SLOCS críticas na região do Indo-Pacífico, assim como infraestruturas e pórticos bem localizados, como são exemplo as Ilhar Nicobar e Andamão.

Evidenciadas no *IMSS*, as áreas de atuação primária da IN contam com as zonas costeiras da Índia e do Oceano Índico. Em segunda instância, a IN concentra-se em áreas *offshore*, incluindo os Mares Árábico, Vermelho e de Andamão, a Baía de Bengala, e os Golfos Pérsico, Omã e Áden. O seu ambiente estratégico e áreas de atuação evidenciadas coincidem com *choke points* de relevância, previamente apresentados por Mahan, que incluem os Estreitos de Ormuz e Bab-el-Mandeb, como portas de entrada para a Península Arábica, os Estreitos de Malaca, Sunda e Lombok como ligações centrais ao Indo-Pacífico e, o Canal de Moçambique, em torno da África Austral (Indian Navy, 2015).

5.2.2. Fator de Decisão Estratégica: Objetivo

Importa ter em consideração os objetivos estratégicos da Índia no domínio marítimo, um fator interno que modelará a atuação da IN. A IN atua, estrategicamente, num contexto multidimensional e multinível, englobando o poder militar, diplomático, económico e informativo de modo “coerente, mas adaptável, que coordene os vários instrumentos do poder nacional” (Upadhyaya, 2020, p. 31). Esta investigação focar-se-á no seu papel militar, diplomático, policial e benigno.

Observemos a Tabela 2:

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO

Tabela 2 - Objetivos Estratégicos da Índia.

Papel	Militar	Diplomático	Policial	Benigno
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Dissuasão contra Conflito e Coerção; - Segurança da Integridade Territorial, dos Cidadãos e Ativos Offshore da Índia contra Ameaças Marítimas; - Assuntos de Influência Terrestre; - Salvaguarda da Marinha Mercante e do Comércio Marítimo da Índia - Salvaguarda dos Interesses Nacionais da Índia e Segurança Marítima; 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar as Relações Políticas e de Boa Vontade; - Reforçar as Relações de Defesa com Estados Aliados; - Apresentar uma postura e Capacidade de Defesa credíveis; - Reforçar a Segurança Marítima na Região do Oceano Índico (IOR); - Promover a Segurança Regional e Global; 	<ul style="list-style-type: none"> -Segurança Costeira e Offshore; - Segurança da ZEE; - Boa Ordem no Mar; 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover Proteção e Segurança Civil; - Projetar <i>Soft Power</i> ao nível Nacional;
Missão	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilização para o Domínio Marítimo (MDA)⁵⁵; - Proteção das Forças; - Proteção das SLOCS; - Defesa do Litoral; - Defesa Costeira e Offshore; 	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento Marítimo Construtivo; - Assistência e Apoio Marítimo; - Presença; - Operações de Apoio à Paz; 	<ul style="list-style-type: none"> - Luta Contra o Terrorismo; - Combater Ameaças Armadas de Atores Não-Estatais; 	<ul style="list-style-type: none"> -Humanitarian Assistance and Disaster Relief (HADR); - Ajuda às autoridades civis; - Busca e Resgate (SAR);
Tarefas	<ul style="list-style-type: none"> - Vigilância; - Patrulha; - Troca de Informações; - Proteção de Ativos Offshore; - Visitar, Abordar, Procurar e Apreender (VBSS); - Defesa dos Portos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Destacamento no Estrangeiro; - Exibição da Bandeira/Visitas a portos; - Acolhimento de Visitas de Navios de Guerra Estrangeiros; - Apoio Técnico e Logístico; - Formação Externa; - Patrulha Coordenada (CORPAT); - Exercícios Bilaterais/ Multilaterais; - Operações de Evacuação de Não-Combatentes (NEO); - Imposição da Paz, Estabelecimento da Paz, Manutenção da Paz e Construção da Paz; - Atividade no âmbito do Programa IONS; 	<ul style="list-style-type: none"> - Combate à Infiltração; - Patrulha; - Antipirataria; - Anti Caça-Furtiva; - Anti Tráfico; 	<ul style="list-style-type: none"> -Fornecimento de material de socorro e mantimentos; -Assistência Médica; -Assistência ao mergulho; -Assistência hidrográfica.

Fonte: Indian Navy, 2015, p. 79. Tradução Própria.

A Tabela 2 discute, de uma forma articulada os objetivos estratégicos da IN, assim como as subsequentes missões e tarefas a desempenhar.

⁵⁵ Para o aumento da MDA é necessário a utilização de tecnologias militares e de C4ISR (Comando, Controlo, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento) (Mohan, 2012).

De acordo com a investigação, privilegiamos os seguintes objetivos:

- i) Garantir a segurança da integridade territorial, dos cidadãos e dos ativos *offshore* da Índia, contra ameaças marítimas;
- ii) Salvaguardar dos interesses nacionais da Índia e segurança marítima;
- iii) Dissuasão contra conflito e coação;
- iv) Reforçar as relações de defesa com Estados aliados;
- v) Apresentar uma postura e capacidades de defesa credíveis;
- vi) Reforçar as relações políticas e de boa-vontade;
- vii) Promover a segurança regional e global;

5.2.3. Fator de Decisão Estratégica: Meios de Coação

Chamamos a atenção para os meios de coação, que “determinam a possibilidade de iniciar uma ação estratégica” (Ribeiro, 2022, p. 111).

Nesta investigação abordaremos a Índia como principal ator e, conseqüentemente a IN como principal instrumento de implementação de meios de coação⁵⁶. A IN é caracterizada como uma “força equilibrada, multidimensional e de espectro múltiplo” (Indian Navy, 2015, p. 126) que atualiza, moderniza e transforma de forma constante as suas infraestruturas “a fim de se manter a par dos seus níveis de forças em expansão, do alargamento do campo de ação operacional, e de responder a todos os requisitos operacionais e funcionais futuros” (Indian Navy, 2015, pp. vi-vii). A IN constitui-se como fulcral para a manutenção e prossecução dos interesses nacionais, regionais e internacionais (Total Military Insight, 2024).

5.2.3.1. Meios de Coação: Militar

Em termos militares e para a prossecução dos objetivos expostos, o principal instrumento utilizado pelas Forças Armadas da Índia é a dissuasão estratégica⁵⁷ (*deterrence*) (Total

⁵⁶ “Os meios de coação traduzem o potencial estratégico dos contendores, a empregar na ação estratégica (com o quê?) observando os seguintes requisitos: coordenar o emprego dos meios; concentrar os meios nos locais e momentos apropriados; orquestrar, preparando modalidades de ação claras; agir com surpresa.” (Ribeiro, 2022, p. 107).

⁵⁷ De acordo Cabral Couto, a dissuasão “em sentido lato, visa impedir uma potência adversa de recorrer a determinados meios de coação em virtude da existência de um conjunto de meios e de disposições capazes de constituírem uma ameaça suficientemente desencorajadora” (Couto, 1988, p. 60).

Military Insight, 2024). Particularmente, a IN, enquanto instrumento viável para a realização de PE, realiza Missões de Presença e Vigilância em torno de *choke points* e SLOCs consideradas cruciais na IOR, operações de Busca e Resgate (SAR) e *Humanitarian Assistance and Disaster Relief* (HADR) (Soni, 2024). Simultaneamente, o potencial de força estratégica e de segurança influencia diretamente a autoimagem da Índia (Malhotra, 2022). Para a execução atuação militar e estratégica, a IN dispõe dos meios de coação no domínio marítimo representados na Tabela 3:

Tabela 3 - Análise das Capacidades Marítimas da Índia - Elaboração Própria.

Capacidades e Meios de Coação da Marinha Indiana (IN)	
Forças Marítimas no ativo	75.000
Forças Terrestres no Ativo	1.237.000
Nº Total de Submarinos	18
Submarino Balístico com Capacidade de lançar Mísseis Balísticos (SSBN)	2 - Arihant - Sagarika
Nº de Submarinos Táticos	16 - 16 Submarinos Diesel-Elétrico especializado para Tarefas Antissubmarinas (SSK)
Principais Combatentes de Superfície	29
Nº Total de Porta-Aviões	2 - 1 INS Vikramaditya - 1 INS Vikrant
Nº Total de Destroyers	12
Nº Total de Fragatas	15
Nº Total de Corvetas	6
Navios de Desembarque	4
Embarcações de Desembarque	12
Patrulhas e Combatentes Costeiros	159
Logística e Apoio	41

Fonte: The Military Balance 2025, 2025, pp. 240-254

Desde o final de 2010, a IN adotou uma postura assertiva e proativa no domínio marítimo (Rajeev, 2025). As suas capacidades navais resultam da produção interna, impulsionada por iniciativas alinhadas à *Aatmanirbhar Bharat Vision*⁵⁸ e ao desenvolvimento nacional (Nair, 2024), através de alianças estratégicas, e uma aspiração de uma frota naval forte com capacidade de operar em águas profundas e tecnologicamente sofisticada (Abbasi, 2024). Para tal, são apresentados planos para a incorporação de técnicas como

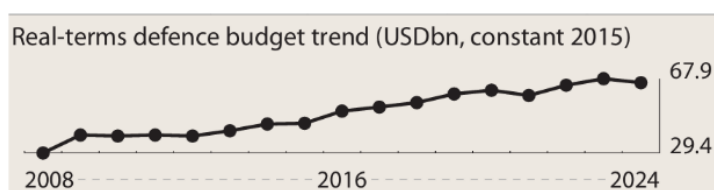
⁵⁸ Tradução: Visão da Índia Autossuficiente.

processamento de *big data* e Inteligência Artificial (IA), em soluções de conflitos navais, problemas logísticos e demais áreas (The Economic Times, 2019), assim como iniciativas para a construção doméstica de recursos navais⁵⁹. Ademais, ambiciona uma “frota de mais de 200 navios e submarinos até 2035, com a possibilidade de atingir 230 embarcações até 2037” (The Economic Times, 2025).

Atualmente, a Índia possui “a maior e mais ativa Marinha da região do Oceano Índico” (Tarapore, 2024), opera cerca de 29 navios de combate de superfície e cerca de 18 submarinos, diversas bases navais relevantes costeiras e *offshore*⁶⁰, e 7 missões de índole permanente⁶¹. Assim a Índia mantém uma presença constante nas principais áreas do Indo-Pacífico (Tarapore, 2024), especificamente o “Estreito de Malaca, o Mar de Java, o Estreito da China Meridional (na região entre Dondra e Malaca) e o Golfo de Aden sob vigilância” (Ministry of Defence, 2021).

Para tal é necessário observarmos e correlacionarmos o orçamento alocado à IN para a prossecução dos objetivos. As Forças Armadas da Índia ocupam o 4º lugar a nível mundial. Na Figura 3 observamos a evolução do orçamento da defesa da Índia. Admitimos que o orçamento 2024-2025 apresentado em julho de 2024 (Shafeeq, 2024), representa uma redução de 6% relativamente ao ano anterior. Esta descida é um efeito colateral da “priorização de programas locais, alinhados com a política emblemática do país *Make in India*⁶².” (The Military Balance 2025, 2025, pp. 214-215).

Figura 3 - Tendência do orçamento da Defesa da Índia.



Fonte: The Military Balance 2025, 2025, p. 251.

⁵⁹ Atualmente cerca de 75% da futura frota da Índia é desenvolvida o nível doméstico/interno (Nair, 2024).

⁶⁰ Comando Andaman e Nicobar e Ilha Lakshadweep.

⁶¹ Desde 2017, a IN mantém Mission-Based Deployments (MBD).

⁶² A iniciativa *Make in India* baseia-se em quatro pilares, que foram identificados para impulsionar o empreendedorismo na Índia (Government of India, s.d.).

Apesar da relevância acrescida à dimensão marítima dada pelo governo de Modi, o orçamento 2024-2025 atribuiu apenas 3.92 mil milhões de dólares à IN, o que comparativamente ao orçamento de defesa 2023-2024, representa uma descida de 6.97% (Shafeeq, 2024). Ademais, foram alocados 2.84 mil milhões de dólares à modernização naval, e ao aumento de “capacidades de policiamento da Índia na região do Oceano Índico” (Shafeeq, 2024, p. 5).

5.2.3.2.Meios de Coação: Económico

A Índia apresenta-se, atualmente como a 4ª maior economia mundial, mas tem perspetivas de se tornar a 3ª maior até 2030 (Embassy of India, 2025).

A prosperidade económica está diretamente correlacionada com a estabilidade regional (Ministry of External Affairs, 2018). No caso da Índia, cerca de 77% do comércio externo, em valor, é realizado por via marítima (The Economic Times, 2025). Nesse sentido, o objetivo ii) apresentado revela particular importância económica, aludindo para a proteção de SLOCS, e para a defesa costeira e *offshore* da Índia, influenciando o ganho comercial. Em particular, a Índia reconhece com apreço a importância do Estreito de Malaca, o qual serve de passagem para 60% do seu comércio marítimo e grande parte das suas importações de GNL⁶³ (Money Control World Desk, 2025). A crescente dependência económica destaca a importância de assegurar a liberdade de navegação (Malhotra, 2022). A necessidade de garantir segurança energética tornou-se uma prioridade, tanto estratégica como política, assim como a necessidade de fazer face às vulnerabilidades que pudessem ser sentidas no seu transporte. Malhotra (2022, p. 141) argumenta que “para manter o seu crescimento económico e cumprir os objetivos de erradicar a pobreza e focar no desenvolvimento humano, Nova Delhi precisava de garantir o seu abastecimento energético e explorar novas fontes de energia”.

5.2.3.3.Meios de Coação: Diplomáticos

A Índia tem aumentado a cooperação com Estados *like-minded*. A realização de exercícios bilaterais/multilaterais no domínio marítimo insere-se, consoante a Tabela 2, como tarefas de índole diplomática. A sua finalidade inclui a realização de exercícios operacionais, o

⁶³ Sigla comumente utilizada para Gás Natural Liquefeito.
















INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO

reforço da interoperabilidade, e o intercâmbio mútuo de melhores práticas entre as FA das nações participantes (Government of India, 2021). São normalmente empregues em tempos de paz para a manutenção do meio, das relações com atores regionais e internacionais, e manutenção comercial e de influência (Sreelekha, 2024).

No caso da IN, através de exercícios bilaterais/multilaterais, a estratégia de dissuasão empregue é essencialmente positiva, incluindo missões de vigilância, Patrulha Coordenada (CORPAT), “combate à pirataria, combate ao tráfico” (Sreelekha, 2024, p. 276) e SAR.

Atendamos à Tabela 4:

Tabela 4 - Exercícios Bilaterais e Multilaterais realizados em cooperação com a Marinha Indiana ao nível regional.

A Marinha Indiana (IN) conduz os seguintes Exercícios Institucionalizados com Marinhas externas regionais:			
	Exercício <i>Malabar</i> – Exercício bilateral com a Marinha dos EUA, desde 1992 ⁶⁴		Exercício IBSAMAR – Exercício trilateral com as Marinhas do Brasil e África do Sul, desde 2008
	Exercício <i>Naseem-al-Bahr</i> – Exercício bilateral com a Marinha Real de Omã, desde 1993		Exercício EKUVERIN – Exercício bilateral com a Força da Defesa Nacional das Maldivas, desde 2009
	Exercício SIMBEX – Exercício bilateral com a Marinha da República de Singapura, desde 1994		Exercício JIMEX – Exercício bilateral com a Força Marítima de Autodefesa do Japão, desde 2012
	Exercício <i>MILAN</i> – Exercício multilateral bianual, entre mais de 40 nações estrangeiras, desde 1995		Exercício <i>AUSINDEX</i> – Exercício bilateral com a Marinha Real da Austrália, desde 2015
	Exercício <i>Varuna</i> – Exercício bilateral com a Marinha Francesa, desde 2001		Exercício <i>Samudra Shakti</i> – Exercício bilateral com a Marinha da Indonésia, desde 2018
	Exercício INDRA – Exercício bilateral com a Marinha Russa, desde 2003		Exercício IMBEX (CORPAT ⁶⁵) – Exercício bilateral com a Marinha de Myanmar, desde 2018
	Exercício <i>Konkan</i> – Exercício bilateral com a Marinha Real (RU), desde 2004		Exercício <i>Bongosagar</i> – Exercício bilateral com a Marinha de Bangladesh, desde 2019
	Exercício SLINEX – Exercício bilateral com a Marinha do Sri Lanka, desde 2005		Exercício <i>Al-Mohed Al-Hindi</i> – Exercício bilateral com as Forças Navais Reais Sauditas, desde 2021

Fonte Principal: Indian Navy, 2015, p. 8. Elaboração Própria.

⁶⁴ Realizado bianualmente. Foi temporariamente interrompido após a realização dos testes nucleares da Índia em 1998. Foram reiniciados após o ataque terrorista 11/09 de 2001 (Mohan, 2012).

⁶⁵ Realizados Exercícios Bilaterais de Patrulhas Coordenadas (CORPAT) para projeção de poder, comparação e desenvolvimento de competências operacionais, absorção de práticas e procedimentos inovadores (Indian Navy, 2015).

Destacamos, em primeiro lugar, o Exercício *Malabar*. Inicialmente um exercício marítimo bilateral, entre a Índia e os EUA, evoluiu para um exercício marítimo multinacional envolvendo os países do *Quadrilateral Security Dialogue (Quad)*⁶⁶, com a ocasional participação de Singapura e Canadá (Haldar, 2025). Em 2007, os exercícios *Malabar* contaram com a presença adicional do Japão e Austrália⁶⁷, em abril, e de Singapura, em agosto, realizados pela 1ª vez na Baía de Bengala (Mohan, 2012). Em 2017, o Exercício *Malabar* foi realizado no Oceano Índico (Silva, 2023). Ao nível bilateral, destacamos o Exercício INDRA entre a IN e a Marinha Russa (Mohan, 2012); o Exercício Marítimo Bilateral Singapura-Índia (SIMBEX), realizado anualmente; o Exercício *Varuna*, realizado conjuntamente a Marinha Francesa, entre outros presentes na Tabela 4.

Na dimensão multilateral, a Índia está “ativamente envolvida nas instituições regionais existentes” (He & Feng, 2020, p. 167), e consequentemente ativa em exercícios multilaterais de segurança marítima relevantes. De relevo, o Exercício MILAN, realizado bianualmente no Port Blair⁶⁸ (Soni, 2024), atualmente envolve 12 marinhas regionais (Brewster, 2012). Periodicamente são realizadas, as seguintes operações: o AMPHEX, o Jal Prahar e o Defense of Andaman and Nicobar Island Exercise (DANX) (Silva, 2023). Outros exemplos de compromissos multilaterais da IN, que exploraremos num capítulo posterior, são o *Quad*, o IONS e o Centro de Fusão de Informações para a Região do Oceano Índico (IFC-IOR) (Haldar, 2025).

O foco estratégico da Índia tem sido a ASEAN, especialmente após a introdução da Política *Act East* (Malhotra, 2022). Este foco é particularmente visível nas relações da Índia com o Vietname⁶⁹, Singapura⁷⁰ e, mais recentemente, a Indonésia⁷¹ (Rajagopalan, 2020).

⁶⁶ O *Quad* é um agrupamento de 4 democracias (Índia, EUA, Japão e Austrália) na região do Indo-Pacífico. “É considerado um mecanismo multilateral fundamental para enfrentar os desafios impostos pela ascensão geopolítica e militar da China na região.” (Malhotra, 2022, p. 23).

⁶⁷ A Austrália voltou a participar no exercício em 2020, após o renascimento do Quad em 2017 (Panda, 2020).

⁶⁸ Recentemente, em fevereiro de 2024, a Índia sediou a 12ª Edição do Exercício MILAN (Soni, 2024).

⁶⁹ Em 2016, a Índia e o Vietname elevaram a sua tradicional declaração conjunta sobre parceria estratégica, de 2007, para uma parceria estratégica abrangente (Ministry of External Affairs, 2016).

⁷⁰ País do sudeste asiático com quem a Índia tem a relação mais longa. Em 2015 ambos os Estados assinaram um acordo de cooperação de defesa (Rajagopalan, 2020).

⁷¹ A visita do PM Modi à Indonésia, em 2018, levou à assinatura de um acordo conjunto para desenvolver o Porto Sabang, no Estreito de Malaca (Jayanth, 2018).

5.2.4. Fator de Decisão Estratégica: Tempo

Nas palavras do Almirante Silva Ribeiro, o tempo “representa o momento, a duração e o ritmo da ação estratégica” (Ribeiro, 2022, p. 109). É considerado um dos fatores de decisão estratégica mais relevantes “na formulação e na operacionalização de uma modalidade de ação, uma vez que está intimamente ligado às mudanças da situação e ao emprego dos meios (manobra e tipo)” (Ribeiro, 2022, p. 109). Na análise da atuação política e estratégica da Índia devemos responder à questão *Quando?* são as iniciativas marítimas da Índia desencadeadas, qual a sua longevidade de ação (duração) e a adoção da velocidade da realização da ação (ritmo).

A questão: *Quando é que as iniciativas marítimas da Índia foram desencadeadas?* pode ser respondida com a análise da Figura 2⁷², onde podemos visualizar a evolução das iniciativas políticas e estratégicas, assim como as atividades operacionais e jurídico-institucionais marítimas prosseguidas no período de 1947 até 2024.

A longevidade de ação refere-se à duração da concretização dos projetos estratégicos. Exemplificando, em agosto de 2021, o INS Vikrant, o 1º porta-aviões de fabricação nacional, concluiu com sucesso a sua viagem inaugural⁷³, ao fim de 17 anos de construção (Ghoshal, 2022), como um esforço reforçado para a redução da dependência de armamento estrangeiro e como parte da ambição do governo indiano para atingir uma condição de autossuficiência no setor de defesa da Índia (The Times of India, 2022). Um porta-aviões como o INS Vikrant é considerado um ativo militar incomparável, pela sua capacidade de projetar poder tático a longas distâncias, e combinar capacidades de flexibilidade operacional e rapidez de intervenção necessárias para impulsionar estrategicamente a Índia face a desafios regionais impostos, incluindo a crescente presença da China no Indo-Pacífico (The Times of India, 2022).

A Tabela 4⁷⁴ ilustra a variedade de ligações diplomáticas para a segurança e defesa marítima que a Índia dispõe ao nível do Indo-Pacífico. Desde 1992, através do Exercício *Malabar* com os EUA, exercício que em 2024 contou com a participação da Austrália e do

⁷² Presente na página 35.

⁷³ Subsequentemente comissionado em 2022 por Narendra Modi.

⁷⁴ Presente na página 45.

Japão, até 2021, com o estabelecimentos do Exercício *Al-Mohed Al-Hindi* com a Arábia Saudita, podemos concluir que a IN segue uma estratégia de longo prazo. Também destacamos o IONS, iniciado em 2008 que atualmente conta com a presença de 25 países participantes (Durai, 2025), como exemplo de um compromisso duradouro da Índia para com a segurança marítima regional e internacional.

Relativamente à velocidade da realização da ação ou ritmo, a IN tem intensificado a construção naval e parcerias estratégicas. Atualmente, o Golfo de Aden e o oeste do Mar Arábico testemunham o maior envolvimento da IN desde 2008, para a proteção das rotas marítimas globais contra ataques de atores não estatais. O ritmo da ação da IN progrediu em conformidade com a mudança de foco, de uma Marinha passiva para uma Marinha com capacidade *net security provider* (Singh & Sen, 2024), mantendo um ritmo de atividades ambicioso (Tarapore, 2024). Ao nível das missões antipirataria, os atuais destacamentos da IN sugerem maior capacidade, eficiência e complexidade de atuação, maior rapidez e extensão (Singh & Sen, 2024). Desde finais de 2023, a IN mobilizou cerca de 10 navios para operações antipirataria, no âmbito da Operação *Sankalp* e, para a salvaguarda de SLOCs no Golfo de Aden e Mar Arábico (Tarapore, 2024).

A IN participa e inicia treinos com parceiros internacionais, frequentes e complexos. Realiza operações humanitárias e de evacuação em tempos de paz, e mantém destacamentos “24 horas por dia, para projetar presença e garantir a segurança” (Tarapore, 2024) regional. Oferece ainda, rotineiramente, assistência a estados regionais menores, em termos securitários.

5.2.5. Fator de Decisão Estratégica: Contrário

Identificamos a República Popular da China como o contrário estratégico da Índia.

Em conformidade com Silva Ribeiro, o contrário centra-se “no controlo dos fatores que apoiam a estratégia própria e dificultam a do contrário, contribuindo para garantir o grau de liberdade de ação adequado, que se traduz nas possibilidades de exploração, por cada contendor, das respetivas potencialidades, isto é, no potencial mássico, dinâmico, e utilizável na ação estratégica” (Ribeiro, 2022, p. 110).

A China é entendida como um ator dinâmico que procura ampliar o seu potencial estratégico, através do desenvolvimento das suas próprias capacidades e estabelecimento de infraestruturas marítimas, e explorar vulnerabilidades alheias no Indo-Pacífico, através da Diplomacia da *Armadilha de Dívida*⁷⁵ (Tai, 2024). A sua atuação marítima altera a força percebida de Nova Delhi, condiciona a sua liberdade de ação, e manobra estratégica no Indo-Pacífico (Kwatra & Devulapalli, 2020). Embora a China repudie veementemente as sugestões de ‘cerco estratégico’ à Índia, a sua expansão marítima por meio da Iniciativa *Belt and Road*⁷⁶, e prossecução da *String of Pearls*, conduz a uma agitação no cerne estratégico de Nova Delhi. A possibilidade de utilização de infraestruturas comerciais, adquiridas pela China, para fins militares e intensificação política sobre países próximos à Índia exerce pressão sobre as suas dinâmicas de segurança (Tai, 2024).

Para fins de análise, importa conhecer a forma de pensamento e atuação da China, enquanto contrário estratégico. Para tal é necessário “dispor de bons serviços de informações; direcioná-los para as áreas de interesse estratégico; estabelecer mecanismos de interação com os estrategistas” (Ribeiro, 2022, p. 110). O Capítulo 6 será dedicado ao seu aprofundamento.

⁷⁵ O Termo Diplomacia da *Armadilha de Dívida* foi cunhado em 2017, por Brahma Chellaney (Ajnoti, 2022). Refere-se à oferta de infraestruturas em condições difíceis de reembolso, obrigando os Estados a concessões políticas e económicas. Países em desenvolvimento são frequentemente atraídos pela China para alívio de dívida. Os países membros da Belt and Road são atraídos por promessas de desenvolvimento e transformação socioeconómica (Tai, 2024).

⁷⁶ Da perspetiva da Índia, a natureza da Belt and Road tem que ver com objetivos políticos e estratégicos, ao invés de objetivos de desenvolvimento económico (Tai, 2024).

6. A Estratégia Marítima Expansionista da China no Indo-Pacífico

Após o capítulo anterior, este capítulo destina-se a responder à QD2 e OE2.

As circunstâncias estratégicas da China mudaram drasticamente nos últimos 20 anos. O crescimento dos seus interesses securitários e económicos *offshore* contribuíram para essa mudança (McDevitt, 2016). O “desenvolvimento geopolítico mais relevante no Sul da Ásia do século XXI foi a emergência da China” (Mohan, 2012, p. 30). Historicamente uma potência terrestre (Chaudhury, 2007), a China começou a ressurgir económica e estrategicamente a partir dos anos de 1970 (Tomé, 2019). Consequentemente, tem investido fortemente na Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN) e nas suas capacidades, em prol de uma Marinha *Blue Water* (Kumar, 2009) e proteção dos seus interesses marítimos (Badawi, 2025).

Os seus objetivos estratégicos aplicam-se à escala internacional (Chaudhury, 2007) ao invés de regional, não escondendo a sua “ambição de conquistar premência asiática” (Chellaney, 2011, p. 299). Neste contexto, a China, as suas ambições e capacidades são consideradas nesta dissertação como cruciais para explicar “as dinâmicas no Indo-Pacífico” (Tomé, 2019, p. 72).

6.1. Contexto Histórico

O estudo da história da China é, tradicionalmente, dividido em períodos dinásticos, incluindo as dinastias, Xia, Song, Yuan, Ming ou Qing (Zubrzycki, 2022). Desde a antiguidade, as preocupações securitárias da China estão correlacionadas com invasões terrestres. A Grande Muralha da China, iniciada no século III a.C., foi construída inicialmente devido às invasões do povo xiongnu e outros nómadas do norte (Britannica, s.d.).

No domínio marítimo destaca-se a Dinastia Ming e as suas expedições navais, levadas a cabo com o Imperador Yongle, comandadas pelo almirante Zheng He. Durante as primeiras décadas do século XV (1405-1433), Zheng He realizou 7 viagens mundialmente reconhecidas como fator da expansão do Império, e promoveu a consciência marítima da China, ao nível interno e externo (Mohan, 2012). Este episódio é frequentemente mencionado pelos estudiosos e estrategas chineses para justificar a sua ascensão regional

de cariz pacífico. Após a morte do Imperador Yongle, a China ‘deu um passo atrás’ e passou a priorizar o pensamento continentalista (Levathes, 1994) anterior. Mao Tsé-Tung (1949-1976), por exemplo, enfatizou mínimo interesse e investimento na atividade marítima, priorizando a autossuficiência económica e a defesa territorial (Mohan, 2012).

Apenas a partir de 1980 foram iniciadas reformas e modernizações militares, impulsionadas por Deng Xiaoping⁷⁷, focalizadas na globalização económica e marítima da China no paradigma internacional⁷⁸. Mais especificamente, em 1982 quando Liu Huaqing⁷⁹ foi nomeado para a chefia da PLAN, foram iniciadas campanhas de modernização e expansão da Marinha, construção de capacidades navais e desenvolvimento de oficiais (Cole, 2024). Ainda, o colapso da URSS em 1991, foi fator de aceleração da China no contexto marítimo (Rolland, 2024).

As administrações de Jiang Zemin (1989-2002) e Hu Jintao (2002-2012) são responsáveis por reforçar o interesse marítimo, através de um aumento orçamental da defesa e, intrinsecamente, das forças da PLAN⁸⁰. Em 1995, Jiang Zemin descreveu a China como “uma potência continental e costeira” (Cole B. D., 2024), posição que reforçou em 2002 no 16º Congresso do Partido, no qual aludiu às importantes oportunidades estratégicas e perspectivas promissoras oferecidas à China, no início do século XXI. Simultaneamente, o governo de Hu Jintao foi centralizado nas reivindicações marítimas “nos mares Amarelo, Oriental e Meridional da China” (Cole B. D., 2024). O reconhecimento da China como uma potência emergente, foi expresso pela primeira vez no final de 2003, com o slogan *peaceful rise*⁸¹ (Rolland, 2024).

Esta ênfase no domínio marítimo foi exacerbada por Xi Jinping. Xi adotou o “poder marítimo como um elemento essencial do *Chinese Dream*” (McDevitt, 2016). Com a

⁷⁷ Ex-Presidente da Comissão Militar Central da China, de 1983 a 1990.

⁷⁸ Exemplificando, em 1985/1986 a PLAN realizou os seus primeiros exercícios no Oceano Índico, com escalas em Karachi, Colombo e Chittagong (Mohan, 2012).

⁷⁹ Liu Huaqing, comandante da PLAN de 1982 a 1988, pretendia desenvolver uma estratégia marítima, com vista à supremacia naval da China até meados do século XXI, a qual se desenrolou em 3 fases: De 2000 a 2010, concentrou-se em operações costeiras na primeira cadeia de ilhas e, no investimento e modernização; A segunda fase de 2010 a 2020 pretendia a expansão da zona influência para áreas *offshore*. A terceira fase pretende transformar a PLAN numa *Blue Water Navy* com capacidade de atuação em águas profundas (Kumar, Gapa, & Chand, 2025).

⁸⁰ A China não divulga especificidades sobre a distribuição do orçamento entre diferentes ramos das Forças Armadas.

⁸¹ Conceito introduzido no início de 2003 pelo teórico Zheng Bijian. Posteriormente, foi adotada a formulação de *peaceful development* ao invés de *peaceful rise*.

chegada à liderança do Partido Comunista Chinês (PCC), ficou claro que a própria China era uma potência em ascensão, “um país híbrido, com presença terrestre e marítima” (Rolland, 2024).

6.2. Pilares da Estratégia Marítima Expansionista da China no Indo-Pacífico

Dentro das Forças Armadas (FA) da China, existem cinco serviços: a Força Terrestre do PLA (PLAGF), a PLAN, a PLAAF⁸², a PLARF⁸³, a qual emprega capacidades balísticas e nucleares, e a Força de Apoio Estratégico do PLA (PLASSF) (Heath et al., 2023). Concentramo-nos na PLAN, que foi criada em 1927, com a missão estipulada de “executar as tarefas políticas da revolução [chinesa]”. Em 1982, o seu foco mudou para “resistir a invasões e defender a pátria”, particularmente em zonas costeiras (Cole B. D., 2024).

Os oceanos são vistos como uma fronteira definitiva para a China, cruciais para o transporte, “potenciais fornecedores de alimentos, energia e recursos minerais, e imperativos para a projeção de poder militar” (Rolland, 2024). Para a China, o poder marítimo reconhece a importância de possuir uma marinha de classe mundial, envolvendo uma guarda costeira eficaz, uma frota mercante ampla, uma capacidade de exploração e extração de recursos marítimos economicamente relevante e, uma capacidade de construção naval reconhecida ao nível global (McDevitt, 2016).

Admitimos que os principais pilares da expansão marítima da China no Indo-Pacífico são:

- i) Modernização e Fortalecimento da PLAN;
- ii) Construção e Militarização das Ilhas do Mar do Sul da China;
- iii) *String of Pearls*, inserida no contexto da *Maritime Silk Road*⁸⁴;
- iv) Projeção *offshore* e Proteção do comércio marítimo;
- v) Diplomacia Marítima;

6.2.1. Meio/Ambiente

Geograficamente, a China é uma potência continental, com uma área de 9.6 milhões km², uma fronteira terrestre de 22.457 km com 14 países, e uma fronteira marítima com 18.000

⁸² People's Liberation Army Air Force

⁸³ People's Liberation Army Rocket Force

⁸⁴ *Belt* (vertente marítima) da Iniciativa *Belt and Road*

km (CIA, The Word Fact Book). É banhada por 4 mares, nomeadamente o Mar de Bohai, o Mar Amarelo, o Mar da China Oriental e o Mar da China Meridional. Ainda em termos quantitativos, a China reivindica 3 milhões de km² de território marítimo, incluindo 6.500 ilhas costeiras⁸⁵. A ampliação da concetualização do seu espaço estratégico “coincide com o crescimento do seu poder nacional” (Rolland, 2024).

Os estrategas chineses consideram os Oceanos Pacífico e Índico uma região unificada de dois oceanos, onde a China deve procurar “construir influência política e uma presença militar duradoura” (Tarapore, 2024). Na última década, Beijing consolidou uma presença militar forte, capaz de influenciar a geopolítica do Indo-Pacífico, através da salvaguarda de recursos e *SLOCs*, construção de infraestruturas de dupla utilização e desenvolvimento de capacidades (Kumar, Gapa, & Chand, 2025). Em conformidade, desde dezembro de 2008, a PLAN emprega forças e realiza operações regulares para a proteção de embarcações no Golfo de Aden e nas águas ao largo da costa da Somália (The State Council Information Office of the People’s Republic of China, 2019). Estas operações de combate à pirataria no Oceano Índico Ocidental têm sido utilizadas para justificar a presença da China na região (Curtis & Samaranayake, 2024).

Contrariamente à Índia, a China não aceita oficialmente o termo Indo-Pacífico. Na presente dissertação fazemos referência à Estratégia *String of Pearls*⁸⁶, uma estratégica utilizada para concetualizar a expansão marítima da China na região e, intrínseca à *Maritime Silk Road*, esta sim, formalizada pelo governo chinês (Kumar, Gapa, & Chand, 2025).

6.2.2. Objetivo

Compete às FA da China que “garantam o domínio do PCC; protejam os interesses territoriais e de soberania da China e a unidade nacional; protejam os interesses no exterior; e moldem uma ordem internacional favorável.” (Heath et al., 2023, p. 16).

Semelhante ao capítulo anterior, na Tabela 5. delimitamos agora os objetivos estratégicos da PLAN, a sua missão e tarefas subjacentes:

⁸⁵ A maioria encontra-se a menos de 100 milhas náuticas face à China continental (Rolland, 2024).

⁸⁶ Análise no Subcapítulo 7.2.

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO

Tabela 5 - Objetivos de Segurança e Defesa da China.

Órgão Estrutural	PLA	PLAN
Objetivos:	<ul style="list-style-type: none"> - Proteger a segurança da Política nacional, Segurança e Estabilidade Social; - Dissuadir ameaças externas à segurança básica, soberania e integridade territorial da China; - Defender a narrativa da influência, o acesso e parcerias internacionais da China contra influências terceiras anti China; - Proteger os interesses extraterritoriais de segurança da China no ciberespaço; - Apoiar o desenvolvimento sustentável do país; 	<ul style="list-style-type: none"> - Proteger os direitos e interesses marítimos da China (The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2019); - Dissuadir potenciais ameaças externas aos interesses ultramarinos;
Missão:	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a paz e a estabilidade interna. Defender o Governo do Partido Comunista Chinês (PCC), a segurança básica e o Sistema Socialista; - Garantir a integridade das fronteiras chinesas e o controlo soberano sobre todo o território reivindicado contra ameaças externas; - Opor-se e conter a independência de Taiwan⁸⁷; - Promoção de relações militares, económicas e estratégicas com potenciais nações parceiras; - Proteção das relações diplomáticas e militares chinesas, com parceiros mundiais como mecanismo de influência para a promoção de interesses chineses; 	<ul style="list-style-type: none"> - Dissuadir ameaças externas contra interesses chineses no estrangeiro; - Prestar assistência militar a governos estrangeiros para a proteção dos interesses chineses no estrangeiro; - Proteção eficaz da segurança, direitos legítimos e interesses marítimos da população chinesa;
Tarefas:	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção da segurança e estabilidade nas províncias do Tibete e Turquestão Oriental (Xinjiang)⁸⁸; - Dissuadir potenciais ameaças territoriais à pátria chinesa; - Dissuadir potenciais ameaças externas ao território soberano terrestre, aéreo e marítimo ao longo das suas fronteiras físicas; - Defender contra incursões marítimas e terrestres em áreas fronteiriças; - Recolha de Informação; - Reconhecimento; - Formação; - Tarefas de escolta a civis chineses no estrangeiro; - Diálogos de Segurança e Defesa; - Exercícios combinados, assim como treinos e visitas de chefias militares de alto-nível; - Esforços para dissuadir Taiwan de afirmar a sua independência; 	<ul style="list-style-type: none"> - Patrulhas; - Visitas a portos; - Exercícios navais conjuntos;

Fontes: Heath et al., 2023, pp. 20-36.; The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2019, pp. 7-8. Elaboração Própria.

⁸⁷Resolver a questão de Taiwan e alcançar a sua reunificação é de interesse fundamental para a China e essencial para a realização do renascimento nacional. A China adere aos princípios da «reunificação pacífica» e “*Um país, Dois Sistemas*”, promovendo o desenvolvimento pacífico das relações entre os dois lados do Estreito e avança na reunificação pacífica do país. Simultaneamente, a China opõe-se veementemente a quaisquer tentativas ou ações que visem dividir o país e a qualquer interferência estrangeira com esse objetivo.” (The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2019).

⁸⁸ Supressão de movimentos separatistas.

Para a sua prossecução dos objetivos estratégicos, a China adota uma abordagem holística (The State Council Information Office of the People’s Republic of China, 2019), a qual enfatiza a salvaguarda da população como objetivo final, a segurança política como fator decisivo na tomada de decisões internas e externas⁸⁹ (Cole B. D., 2024), a segurança económica e promoção de segurança internacional como apoio e, a segurança militar, tecnológica, cultural e social como garantia (Xinhua, 2025).

6.2.3. Meios de Coação

Para a concretização dos objetivos apresentados na Tabela 5. é necessário empregar meios de coação A China tem desenvolvido esforços integrados para a construção de um país próspero e um exército forte, e luta pelo desenvolvimento coordenado da defesa nacional e da economia” (The State Council Information Office of the People’s Republic of China, 2019, p. 35). Neste subcapítulo focar-nos-emos na análise de meios de coação de cariz militar, económico, e diplomático.

6.2.3.1.Meios de Coação: Militar

O PLA é o maior exército do mundo, com cerca de 2.2 milhões de soldados no ativo (Tomé, 2019). De relevo, sob o comando da PLAN, encontram-se a “Marinha ETC (Frota Donghai), a Marinha STC (Frota Nanhai), a Marinha NTC (Frota Beihai) e o Corpo de Fuzileiros Navais da PLAN” (The State Council Information Office of the People’s Republic of China, 2019, pp. 28-29).

Para suprir deficiências operacionais e de apoio, um dos meios militares comumente adotados é o desenvolvimento de instalações logísticas exteriores e capacidades militares. Exemplificando, em agosto de 2017, a Base de Apoio no Djibouti⁹⁰ entrou em serviço (The State Council Information Office of the People’s Republic of China, 2019) no estreito de Bab el-Mandeb, que liga o Golfo de Aden ao Mar Vermelho. A PLAN é “o único serviço

⁸⁹ “As Forças Armadas da China seguem, incondicionalmente, o pensamento de Xi Jinping sobre o fortalecimento das forças armadas como orientação (...)” (The State Council Information Office of the People’s Republic of China, 2019, pp. 30-33).

⁹⁰ A Base de Apoio no Djibouti tem a capacidade de manutenção de quatro *task groups* que cooperam com diversas forças navais para a proteção de SLOCs (The State Council Information Office of the People’s Republic of China, 2019), regionais.

com experiência em destacamentos a longo prazo, apoiados pela base de apoio em Djibouti.” (The Military Balance 2025, 2025, p. 240).

Através da sua presença, operações e atividades regionais, de cooperação em matéria de segurança desde 2015, as responsabilidades da PLAN aumentaram para atuar face às vulnerabilidades energéticas e da China de rotas marítimas seguras no Oceano Índico (Kardon, 2023). A sua assertividade manifesta-se sobretudo em visitas a portos, desenvolvimento de infraestruturas, e “atracação de navios de dupla-utilização, como no Sri Lanka⁹¹ e, mais recentemente, nas Maldivas” (Curtis & Samaranayake, 2024, p. 5). Para a prossecução de tais tarefas (devidamente identificadas na Tabela 5) atentemos agora, à Tabela 6. que nos indica as capacidades que a PLAN dispõe para a sua realização.

Tabela 6 - Capacidades e Meios de Coação da Marinha do PLAN.

Capacidades e Meios de Coação da Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN)	
Forças Marítimas no ativo	252.000
Forças Terrestres no Ativo	960.000
Nº Total de Submarinos	59
Submarino Balístico com Capacidade de lançar Mísseis Balísticos (SSBN)	12 - 6 Tipo-094 (Jin) com até 12 SLBMs nucleares JL-2/JL-3. - 6 TT simples de 533 mm com Yu-6 HWT.
Nº de Submarinos Táticos	53 - 6 Submarinos de Ataque Nuclear (SSN); - 46 Submarinos Diesel-Elétrico especializado para Tarefas Antissubmarinas (SSK)
Principais Combatentes de Superfície	102
Nº Total de Porta-Aviões	2 ⁹² - 1 Tipo-001 (Kuznetsov) - 1 Tipo-002 (Kuznetsov modificado)
Nº Total de Destroyers	42
Nº Total de Fragatas	50
Nº Total de Corvetas	50 - Tipo-056A (Jiangdao)
Navios de Desembarque	39
Embarcações de Desembarque	82
Patrulhas e Combatentes Costeiros	142+
Logística e Apoio	173

Fonte: The Military Balance 2025, 2025, pp. 240-254. Elaboração Própria.

⁹¹ Um navio chinês de pesquisa atracou no porto de Colombo no final de outubro de 2023, após a atracação, em agosto de 2022, de um navio chinês de rastreamento de satélites no porto de Hambantota (Curtis & Samaranayake, 2024).

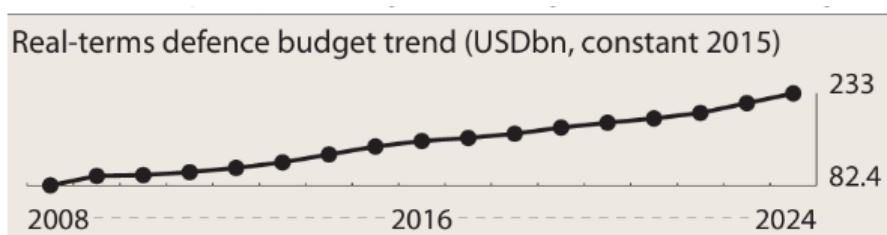
⁹² Em novembro de 2025 foi anunciado o início de operações do 3º porta-aviões da China, 1 Tipo-003 (CATOBA/super Carrier) comumente denominado Fujian.

No domínio nuclear, a China segue uma estratégia de autodefesa, e de dissuasão contra potenciais adversários⁹³ (The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2019). Investe na sua autonomia e alcance estratégico, incluindo *destroyers*⁹⁴ e fragatas de mísseis guiados (Tarapore, 2024), em prol não só de um papel influente no Indo-Pacífico, mas também, na formação e projeção de forças, e alcançar uma *Blue Water Navy* (Rita, 2021). Atualmente a PLAN é a maior Marinha do mundo em termos de frota, com cerca de 370 navios de combate (Rossi, 2025).

No domínio das suas funções, a “PLAN continuou a desenvolver e expandir as suas capacidades” (The Military Balance 2025, 2025, p. 221). No período entre 1990 e 2020, o governo “empreendeu um aumento drástico no seu poderio naval, incluindo armamentos, emissão de navios e doutrina marítima” (Orbaiceta, 2022). Ademais, o crescimento da verba destinada à a defesa é determinada pelas “exigências da sua defesa nacional, pela dimensão da sua economia e pela natureza defensiva da sua política de defesa nacional.” (The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2019, pp. 37-39)

De acordo a Military Balance 2025 observemos a Figura 4, que nos mostra a evolução do orçamento alocado nacionalmente para a defesa:

Figura 4 - Tendência do orçamento da defesa da República Popular da China em termos reais



Fonte: The Military Balance 2025, 2025, p. 239.

O orçamento de defesa para o ano fiscal de 2024 representou “um aumento nominal de 7.2% em relação ao ano anterior e mais um ano consecutivo de crescimento” (The Military Balance 2025, 2025, p. 224), ultrapassando a “média regional de 3.9%” (The Military

⁹³ Em 2024, o arsenal nuclear do PLA ultrapassava as 600 armas nucleares operacionais. Projeta-se um crescimento de cerca de 1000 ogivas até 2030 e, potencialmente 1200 até 2035. Este avanço é complementado por avanços em armamentos hipersônicos e ICBMs, permitindo que Beijing represente verdadeira ameaça num ataque de precisão, tanto aos EUA como aliados, incluindo a Índia. Espera-se que o número de ICBMs operacionais duplique até 2030, aprimorando a dissuasão estratégica do PLA (Rossi, 2025).

⁹⁴ Tradução: Contratorpedeiros

Balance 2025, 2025, p. 13). Atualmente, a China dispõe do 2.º maior orçamento de defesa do mundo (Tomé, 2019, p. 78).

6.2.3.2. Meios de Coação: Económicos

A China constitui a Segunda maior economia mundial (The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2019).

Segundo estimativas da Agência Internacional de Energia (IEA), a percentagem de importações chinesas apresentará um aumento significativo, de 2017 a 2035, de 23% para 40%, no caso do gás natural e de 60% para 80% no caso do petróleo (International Energy Agency, 2018). Significa que a salvaguarda da segurança marítima, pilar da prosperidade económica da China, permanece uma das principais prioridades nacionais, levando Beijing a concentrar esforços estratégicos para a sua proteção (Choudhury, 2024), em congruência aos seguintes objetivos apresentados na Tabela 6:

- i) Proteger a segurança da Política nacional, Segurança e Estabilidade Social;
- ii) Apoiar o desenvolvimento sustentável do país;

Assim sendo, o crescente interesse no Canal do Suez, nos Estreitos de Ormuz, Bab-el-Mandeb ou Malaca não é invulgar (Tomé, 2019). O Estreito de Malaca, principalmente, representa um *choke point* de passagem de 80% das importações de gás natural e petróleo da China (Upadhyaya, 2020), sendo admitido como um ponto de extrema importância e vulnerabilidade, conhecido como o *Dilema de Malaca*⁹⁵ (Kaplan, 2011). A resolução do *Dilema de Malaca* é um dos pilares centrais da China no Indo-Pacífico, através do investimento em rotas estratégicas⁹⁶ e utilização de *choke points* alternativos⁹⁷ para a entrada na região (Upadhyaya, 2020). É cada vez mais evidente a assertividade da PLAN no contexto regional, para a proteção e expansão dos seus interesses e influência marítima nacional (Choudhury, 2024).

⁹⁵ Destacado, pela primeira vez pelo Ex-Presidente da China, Hu Jintao, em 2003 (Kaplan, 2011).

⁹⁶ Uma rota alternativa ao Estreito de Malaca “são dois oleodutos e gasodutos paralelos entre Kyaukphyu, Myanmar, e a província de Yunan, na China, recentemente encomendados pela China” (Upadhyaya, 2020, p. 8).

⁹⁷ Destacam-se os Estreitos de Lombok e de Sunda, como alternativa para a PLAN, de modo a evitar detenção precoce aquando a entrada no Oceano Índico (Upadhyaya, 2020).

6.2.3.3. Meios de Coação: Diplomáticos

A partir de uma ênfase diplomática e de uma combinação de instrumentos estratégicos de dissuasão e *soft power* (Upadhyaya, 2020), a China assinou até novembro de 2019, 197 acordos de cooperação com 137 países e 30 organizações internacionais, incluindo 10 agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Xinhua, 2019).

A China compromete-se com o princípio da cooperação mútua. Para tal, as FA, inclusive a PLAN, participam ativamente em operações de manutenção da paz da ONU (UNPKOs), de proteção de navios e em esforços internacionais de assistência humanitária e HADR⁹⁸. Reforçam a cooperação internacional no controlo de armas e não-proliferação, e desempenham um papel construtivo para responder a desafios globais e ameaças à segurança (The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2019).

Para a concretização do *Chinese Dream*, e intrinsecamente do rejuvenescimento nacional, a China necessita de apelar à sua liberdade de ação estratégica e empenhar o seu poder económico, político e diplomático (Heath et al., 2023). A China procura “unir a Ásia” por meio de entidades como o Conselho de Cooperação de Xangai, o Encontro Informal de Ministros da Defesa China-ASEAN e ADMM-Plus (Cordesman, 2019). Pretende exercer uma posição dominante num mundo multipolar (Kumar, Gapa, & Chand, 2025), fazendo uso de uma Diplomacia de *Armadilha de Dívida*⁹⁹, na qual a concessão de infraestruturas e ativos marítimos, provindos de países em desenvolvimento, é reconhecida como motor de desenvolvimento económico, estratégico e social nacional (Tai, 2024).

6.2.4. Tempo

Com a expansão das capacidades da China, quer económicas, militares ou diplomáticas, espera-se que, proporcionalmente, aumente a sua presença regional (Curtis & Samaranyake, 2024). Mobiliza-se o fator *Tempo* como instrumento de decisão estratégica

⁹⁸ “Na última década, mais de 100 navios e 26.000 oficiais e marinheiros foram regularmente destacados (...) forneceram proteção de segurança para mais de 6.600 navios chineses e estrangeiros e resgataram, protegeram ou auxiliaram mais de 70 navios em perigo” (The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2019, pp. 50-51).

⁹⁹ Embora a China considere a *Armadilha de Dívida* como uma falsa alegação ocidental para obstrução das suas relações e desenvolvimento, tal instrumento diplomático é admitido pela Índia como utilizado pela China (Tai, 2024).

essencial para a análise do momento, ritmo e duração da expansão marítima da China no Indo-Pacífico.

Beijing descreve as primeiras décadas do século XXI como um período de oportunidades, no qual a visão *peaceful rise* representou uma estratégia positiva a longo-prazo. Durante este período, a China não assumiu uma postura tipicamente confrontacional, e apostou numa lógica *win-win* (Tomé, 2019).

Embora os objetivos específicos a longo-prazo da China sejam incertos e variáveis, a crescente presença naval na região do Indo-Pacífico confere à PLAN maior poder coercivo, em relação não só a adversários estratégicos, mas também Estados regionais de menor dimensão estratégica (Tarapore, 2024). A estratégia marítima da China combina a diplomacia económica e geopolítica com o objetivo de salvaguardar os interesses nacionais e projetar a sua imagem como um ator formidável na região, capaz de desafiar as estruturas de poder internacionais existentes a longo prazo (Kumar, Gapa, & Chand, 2025). A realização de exercícios conjuntos com a Rússia, próximas do Japão, demonstra a sua ambição de atuação em águas profundas (Nikolov, 2025).

Relativamente ao *Ritmo*, a fusão civil-militar das FA da China, permite o aproveitamento de inovações na construção naval, como “sistemas de propulsão avançados e módulos de radar, para aplicações navais” (Nikolov, 2025). Cerca de 70% dos navios de guerra ao dispor da China foram comissionados desde 2010 (Nikolov, 2025). Igualmente, “a PLAN opera 23 destroyers lançados nos últimos 10 anos” (Palmer, Carroll, & Velázquez, 2024). Somente em 2022 foram incorporados cerca de 10 navios e 1 submarino às capacidades de dissuasão da PLAN. A sua capacidade de construção naval continua a aumentar, com perspectivas de atingir o marco dos 425 navios de guerra até 2030 (Nikolov, 2025).

Se a PLAN continuar a sua expansão ao ritmo atual, beneficiará de uma vantagem estratégica, não só no contexto do Indo-Pacífico, mas internacional (Palmer, Carroll, & Velázquez, 2024). A sua capacidade de integrar tecnologias de dupla-utilização, e simultaneamente uma “frota jovem” (Nikolov, 2025), seriam fatores que revitalizariam a sua auto-perceção, projeção de poder e capacidades de dissuasão.

A sua estratégia no Indo-Pacífico apresenta um carácter a longo prazo, alinhada com as metas definidas em concordância com o centenário da fundação da República Popular da

China. A sua presença no Golfo de Aden, desde 2008, a sua preeminência regional, e o estabelecimento da sua 1ª Base de Apoio em Djibouti para as missões de longo alcance refletem uma projeção duradoura.

6.2.5. Contrário

A China é admitida como contrário estratégico da Índia. Mas será a Índia o contrário estratégico da China? A dinâmica é composta por processos disjuntivos e conjuntivos.

Em termos disjuntivos, a Índia é considerada um obstáculo à cooperação naval e marítima entre os mais pequenos do sul da Ásia e a China, em matéria de segurança e defesa (Curtis & Samaranayake, 2024). Adicionalmente, o PCC reconhece uma convergência de interesses estratégicos entre Nova Delhi, enquanto maior democracia não-ocidental, e Washington D.C. Esta perceção conduz a que a Índia seja interpretada como parceiro estratégico dos EUA e, conseqüentemente contrário estratégico da China (Choudhury, 2024). Em última instância, Beijing aspira substituir os EUA como principal parceiro de segurança regional (Heath et al., 2023).

Contudo, persistem processos conjuntivos caracterizados por relações de cooperação que mitigam sistemas de desacordo China-Índia. A cooperação no âmbito dos BRICS, da SCO, e a participação mútua em Operações Antipirataria no Golfo de Aden, evidencia a Índia, sob a perspetiva da China, como um ator possível de coordenação operacional e institucional (Fong, 2025).

7. A relação Sino-Indiana

O Dilema de Segurança¹⁰⁰ entre ambas as nações, tradicionalmente concentrado no domínio continental, foi alargado ao domínio marítimo (Mohan, 2012), algo inevitável devido ao sucesso da globalização económica. “À medida que a China e a Índia se estendem a águas para além dos seus domínios marítimos tradicionais, a noção de uma rivalidade entre ambas começa a ganhar terreno.” (Mohan, 2012, p. 5)

Em termos estratégicos, a Índia tem presente a ideia de equilíbrio de poder com a China de forma realista, por meio do desenvolvimento de potencial económico, militar e diplomático (Chaudhury, 2007). Concretamente, o Mathai¹⁰¹ em fevereiro de 2012, afirmou:

“A China é o nosso maior vizinho, um país importante na região da Ásia-Pacífico e um país com grande influência global. Temos desafios consideráveis na nossa relação, mas também enormes oportunidades para uma parceria mutuamente benéfica a nível bilateral e global. Continuaremos a investir na construção de uma relação estável e de cooperação com a China que seja mutuamente benéfica e também uma fonte de estabilidade e prosperidade regional” (Mathai, 2012).

As comunidades estratégicas, no entanto, têm alimentado noções antagónicas (Mohan, 2012). Da perspetiva indiana, a nova estratégia militar chinesa, assim como a sua postura militar robusta e agressiva na região do Oceano Índico, é motivo de preocupação (Upadhyaya, 2017). Da mesma forma, emergiram na China opiniões hostis sobre a cooperação marítima da Índia com os EUA, e a possibilidade de asfixia “da linha de vida energética de Beijing no Estreito de Malaca” (Mohan, 2012, p. 203). A Índia permanece atenta aos movimentos expansionistas da China no domínio marítimo (Khurana G. S., China as an Indian Ocean power: trends and implications, 2016), e à possibilidade de a “expansão do poder marítimo chinês no Oceano Índico poder desafiar seriamente a vantagem geoestratégica da Índia no futuro próximo” (Upadhyaya, 2017, pp. 63-64).

¹⁰⁰ “O dilema de segurança diz respeito a uma condição política em que a tentativa de aumentar a segurança de uma nação alarma a outra. As ações aparentemente prudentes de um Estado são seguidas de ações semelhantes do outro, conduzindo a tensões mútuas, a uma corrida ao armamento e, em termos mais gerais, a uma redução da segurança de ambas as nações.” (Mohan, 2012, p. 190). Acarreta um sentimento de inevitabilidade conflitual entre os Estados envolvidos. O dilema de segurança pode ser atenuado com políticas empenhadas na moderação, diplomacia sincronizada, cooperação alargada, instituições de segurança coletiva regionais e globais.

¹⁰¹ Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia.

7.1. Breve Contextualização Histórica

Os Estados da China e da Índia estão profundamente conscientes da sua vulnerabilidade nas fronteiras periféricas – Beijing na Mongólia Interior, Xinjiang, Tibete e Yunnan e Nova Deli em Caxemira, Punjab e províncias do nordeste. Dada a proximidade geográfica e os laços históricos duradouros entre as periferias dos Estados, ambos têm desconfiado intensamente da potencial intervenção do outro nos seus próprios assuntos internos (Mohan, 2012). As suas relações no século XX revelam um paradoxo, por um lado a tentativa de estabelecerem relações de boa vizinhança, e por outro, a constante rivalidade política.

A Índia foi um dos primeiros Estados ideologicamente democráticos a reconhecer o Governo Comunista Chinês em 1949, oferecendo apoio diplomático à RPC durante a década de 1950 para a sua aceitação na ONU. Ainda em 1954, a Índia reconheceu formalmente a soberania da China sobre o Tibete. Em contrapartida, a China assinou os Acordos de Panchsheel (Brewster, 2012). Tanto ao Índia como a China procuraram minimizar a perspetivas de rivalidade. Nos primeiros anos, as preocupações securitárias eram, maioritariamente, internas (Malhotra, 2022).

Em 1962, a China infligiu um humilhante golpe à Índia: assumiu controlo do atual Estado de Arunachal Pradesh, a nordeste, e reivindicou a disputada região de Aksai Chin, a norte de Ladaque (Zubrzycki, 2022). Esta situação teve um impacto profundo na PE da Índia, afastando-a do idealismo e aproximando-a do realismo (Dixit, 2003). O anterior fracasso quanto à demarcação da fronteira entre os dois países e o acolhimento de Dalai Lama pela Índia, face à opressão chinesa de 1959, fizera aumentar as tensões (Zubrzycki, 2022).

Na década de 1990, foram formalizados intercâmbios militares bilaterais, limitados e de baixo nível (Mohan, 2012). Tanto a Índia como a China se concentraram em reformas internas e na criação de um ambiente pacífico, propício ao crescimento económico. Destacamos o Acordo de Paz e Tranquilidade da Fronteira, em 1993, um esboço geral de medidas para alcançar a paz e a tranquilidade na fronteira, incluindo compromissos de contenção militar e comunicação para a resolução de litígios. Em 1996, foi assinado o Acordo sobre Medidas de Construção de Confiança em Campo Militar, com medidas

específicas para a redução da presença militar na fronteira e armas ofensivas (Mohan, 2012).

Separadamente, tanto a Índia como a China, a partir da primeira década do século XXI, concentraram esforços estratégicos no domínio marítimo, no qual a dependência de recursos externos, nomeadamente energéticos tornaram-se “vitais e estratégicos” (Mohan, 2012, p. 44).

Após o confronto fronteiriço no Vale de Galwan, em junho de 2020¹⁰², as relações entre os Estados estão agora menos tensas (Balázs, 2025). No final de outubro de 2024, ambos anunciaram a “conclusão de um acordo de patrulha de fronteira, sinalizando um degelo nas tensões (..) que persistiam por mais de quatro anos.” (Balázs, 2025). Contudo, “Caxemira continua a ser o problema político de mais difícil resolução e mais perigoso do subcontinente” (Zubrzycki, 2022, p. 209).

7.2. Estratégia String of Pearls

O termo *String of Pearls (SoP)* foi cunhado no relatório americano “*Energy Futures in Asia*” elaborado por Booz Allen Hamilton, em 2005, realizado para o Departamento de Defesa dos EUA (Bo, 2014). O relatório detalha a estratégia adotada pela China, numa interpretação americana à crescente presença estratégica e militar marítima da China no Indo-Pacífico, através do desenvolvimento e aquisição de bases e instalações marítimas (Orbaiceta, 2022).

O seu estudo levanta preocupações relativas à segurança regional e rotas comerciais, com importantes implicações para a integridade territorial da Índia e possível ‘*cercos estratégico*’ (Khurana, 2009). Refere-se, sobretudo, “aos esforços concertados da China para estabelecer uma rede de instalações militares e comerciais em toda a IOR e além” (Badawi, 2025, p. 6).

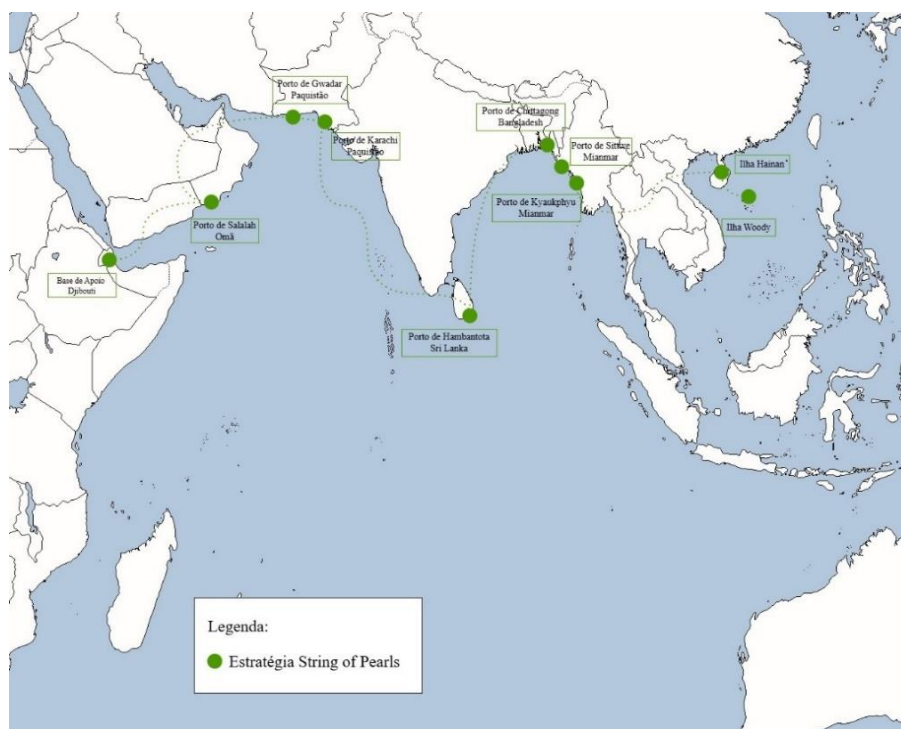
¹⁰² O Confronto resultou em várias vítimas mortais, com cerca de 20 soldados indianos mortos e 76 feridos (de ambos os lados) (Balázs, 2025).

Beijing rejeita a estratégia que aqui descrevemos, negando o seu interesse em adquirir uma presença militar avançada ou quaisquer intenções de confronto militar¹⁰³, privilegiando apenas o acesso a SLOCs regionais benéficas (Bo, 2014). Um fluxo comercial e energético seguro é fundamental (Siddiqui & Butt, 2021) assim como o aumento do seu alcance operacional, e reduzir a dependência de *choke points* (Badawi, 2025) facilmente controláveis por potências contrárias.

A *SoP* é composta por *pearls* (Figura 5) as quais fazem referência a portos, bases navais e centros logísticos (Ashraf, 2017). Apresentam múltiplas finalidades, desde proporcionar à PLAN maior independência e flexibilidade operacional, como uma capacidade acrescida de influência regional, funcionando como ponto de partida para acessar recursos estratégicos de longa distância e rápida resposta (Romaniuk, Fabe, & Kauner, 2023) à manutenção da segurança das SLOCS críticas (Badawi, 2025). Embora constituam, maioritariamente, projetos de natureza civil e económica, autores como Siddiqui e Butt apresentam a possibilidade do seu desenvolvimento para “dupla-utilização” (Siddiqui & Butt, 2021).

¹⁰³ A ideia de que a China pretende “cercar a Índia pelo mar com a ajuda do Paquistão só existe na imaginação fértil de alguns ‘estrategistas’ indianos” (Bo, 2014).

Figura 5 - Mapa String of Pearls



Elaboração Própria.

Admitimos como *pearls*: os Portos de Gwandar e Karachi (Paquistão); o Porto de Hambantota (Sri Lanka); o Porto de Kyaukphyu (Mianmar); os Porto de Chittagong¹⁰⁴ e Payra¹⁰⁵ (Bangladesh¹⁰⁶); a Base de Apoio para Garantia de Suprimentos e Treino no Exterior (Djibouti), as Ilhas Hainã, e Ilhas Woody (Vietname) (Pehrson, 2006; Holmes & Yoshihara, 2008; Kaplan, 2011; Brewster, 2014). Nos últimos anos, a China tem intensificado as suas relações com os Estados insulares do Oceano Índico Ocidental, as Ilhas Seychelles¹⁰⁷ e Maurícias (Mohan, 2012). As Ilhas Maurícias¹⁰⁸ não são consideradas formalmente uma *Pearl*, contudo são destacadas como integrantes na expansão económica e diplomática (Kaplan, 2011), assim como as Maldivas¹⁰⁹.

¹⁰⁴ Situado no Golfo de Bengala, é considerado o principal porto do Bangladesh (Upadhyaya, 2020).

¹⁰⁵ O seu desenvolvimento foi anunciado em 2016.

¹⁰⁶ Apesar de tentativas persistentes, o Bangladesh recusou a proposta da China para o acordo de desenvolvimento do porto de Sonadia em 2014.” (Curtis & Samaranayake, 2024).

¹⁰⁷ Desde 2011, a China tem acesso a instalações portuárias na Seychelles, para a manutenção e reabastecimento de infraestruturas navais, destinadas ao combate da pirataria no Golfo de Aden.

¹⁰⁸ Utilizada como um ponto de comércio bilateral. O investimento chinês mais considerável foi realizado em Port Louis (Brewster, 2014).

¹⁰⁹ As Maldivas são consideradas uma pearl indireta. Atualmente, cerca de 70% da dívida pública das Maldivas está ligada a projetos e empresas chinesas (Revista Foreign Policy). Os principais projetos nos quais a China está envolvida nas Maldivas incluem “a modernização do aeroporto internacional de Malé e a construção da Ponte da Amizade China-Maldivas” (Upadhyaya, 2020, p. 85-86).

No Paquistão a China tem investido no Porto de Gwadar, situado a 600 km do Estreito de Ormuz (Holmes & Yoshihara, 2008), e no Porto de Karachi. O primeiro é caracterizado como um porto de águas profundas, desenvolvido no âmbito do Corredor Económico China-Paquistão (CPEC) (Upadhyaya, 2020), com capacidades logísticas e de reabastecimento¹¹⁰ (CSIS, 2020). Oferece à China uma alternativa viável em relação ao Estreito de Malaca, e um meio de ligação entre a província ocidental de Xinjiang e o Mar Árábico (Kaplan, 2011). O Porto de Karachi é o maior porto comercial do Paquistão, e um ponto de escala regular para a PLAN¹¹¹. Proporciona à China um meio de cooperação militar, construção naval, e transferência tecnológica (Brewster, 2014).

O desenvolvimento do Porto de Hambantota no Sri Lanka foi iniciado em 2007, com a premissa de desenvolvimento de “instalações e reparações navais, sistemas modernos de transbordo, uma refinaria de petróleo, e uma instalação de abastecimento de combustível” (Mohan, 2012, p. 148). Rapidamente, a China emergiu como um aliado comercial e político¹¹² do Sri Lanka, principalmente em fóruns internacionais¹¹³. Em 2017, foi concedido um contrato de arrendamento de 99 anos do Porto de Hambantota à China Merchants Port Holdings, face à dívida externa do Sri Lanka e à possibilidade de insolvência financeira¹¹⁴ (Abi-Habib, 2018).

O Porto de Kyaukphyu (Mianmar) correlaciona, diretamente, as vulnerabilidades da China no Estreito de Malaca (Kaplan, 2011), possibilitando um caminho de passagem alternativa para o transporte direto de recursos energéticos, desde o Oriente Médio a províncias ocidentais da China. O seu projeto de desenvolvimento foi formalizado em 2015, pela CITIC Group, com um investimento inicial de 1.3 mil milhões de dólares (Panda, 2017).

Um dos desenvolvimentos mais relevantes quando abordamos a *SoP* é o desenvolvimento da Base de Apoio para Garantia de Suprimentos e Treinamento no Exterior, no Djibouti. Desenvolvida em 2017 próxima ao Estreito de Bab-el-Mandeb, tem como objetivo o apoio

¹¹⁰ Desde 2019.

¹¹¹ Ponto de escala no âmbito dos Exercícios navais de *Aman* que se realizam no Mar Árábico desde 2007 (Pakistan Navy, 2023).

¹¹² Contrariamente aos Estados Ocidentais que pressionavam constantemente Colombo sobre os direitos humanos o tratamento da minoria tamil, a China segue uma estratégia de não interferência nos seus assuntos internos.

¹¹³ Exemplificando, a China convidou o Sri Lanka a aderir à Organização de Cooperação de Xangai.

¹¹⁴ Concretamente, para fortalecer reservas cambiais, aliviar a balança de pagamentos e pagar dívidas externas, incluindo para com a própria China e bancos chineses. A China Merchants Port Holdings cedeu 1.4 mil milhões de dólares em troca do contrato de arrendamento.

de Operações Antipirataria no Golfo de Aden, assim como Operações de Paz da ONU (Erickson et al., 2016). A aquisição da Base no Djibouti marca a transição da PLAN para uma Marinha *Blue Water*, capaz de atuar em áreas *offshore*.

7.3. Análise Comparativa dos Fatores de Decisão

Nesta secção utilizamos a TGE e a articulação dos seguintes fatores de decisão estratégica: Objetivo, Meio, Meios de Coação e Tempo (Ribeiro, 2022). Nos Capítulos 5 e 6 foram separadamente detalhados os fatores de decisão estratégica da Índia e da China, respetivamente. A presente secção segue o modelo adotado anteriormente, no qual a Índia é analisada como objeto central e a China como contrário estratégico, ator condicionante da liberdade de ação e manobra marítima estratégica da Índia.

7.3.1. Objetivos

Os objetivos da Índia estão explanados no subcapítulo 5.2 e, mais especificamente, no documento *Ensuring Secure Seas: Indian Maritime Security Strategy*, que enquadra o domínio e carácter marítimo como uma condição indispensável para o desenvolvimento e prosperidade nacional (Indian Navy, 2015). Os objetivos da IN alinham-se com a visão de Nova Delhi se afirmar como *net security provider* no Indo-Pacífico, articulada com a *SAGAR Vision*. Entre os principais objetivos destinados à IN estão: (i) Garantir a segurança e integridade territorial; (ii) Proteger os cidadãos e ativos *offshore* contra ameaças marítimas; (iii) Salvaguardar interesses nacionais ligados ao comércio e SLOCs; (iv) Dissuasão de conflitos e coação externa.

Todavia, apenas na relação com a China, os seus objetivos assumem uma dimensão relacional. Os objetivos da China são explanados no subcapítulo 6.2., nomeadamente, cabe à PLAN: (i) Proteger a soberania e integridade territorial; (ii) Proteger interesses ultramarinos; e (iii) Moldar uma ordem internacional favorável aos interesses do PCC e da China; (iv) Dissuasão de ameaças externas às rotas comerciais e interesses chineses *offshore*. Na prática, os seus esforços traduzem-se na defesa de direitos marítimos, proteção de SLOCs, desenvolvimento estratégico, nomeadamente da *Maritime Silk Road* e, consequentemente, da *String of Pearls*, e na proteção de recursos energéticos e comerciais relevantes.

Ambas as potências definem, de forma clara, objetivos estratégicos para a proteção de interesses convergentes, incluindo objetivos comerciais, energéticos, securitários e de influência regional. Contudo, o teor e a sua atuação irão divergir, dependendo de restantes fatores de decisão estratégica, de percepções de variáveis independentes e intervenientes.

De um modo convergente, ambos os Estados apresentam os seguintes objetivos:

- i) Garantir a segurança das SLOCs, do comércio marítimo e transporte energético;

Esta questão é evidenciada nas subsecções 5.2.3.2 e 6.2.3.2. Tanto a Índia como a China reconhecem a garantia das SLOCs como um objetivo estratégico prioritário, associado à vulnerabilidade que as suas perturbações representam para a economia e a segurança energética nacional.

- ii) Utilização da vertente marítima como meio de desenvolvimento nacional e projeção de poder;

Em congruência com a TGE, ambos os Estados têm presente que o mar é um meio de projeção de influência, através do desenvolvimento de rotas, políticas e infraestruturas, e simultaneamente um instrumento estratégico, o qual pode ser utilizado para condicionar a liberdade de ação do contrário estratégico.

Em termos divergentes, a Índia e a China assumem as seguintes posições:

- i) Divergências sobre aspetos geográficos;

Embora as duas potências convirjam na luta contra o imperialismo e contra o domínio ocidental das águas regionais, divergem na noção do que constitui o *Oriente*, quanto às estratégias de modernização económica e política, e quanto à relação entre tradição e modernidade (Mohan, 2012). Esta discórdia afeta negativamente as suas percepções e relações sobre quem pode ou não pertencer a certas Organizações regionais e/ou internacionais¹¹⁵.

¹¹⁵ A China dificultou o processo de adesão da Índia ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e, a adesão de Nova Delhi ao ASEAN. Ainda, a China minou os esforços dos EUA de garantir à Índia uma

No discurso de Shangri-La, em 2018, Modi apresentou a *Indo-Pacific Vision*, apoiada em princípios como o “respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações, a resolução pacífica de disputas por meio de diálogo e a adesão às regras e leis internacionais” (SciencesPo, 2021). Embora a China concorde com estes princípios, sendo estes reiterados nas cimeiras BRICS, dos quais ambos fazem parte, a China não admite o conceito Indo-Pacífico.

ii) Ambição regional;

Ambas as potências ambicionam a centralidade asiática, contudo, enquanto os objetivos da Índia são predominantemente regionais, a China detém objetivos internacionais, além de regionais. A análise das políticas e operações marítimas da Índia, assim como a importância dada às relações com países pertencentes à ASEAN, e a realização de exercícios multilaterais com os membros *Quad* são realizadas, na região Indo-Pacífico, é exemplo de tal ambição. A preeminência regional e internacional da China é facilmente denotada com a Iniciativa *Belt and Road*.

iii) Instrumentos de coação

Este ponto assenta nas parcerias estratégicas de cada um dos atores. Nomeadamente, a designação do Paquistão como uma pedra basilar estratégica da China (Prakash, 2011), uma relação motivada “pelo desejo de contenção da Índia” (Upadhyaya, 2020, pp. 81-82). Inversamente, a relação entre a Índia e os EUA é recebida com desagrado por parte da China, a qual percebe a Índia como facilitadora da presença dos EUA na região como um meio de contornar a influência de Beijing (Chaudhury, 2007). Esta situação amplia-se à relação da Índia com os membros do *Quad*. O *Quad* é entendido pela China como uma aliança para a sua contenção estratégica (Kumar, Gapa, & Chand, 2025).

derrogação das regras do Grupo de Fornecedores Nucleares em 2008 (Mohan, 2012). Contrariamente, a Índia também dificultou o processo de adesão da China ao fórum regional SAARC (Mohan, 2012, p. 222-223).

7.3.2. Meio/Ambiente

No contexto do Indo-Pacífico admitimos as Estratégias *String of Pearls* da China e o *Necklace of Diamonds* da Índia.

A *SoP*, já analisada no subcapítulo 7.2., garante à China “o estabelecimento de bases marítimas no Sri Lanka, Maldivas, Paquistão, Bangladesh e Djibouti, com objetivos de aumentar a sua influência e rede militar” (Bhattacharya, 2021, p. 105). De uma perspetiva indiana, a *SoP* é interpretada como uma potencial tática de ‘cerco’, ameaçando a sua própria segurança marítima e primazia na região (Brewster, 2014). Exemplificando, “o desenvolvimento de instalações navais em países como o Bangladesh e Camboja¹¹⁶ são vistos como um desafio direto à influência da Índia e uma potencial tentativa da China de corroer as suas vantagens estratégicas na região” (Badawi, 2025, p. 10). Face à postura cada vez mais agressiva da China em relação à Índia e a outros países da IOR, a Estratégia *Necklace of Diamonds*¹¹⁷ da Índia ganhou destaque (Rishti, 2024) nas análises regionais.

A Estratégia *Necklace of Diamonds* consiste numa estratégia de contra cerco, com a qual a Índia tem expandido as suas bases navais e desenvolvido relações com os Estados regionais estrategicamente relevantes. Envolve a construção de portos, desenvolvimento de sistemas de Radar de Vigilância Costeira (CSR)¹¹⁸, aprofundamento de laços de defesa, expansão de relações bilaterais com países e nações insulares e costeiras ao longo do Indo-Pacífico, assim como a realização de exercícios militares regulares com as marinhas dos membros *Quad*. (Rishti, 2024).

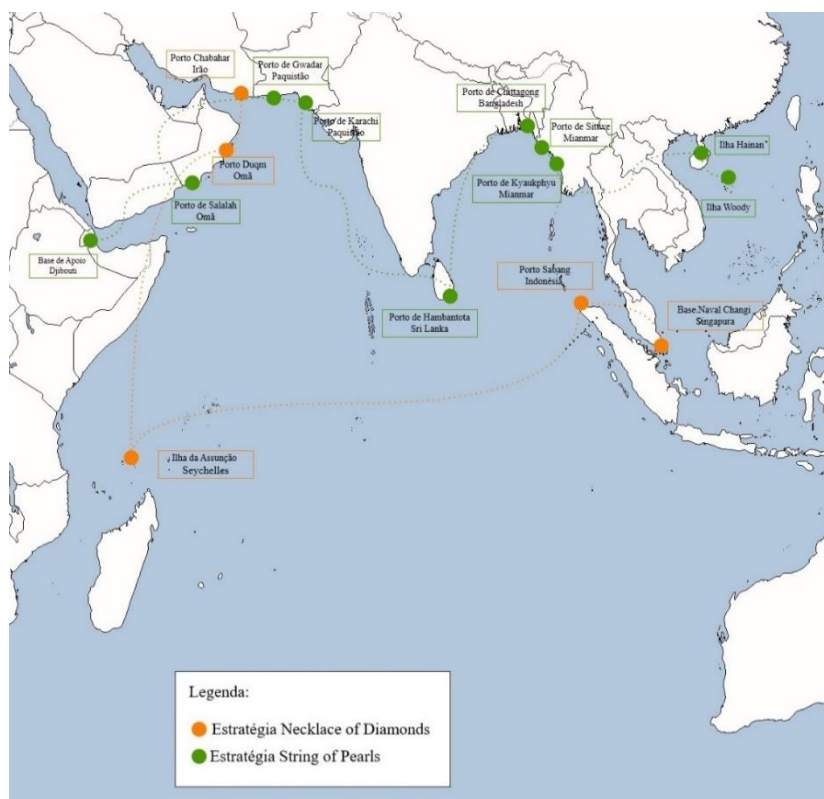
A sobreposição do espaço estratégico é apresentada na Figura 6:

¹¹⁶ Relatórios recentes sugerem que a China está a financiar e construir a Base Naval de Ream. Estas alegações são rejeitadas pelo Camboja, contudo a localização estratégica da Base Naval de Ream no Golfo da Tailândia é de extremo valor estratégico para a China, oferecendo uma rota alternativa ao Estreito de Malaca (Badawi, 2025).

¹¹⁷ A expressão foi utilizada pela 1ª vez em agosto de 2011, pelo ex-secretário das Relações Exteriores da Índia, Lalit Mansingh, para se referir aos esforços da Índia na proteção dos seus interesses face à Estratégia *SoP*. (Rishti, 2024).

¹¹⁸ Para rastrear navios e submarinos da China, caso entrem na sua área de influência.

Figura 6 - Sobreposição do Ambiente Estratégico: *Necklace of Diamonds* vs *String of Pearls*



Fonte Literária: Rishti, 2024. Elaboração Própria

Em relação à Estratégia indiana *Necklace of Diamonds*, admitimos as principais infraestruturas estratégicas: “Base Naval de Changi¹¹⁹, Singapura; (..) Porto de Sabang¹²⁰, Indonésia; (..) Porto de Duqm¹²¹, Omã; (..) Ilha da Assunção¹²², Seychelles; (..) Porto de Chabahar¹²³, Irão” (Rishti, 2024).

Embora o desenvolvimento estratégico, direto à *SoP*, a Estratégia *Necklace of Diamonds* estabelece-se como instrumento de dissuasão relevante. Permite à Índia salvaguardar os seus interesses marítimos, reforçar a segurança e estabilidade regional, “manter o equilíbrio de poder na região, e garantir a livre circulação do comércio através de rotas marítimas críticas” (Rishti, 2024).

¹¹⁹ Em 2018, Modi assinou o acordo com Singapura para acesso direto à base naval de Changi. (Rishti, 2024)

¹²⁰ O acesso ao porto de Sabang, localizado na entrada do Estreito de Malaca, foi obtido em 2018. (Rishti, 2024)

¹²¹ Porto estrategicamente localizado entre duas *pearls* da *SoP*, Djibouti e Gwadar. O porto facilita as importações de provenientes de petróleo (Rishti, 2024), proveniente do Golfo Pérsico.

¹²² Em 2015, a Índia e a Seychelles concordaram com o desenvolvimento da base naval regional. Fornecem ainda acesso militar à Índia. (Rishti, 2024).

¹²³ O acordo para a construção do Porto Chabahar foi assinado em 2016, entre a Índia e o Irão. “O porto proporciona acesso ao Afeganistão e uma importante rota comercial para a Ásia Central.” (Rishti, 2024).

À medida que a Índia se desloca para o Mar da China Meridional e Pacífico Ocidental, “a sua congénere chinesa aparece no Oceano Índico de forma mais sustentada” (Mohan, 2012, p. 202), o que intensificará a sobreposição de interesses entre as Marinhas. A China “está consciente da sua vulnerabilidade na região do Oceano Índico” (Upadhyaya, 2020, p. 210) e do *Dilema de Malaca*. Analistas chineses, enfatizam que a Índia está a “alcançar superioridade militar nos pontos de entrada e saída do ‘seu’ oceano: os estreitos de Malaca, Hormuz e Bab-el-Mandeb, o Canal do Suez, o Cabo da Boa Esperança e o Arquipélago de Agalega...” (Mohan, 2012, p. 130), e que está a intensificar os seus esforços políticos e diplomáticos com Estados regionais, de modo a contrariar a influência chinesa e estreitar laços estratégicos (Upadhyaya, 2020).

7.3.3. Meios de Coação

Nas subsecções 5.2.3. e 6.2.3 abordámos os *Meios de Coação* da Índia e da China, respetivamente. Aqui, iremos abordá-los e relacioná-los. A análise irá incidir sobretudo numa perspetiva indiana, e na forma como a Índia emprega os meios de coação, militares, económicos e diplomáticos, face à crescente assertividade da China no Indo-Pacífico.

7.3.3.1. Meios de Coação: Militar

Observemos a Tabela 7, que compara as capacidades marítimas da Índia e da China, anteriormente apresentadas:

Tabela 7 - Análise Comparativa de Capacidades Marítimas: Índia vs. China.

Capacidades	Índia	China
Forças Marítimas no Ativo	75.000	252.000
Forças Terrestres no Ativo	1.237.000	960.000
Nº Total de Submarinos	18	59
Submarino Balístico com Capacidade de lançar Mísseis Balísticos (SSBN)	2 - Arihant - Sagarika	12 - 6 Tipo-094 (Jin) com até 12 SLBMs nucleares JL-2/JL-3. - 6 TT simples de 533 mm com Yu-6 HWT.
Nº de Submarinos Táticos	16 - 16 Submarinos Diesel-Elétrico especializado para Tarefas Antissubmarinas (SSK)	53 - 6 Submarinos de Ataque Nuclear (SSN); - 46 Submarinos Diesel-Elétrico especializado para Tarefas Antissubmarinas (SSK)
Principais Combatentes de Superfície	29	102
Nº Total de Porta-Aviões	2 - 1 INS Vikramaditya - 1 INS Vikrant	2 - 1 Tipo-001 (Kuznetsov) - 1 Tipo-002 (Kuznetsov mod)
Nº Total de Destroyers	12	42
Nº Total de Fragatas	15	50
Nº Total de Corvetas	6	50 - Tipo-056A (Jiangdao)
Navios de Desembarque	4	39
Embarcações de Desembarque	12	82
Patrulhas e Combatentes Costeiros	159	142+
Logística e Apoio	41	173

Fonte: *The Military Balance 2025, 2025, pp. 240-254. Elaboração Própria.*

Face à tabela, conseguimos observar que ainda existe uma discrepância significativa, desfavorável à Índia. As capacidades de coação são assimétricas, nas quais a PLAN supera a IN em componentes relevantes, como submarinos, destroyers, unidades de logística e apoio, entre outras componentes que concedem vantagens ou vulnerabilidades navais.

“A Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN) supera em número a Marinha Indiana (...) Embora tanto a Índia quanto a China adotem a política de ‘não primeiro uso’ de armas nucleares, o maior tamanho de suas frotas dará à China uma vantagem no domínio nuclear marítimo.” (Naval Technology, 2020).

A IN tem procurado competir com a PLAN a níveis numéricos e de capacidades (Upadhyaya, 2020).

A recorrente procura da China pelo desenvolvimento de bases logísticas e infraestruturas portuárias na região Indo-Pacífico, nomeadamente em territórios próximos à Índia, como são exemplo as *pearls* no Sri Lanka, Paquistão e Bangladesh, representam um meio de coação que, no futuro, se pode verificar de cariz militar e de contenção (Salil, 2021). Um dos maiores exemplos de coação militar foi a aquisição da Base de Djibouti¹²⁴, justificada pela China no imperativo da “segurança dos recursos e a capacidade de operar eficazmente perto do território do adversário” (Mohan, 2012, p. 135). O seu desenvolvimento desencadeou a mudança de pensamento estratégico da Índia, incidindo em incidente nas ideias de Alfred T. Mahan e no reconhecimento “de acesso e instalações de rotação para facilitar operações navais em águas distantes” (Mohan, 2012, p. 163).

As relações de cooperação detêm um lugar privilegiado na atuação estratégica da Índia e da IN, face à presença da PLAN no Indo-Pacífico. Um dos exemplos mais significativos é a existência do *Quad*¹²⁵. O *Quad* reúne a Índia, os EUA, o Japão e Austrália num esforço conjunto para a cooperação e a interoperabilidade, visando o combate de ameaças e desafios à segurança marítima no Indo-Pacífico (Silva, 2023), e contrabalançar a influência de Beijing no cenário regional (Zubrzycki, 2022). Face aos exercícios do *Quad* em 2018, Beijing sinalizou a sua intenção de melhorar as relações com a Índia ao acolher uma “cimeira informal entre o Primeiro-Ministro Modi e o Presidente Xi Jinping em Wuhan.” (Upadhyaya, 2020, p. 188). A partir de 2020, Nova Delhi tem aumentado gradualmente o seu envolvimento no *Quad* e a interoperabilidade com os seus membros (Malhotra, 2022).

7.3.3.2. Meios de Coação: Económicos

A relação Índia-China revela-se economicamente frutífera, representando um objetivo convergente. A Índia percebe a China como um exemplo modelo para a libertação da pobreza e transformação económica “graças à mão forte dos seus governantes” (Zubrzycki, 2022, p. 235). O volume comercial bilateral é substancial, potencializando um ambiente propício à cooperação estratégica (Raman, 2008). A relação comercial bilateral que atingiu “74 mil milhões de dólares em 2011” (Mohan, 2012, p. 245), e em 2023-2024 ultrapassou os 118 mil milhões de dólares (The Times of India, 2024). As exportações da China para a

¹²⁴ Tradicionalmente, a aquisição de bases militares avançadas era contestada tanto pela Índia como pela China.

¹²⁵ Iniciado em 2007 sob proposta do ex Primeiro-Ministro do Japão Shinzo Abe e, com um considerável apoio da administração de Bush (Mohan, 2012).

Índia são, em grande parte, produtos manufaturados, e as exportações da Índia para a China são, por norma, mercadorias de baixo valor acrescentado (Brewster, 2012).

O estabelecimento de ligações económicas da China com o Bangladesh, Sri Lanka e o Paquistão, representa um maior risco de investimento, e uma classificação de crédito baixa. Esta situação leva-nos a questionar as intenções chinesas, que parecem “influenciadas por considerações estratégicas, em vez de interesses económicos, visando desafiar a influência regional da Índia.” (Upadhyaya, 2020, p. 113) para aumentar a sua liberdade de ação no Indo-Pacífico. Desde 2012, a situação intensificou-se, e em 2017, incapaz de pagar as suas dívidas à China, é frequentemente citado que o Sri Lanka ‘caiu’ na *Armadilha da Dívida* (Upadhyaya, 2020).

7.3.3.3. Meios de Coação: Diplomáticos

Diplomaticamente, a nível internacional, a Índia tem procurado alargar relações com potências existentes, como os EUA (Mohan, 2006) e a Rússia¹²⁶. Regionalmente, tem procurado desenvolver ou mesmo criar instalações em locais estratégicos e insulares, como as Ilhas Maurícias¹²⁷, Seychelles, Madagáscar, Omã¹²⁸ e Qatar, a ocidente, Maldivas e Sri Lanka, a sul e Birmânia, Singapura e Vietname, a leste (Mohan, 2012). Recentemente, assinou com o Bangladesh um acordo para “instalar 20 sistemas de radar de vigilância costeira¹²⁹” ao longo do seu litoral. Simultaneamente tem repetido o mesmo processo com o Sri Lanka, as Maurícias e Seychelles¹³⁰. (Jha, 2022). No início de 2019, a Índia inaugurou, nas Ilhas Andaman e Nicobar, a base aérea INS Kohassa (Malhotra, 2022).

Até meados de 2018, a China estava envolvida na construção e operação de um total de 42 portos em 34 países (Malhotra, 2022, p. 187). A crescente influência da China, em países como o Sri Lanka, as Maldivas, o Djibouti e outras nações próximas à Índia ameaça o seu

¹²⁶ Historicamente, a Rússia é um aliado confiável da Índia, para cooperação militar. Exemplificando, no final de 2021, a Índia começou a receber da Rússia o Sistema de Missil Triumf S400, que foi mantido mesmo com as sanções impostas pelo conflito entre Rússia e Ucrânia. (Silva, 2023).

¹²⁷ Envolvimento das Maurícias, Seychelles e Maldivas nos Exercícios de Milão, em 2012, bem como Sri Lanka e Bangladesh.

¹²⁸ Exercícios anuais com Omã, desde 2003. Operações de cooperação antipirataria no Golfo de Aden, desde 2008. Exercícios conjuntos com o Irão em 2003 e 2006 (Mohan, 2012).

¹²⁹ Através da Bharat Electronics Limited (BEL).

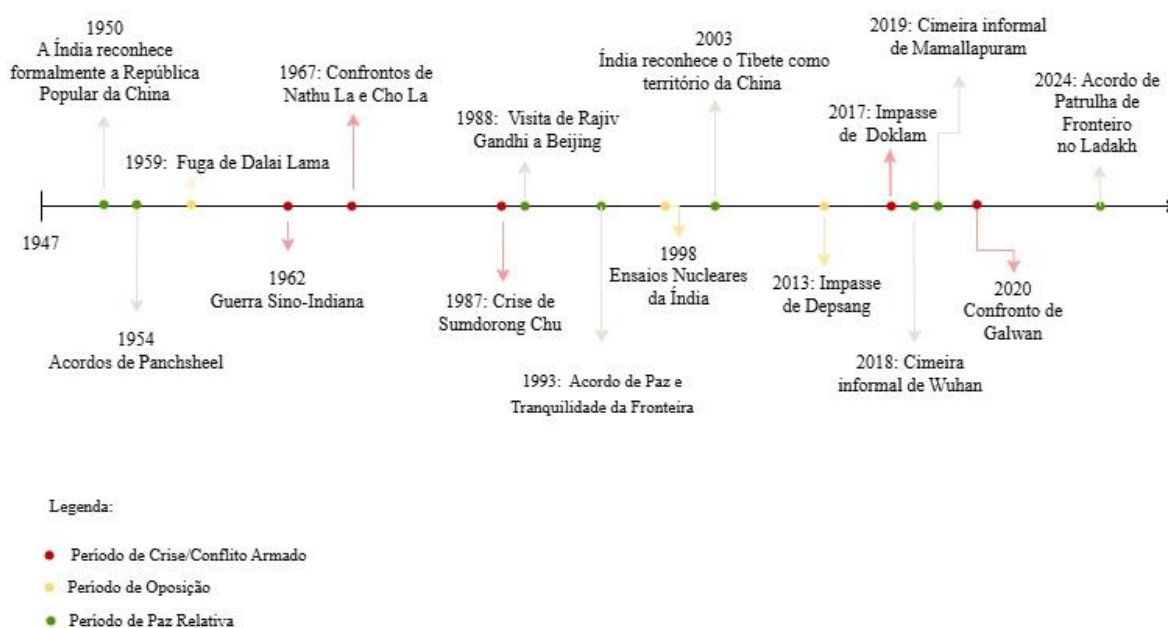
¹³⁰ O primeiro radar de vigilância costeira das Seychelles entrou em operação em 2015, na ilha principal de Mahé. Há planos para mais 32 sistemas de radar de vigilância costeira nas Seychelles.

controle marítimo na região, daquela que considera ser a sua área natural de influência (Tai, 2024). À medida que as “capacidades económicas, diplomáticas e militares globais, espera-se que aumente a sua presença no Oceano Índico” (Curtis & Samaranayake, 2024, p. 5). Contudo, apesar da convergência de alguns autores de que um dos objetivos fundamentais da Índia no Indo-Pacífico é impedir que a China domine a região, os decisores políticos evitam a sua formulação de forma explícita (Rajagopalan, 2020). Para tal, a IN combina políticas de *balancing*¹³¹, e políticas de *reassurance*¹³² (Malhotra, 2022).

7.3.4. Tempo

A eficácia estratégica depende não apenas das ambições (objetivos) de um Estado, e dos seus meios de coação, mas também da sua capacidade de gerir o momento, ritmo e duração das suas ações políticas e militares. A má gestão do fator *Tempo*, compromete a eficácia dissuasora do ator. No contexto das relações Índia-China, consideramos a Figura 7.:

Figura 7 - Linha do Tempo: Relação Índia-China



Elaboração Própria.

Atualmente, as relações entre os atores é de paz relativa. Consoante a Figura 8., admitimos uma procura recorrente da Índia para estreitar a cooperação com a China e resolver crises e

¹³¹ Reforço das capacidades navais, e participação em exercícios multilaterais no âmbito dos *Quad*.

¹³² Como a participação em fóruns favorecidos por Beijing.

conflitos comuns (Upadhyaya, 2020). Contudo, a China não parece fazer o mesmo esforço. As constantes transferências de sistemas navais e de armamento para o Paquistão, Bangladesh e Mianmar representam estratégias de longo prazo de desafio à posição indiana (Malhotra, 2022).

Estrategas indianos argumentam que “sob o pretexto de garantir os seus interesses económicos na IOR, a China pode cultivar uma presença militar sustentada a médio e longo prazo” (Malhotra, 2022, p. 186). Este é o complexo caso da *String of Pearls*, que representa uma estratégia de expansão gradual, a um rápido ritmo, e com capacidades de atuação de longa duração e espaço marítimo.

Por sua vez, a Índia privilegia respostas reativas, como é o caso do *Necklace of Diamonds*, e de ajuste à evolução do ambiente estratégico e das dinâmicas sentidas no equilíbrio de poder. Esta posição está ligada à sua tradicional Política de Não-Alinhamento. Comparativamente à China, verificamos um ritmo de modernização naval mais lento e fragmentado por prioridades políticas da Índia¹³³ (Tarapore, 2024).

7.3.5. Conclusões

A análise comparativa dos fatores de decisão evidencia que a Índia e a China partilham (i) *Objetivos* semelhantes, nomeadamente, assegurar o crescimento económico, proteger as SLOCs e garantir estabilidade regional. No entanto, prosseguem-nos a partir de posições e ambições estratégicas distintas. Para a China, os objetivos estão associados a uma projeção de poder de alcance global e à vontade de reduzir vulnerabilidades externas estruturais. Para a Índia, os objetivos encontram-se ligados à preservação do seu status de potência do Indo-Pacífico e à manutenção da sua autonomia estratégica.

Verificamos uma assimetria no (ii) *Meio* Indo-Pacífico, no qual a Índia beneficia de uma posição geográfica central na IOR e de uma configuração territorial favorável à sua projeção marítima, enquanto a China é uma potência externa cuja presença no Índico depende de longas SLOCs e de *choke points* vulneráveis, em particular o Estreito de Malaca. A Estratégia *String of Pearls* surge precisamente como resposta chinesa a estas

¹³³ Exemplificando, após a crise fronteiriça com a China em 2020, a Índia despriorizou investimentos em capacidades naval em favor de capacidades terrestres e aéreas (Tarapore, 2024).

limitações, procurando criar profundidade estratégica e redundância de rotas através de infraestruturas portuárias e bases logísticas. Face a esta, a Estratégia *Necklace of Diamonds* materializa a tentativa da Índia de mitigar o efeito da *SoP*, densificando parcerias multidimensionais e multinível, estabelecendo facilidades de acesso e capacidades de vigilância marítima.

Relativo aos (iii) *Meios de Coação*, a China dispõe, em termos absolutos, de recursos económicos e militares superiores e de uma Marinha em rápida transformação para operações de longo curso. A Índia, embora em desvantagem quantitativa, procura compensar essa discrepância através de uma combinação de modernização naval, conhecimento detalhado e uso de instrumentos diplomáticos, económicos e militares. A resposta da Índia à ascensão da China é caracterizada como um equilíbrio evasivo. Caracteriza-se pela resposta a uma ameaça “avassaladora que precisa de ser equilibrada a meio de uma incerteza sobre a viabilidade desse equilíbrio e medo das consequências caso esses esforços de equilíbrio sejam ineficazes” (Rajagopalan, 2020, p. 81). No fator (iv) *Tempo*, sobressai ainda a natureza gradual, consistente e de longo prazo do esforço chinês, contrastando com a trajetória tardia e reativa da Índia.

7.4. Análise segundo a TRNPI

A resposta estratégica da Índia insere-se num contexto de redistribuição de poder e crescente competição regional. Consoante a TRNPI, a atuação de Nova Delhi poderá ser observada como um esforço de adaptação à estrutura sistémica assimétrica do Indo-Pacífico, onde a China está como potência regional dominante. Neste cenário, a utilização da TRNPI permite analisar os instrumentos, materiais e imateriais, utilizados pela Índia para equilibrar-se com a China.

7.4.1. Variáveis Independentes

A TRNPI, conforme identificado no Capítulo 3, apresenta três variáveis independentes: Distribuição Relativa de Poder; Clareza; e Ambiente Estratégico (Ripsman, Taliaferro, & Lobell, 2016), que são interdependentes e complementares.

A relação sino-indiana desenvolve-se num contexto de redistribuição de poder e crescente competição regional, no qual a China assume uma posição de potência dominante regional,

enquanto a Índia procura adaptar-se. Pretendemos estabelecer de que formas as pressões sistêmicas condicionam a liberdade de ação da Índia, e de que forma moldam as suas respostas estratégicas face à expansão marítima da República Popular da China.

7.4.1.1. Distribuição Relativa do Poder

A distribuição relativa de poder na região do Indo-Pacífico caracteriza-se pela desigualdade. A China mantém uma vantagem substancial sobre a Índia, o que também podemos constatar na Tabela 7 e subcapítulos anteriores. Consoante a Figura 8., observamos que ambos os países contam com uma verba orçamental significativa alocado à defesa. A China representa cerca de 44% do orçamento asiático para a defesa, enquanto a Índia representa cerca de 13.4% do total asiático (The Military Balance, 2025).

Figura 8 - Gastos com a Defesa por país e sub-região na Ásia em 2024.



Fonte: The Military Balance 2025, 2025, p. 211.

A Índia, embora uma potência emergente, apresenta um défice militar e económico-financeiro face à China. O investimento da China na defesa é muito superior, apresentando um valor real muito mais significativo, assim como uma evolução que confirma o seu contínuo desenvolvimento e crescimento (Figura 3). Isto conduz a uma discrepância de capacidades entre potências.

Através da TRNPI, uma configuração de poder desigual regional poderá impor constrangimentos e, simultaneamente, apresentar oportunidades à atuação dos Estados, dependendo da percepção dos decisores políticos e líderes nacionais. Uma percepção errônea pode impulsionar exercícios bilaterais e multilaterais, para garantir a segurança e estabilidade regional e territorial, aquilo a que chamamos de estratégias de balanceamento (Ripsman, Taliaferro, & Lobell, 2016).

O desejo da Índia ser considerada *net security provider* (Upadhyaya, 2020) regional, conduz ao reforço das suas capacidades marítimas, ao controlo e domínio de SLOCs e *choke points* estratégicos.

As dinâmicas assimétricas Índia-China são evidentes no contexto do recente confronto fronteiriço de 2020, no qual a China demonstrou disponibilidade para utilizar força letal (Heath et al., 2023) contra tropas indianas. A disparidade de poder conduz-nos a pensar criticamente nas futuras consequências de um potencial conflito de maior escala¹³⁴. Quando analisamos a resposta da Índia à crescente expansão marítima da China no Indo-Pacífico, importa desenvolver um pensamento estratégico de médio-longo prazo.

Neste contexto, o “principal objetivo da Índia na região do Indo-Pacífico é impedir que a China domine a região” (Rajagopalan, 2020). E tal objetivo pode não ser totalmente desproporcional ao cenário de poder relativo observado. Até 2008, o ambiente era caracterizado por uma estabilidade relativa para a Índia, marcada pelo domínio marítimo dos EUA (Malhotra, 2022). Contudo, após 2008 “a expansão da autoimagem e das ambições da China tornou-se visível no desempenho do seu papel” (Malhotra, 2022, p. 181), e após anos a proclamar e defender a sua ascensão pacífica, a China adotou uma abordagem de PE mais agressiva (Malhotra, 2022).

A atual atuação da China aprofunda as preocupações da Índia. Beijing “continua a militarizar ilhas no Mar China Meridional, apesar das promessas anteriores de que tal não iria acontecer” (Abi-Habib, 2018). Ademais, o recurso a instrumentos económicos suscita receios de *Armadilha de Dívida* em Estados pequenos no Indo-Pacífico, e a potencial

¹³⁴ Importa admitir que, desde o período de GF, o PLA tem evitado “o envolvimento em conflitos internacionais mesmo quando a violência ameaça a segurança de nações parceiras” (Heath et al., 2023, p. 55).

pressão que pode ser exercida nos mesmos para a dupla-utilização de infraestruturas nos Estados a que fazemos referência.

7.4.1.2. Clareza

A desconfiança é o principal entrave à cooperação (Upadhyaya, 2020). O futuro papel estratégico da Índia no Indo-Pacífico será determinado pela sua capacidade e vontade de ultrapassar limitações geográficas, materiais e psicológicas. Terá de ir além da retórica de moralidade e, obrigatoriamente, exercer um papel ativo na segurança regional, e demonstrar, significativamente, um empenho efetivo (Brewster, 2012).

Upadhyaya explica aquilo que é o pensamento de estrategistas indianos, enfatizando:

“Uma presença chinesa reforçada na região conduzirá inevitavelmente a um maior envolvimento da Marinha do PLA em várias questões de segurança da região, até agora supervisionadas pela Marinha indiana, diluindo assim potencialmente o papel da Índia como principal provedor líquido de segurança para a região.” (Upadhyaya, 2017, p. 71).

A falta de transparência por parte da China, em referência aos seus objetivos no Indo-Pacífico, reforça a necessidade da Índia de criar estruturas multilaterais de confiança mútua que clarifiquem o ambiente, incluindo o *Quad*¹³⁵ e o IPOI. Adicionalmente, o reforço por parte da Índia, das capacidades de *MDA* e partilha informacional com Estados com perspetivas convergentes (*like-minded*), de modo a converter a falta de clareza sistémica em vantagem estratégica e de *soft power*.

Paralelamente, a Índia tem investido significativamente na diplomacia bilateral e multilateral “com o objetivo de convencer Beijing que a sua política não é tentar juntar-se a uma coligação contra a China ou tentar contê-la” (Rajagopalan, 2020, p. 90), de modo a transmitir informações de confiança para os líderes chineses não tirarem percepções erróneas. Exemplificando, Nova Delhi aderiu a várias organizações dominadas e

¹³⁵ Apesar de participar repetidamente das reuniões do Quad, a Índia evita constantemente referir-se ao *Quad* pelo nome, caracterizando-as de forma complicada como reuniões Índia-EUA-Japão-Austrália. Essa relutância em se envolver positivamente com o *Quad* é potencialmente perigosa, podendo prejudicar os interesses de segurança da Índia e, aumentar a sua vulnerabilidade (Rajagopalan, 2020). Embora o *Quad* seja geralmente visto como um esforço para equilibrar a China, a lentidão da Índia em avançar com ele também pode ser vista como um esforço para tranquilizar a China.” (Rajagopalan, 2020, pp. 91-92).

favorecidas pela China “como o BRICS, o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas e, mais recentemente, a Organização de Cooperação de Xangai” (Rajagopalan, 2020, p. 90). Com a procurado de diálogo, e de acordo com a perspetiva dominante de que a Índia deve procurar manter relações equilibradas com todas as potências (Rajagopalan, 2020). A estratégia que a Índia tem adotado face à China demonstra um esforço deliberado de clarificar as intenções nacionais e reduzir a possibilidade de má interpretação. Tem procurado gerir as variáveis cognitivo-diplomáticas internas.

Do lado chinês, “não houve mudanças nas políticas da China em relação a uma série de questões problemáticas para a Índia, como o apoio ao Paquistão, o compromisso com o Corredor Económico China-Paquistão (que atravessa a Caxemira reivindicada pela Índia) e a oposição à adesão da Índia ao Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG)” (Rajagopalan, 2020, p. 93). A dinâmica, revela que, independentemente de gestos conciliatórios por parte da Índia, a China prossegue objetivos próprios, mesmo que sejam percecionados como conflitantes por outros Estados¹³⁶. O ambiente revela-se opaco nas intenções estratégicas, com baixo nível de clareza alinhado à distribuição assimétrica de poder.

7.4.1.3. Ambiente Estratégico

O ambiente estratégico é caracterizado pela multipolaridade, complexidade e competição. Reúne potências de grande e média dimensão e poder.

Assumimos um ambiente estratégico restritivo, quanto à liberdade de ação e navegação dos Estados e, simultaneamente permissivo quanto às oportunidades apresentadas. No ambiente estratégico restritivo, o Estado, neste caso a Índia, procura balancear o poder através de comportamentos externos¹³⁷, otimizando recursos internos. As ameaças percebidas são multidimensionais e recorrentes, nomeadamente a ascensão militar e marítima da China no Indo-Pacífico, as disputas fronteiriças sino-indianas e de confronto militar, o que reforça a perceção de vulnerabilidade e tornam a ameaça imediata.

Exemplificando, em julho de 2011, nas águas internacionais do Mar da China Meridional, quando o INS Airavat regressava a casa após uma escala no Vietname, a PLAN ordenou-

¹³⁶ A sua relação com o Paquistão é exemplo, no qual Beijing pretende salvaguardar a sua relação com Islamabad, e a sua influência geoeconómica na região mesmo à custa de interesses terceiros.

¹³⁷ Através da cooperação estratégica e dos exercícios bilaterais/multilaterais a Índia utiliza o *external balancing*.

lhe que “saísse das águas chinesas” (Bagchi, 2011), evidenciando os riscos envolvidos ao nível operacional quando as funções desempenhadas se expandem para periferias sobrepostas (Malhotra, 2022). Em segunda instância, o ambiente regional marítimo é altamente disputado e congestionado. O IP concentra algumas das rotas marítimas cruciais no SI, SLOCs energéticas e *choke points* estrategicamente relevantes, como o Estreito de Malaca, Estreito de Bab-el-Mandeb e o Estreito de Ormuz. Num cenário de competição estratégica, a Índia deve olhar para as Ilhas Andaman e Nicobar como pontos estratégicos (Upadhyaya, 2017). O reforço militar das suas infraestruturas poderia alterar a dinâmica do *Dilema de Malaca* da China, “passando de uma ameaça hipotética para uma ameaça real, algo que a abordagem da Índia de estabelecer laços de defesa e segurança por si só pode não conseguir”. (Upadhyaya, 2017, p. 80).

O ambiente estratégico é condicionado pela intervenção de potências externas. Os EUA detêm a predominância naval no Indo-Pacífico, embora cada vez mais contestada. “Contrariamente às expectativas, Nova Delhi continua a opor-se a uma aliança com os EUA ou qualquer outra potência” (Malhotra, 2022, p. 25). Em 2018, por exemplo, Nova Delhi reiniciou as suas relações com Beijing, na expectativa de as melhorar. Malhotra (2022) admite que uma contenção da China poderá ter um impacto regional negativo e que, para tal não acontecer, as ações dos Estados contrários necessitam de ser ambivalentes.

Às ameaças tradicionais à segurança adicionam-se as ameaças não tradicionais, condicionantes da volatilidade do ambiente estratégico marítimo. Neste cenário, a Índia deve procurar, por um lado, maximizar oportunidades e, por outro, mitigar riscos por meio de reforço seletivo de capacidades e influência. Um dos meios utilizados pela IN são as patrulhas coordenadas regulares com os principais países da ASEAN, incluindo a Indonésia, a Malásia, Mianmar e a Tailândia (Upadhyaya, 2017).

As perceções chinesas em relação ao uso crescente do termo "Indo-Pacífico" em substituição a "Ásia-Pacífico" são controversas. Ainda assim, muitos veem-no como um meio usado pelos EUA de "reequilibrar" sua influência contra a China ou uma espécie de contenção da ascensão chinesa (Chen, 2019). Além disso, o surgimento do *Quad*, entendida como uma aliança de contenção, liderada pelos EUA, gera preocupações em Beijing sobre suas intenções. Beijing também aponta para o aumento dos esforços

multilaterais entre os membros do *Quad* e para o fortalecimento militar na região como evidência do aumento das tensões estratégicas entre os Estados Unidos e a China na região.” (Kumar, Gapa, & Chand, 2025).

O processo caracteriza-se como disjuntivo, no qual as aspirações são sobrepostas, e a competição por um espaço estratégico finito pode ser iniciada, no qual os Estados procuram simultaneamente fomentar a relação económica e diplomática (Dantas, 2020). Embora o ambiente estratégico seja caracterizado pela desconfiança mútua, ambas as potências têm presente a ideia de que o “comércio prospera na paz e sofre com a guerra” (Rath, 2014, p. 72), procurando a boa relação comercial.

7.4.2. Variáveis Intervenientes

A TRNPI, conforme identificado no Capítulo 3, apresenta quatro dimensões de variáveis intervenientes, contudo, apenas identificamos as duas que se consideram mais relevantes para esta investigação: Imagem do Líder; e Cultura Estratégica (Ripsman, Taliaferro, & Lobell, 2016).

7.4.2.1. Imagem do Líder

Nesta investigação centramo-nos na imagem de Narendra Modi, Primeiro-Ministro da Índia desde 2014 (Malhotra, 2022) e, Xi Jinping, Presidente da República Popular da China desde 2013. Ambos os líderes que aqui expomos projetam visões ambiciosas de transformação nacional e autossuficiência. No caso de Modi, a visão *Viksit Bharat*¹³⁸, propõe um desenvolvimento, principalmente económico, até 2047. Xi Jinping associa a China como dominante global até 2049 (Tan, 2024).

Modi é percecionado pela imagem de um líder capaz de estabelecer políticas assertivas (Gabriel, Mandelbaum, Carvalho, & Artioli, 2021). Pretende tornar a Índia uma potência líder e não apenas desempenhar um papel de potência de equilíbrio (Malhotra, 2022). Não aceita “uma Ásia unipolar dominada pela China” (Malhotra, 2022, p. 116), contudo, também não aceita que expectativas externas dominem a sua atuação. Esta imagem de liderança responsável, mas autónoma, funciona como um filtro para a interpretação de

¹³⁸ Tradução: Índia Desenvolvida

oportunidades e ameaças percebidas. Explica o porquê de, por exemplo, em votações nas Nações Unidas, a Índia demonstrar uma “grande aproximação com posições chinesas” (Gabriel, Mandelbaum, Carvalho, & Artioli, 2021, p. 3), ao invés de aproximação ocidental. Mesmo em plataformas diplomáticas, como o *Quad*, a Índia de Modi procura a manutenção da sua autonomia estratégica (Gabriel, Mandelbaum, Carvalho, & Artioli, 2021), favorecendo o equilíbrio evasivo e *hedging*¹³⁹ relativamente à China.

Xi Jinping é caracterizado pela sua “postura afirmativa e confiante” e pela implementação de ideias como “*Chinese Dream, Major Country Diplomacy, Global Asia e, Belt and Road Initiative.*” (Tomé, 2019, p. 80). Ratner (2018) e Tomé (2019) sublinham o abandono deliberado de Xi Jinping da PE moderada de décadas anteriores¹⁴⁰. A sua imagem traduz-se para o domínio marítimo. O seu mandato testemunhou “desenvolvimentos significativos na presença e estratégia marítima” (Badawi, 2025, p. 5). Xi tem bem presente quais são as ambições estratégicas da China e quais as tarefas necessárias para a sua execução, e para o retorno da China à sua tradicional posição de liderança global (Choudhury, 2024). Badawi (2025) destaca as três prioridades de Xi no domínio marítimo, incluindo a proteção de SLOCs para o crescimento económico e energético da China; contrariar “o que considera serem esforços de contenção por parte dos Estados Unidos e aliados na região do Indo-Pacífico” (Badawi, 2025, p. 6); e proteger os interesses globais em expansão (Badawi, 2025). O moralismo extremo¹⁴¹ a que Xi predispõe pode, no futuro, justificar o uso de quaisquer meios para atingir esse objetivo (Jonghyuk, 2023).

7.4.2.2. Cultura Estratégica

A cultura estratégica da Índia é marcada por diversos fatores, nomeadamente, um “internacionalismo anti-imperialista e o Não-Alinhamento que continuam a influenciar o projeto de construção do Estado Indiano e a sua prioridade absoluta de desenvolvimento económico” (Chacko, 2014, p. 448), que remonta ao período de 1947. Apesar do drástico aumento do foco da Índia no Indo-Pacífico na última década, e da construção de parcerias

¹³⁹ Combina a cooperação, económica e diplomática, com a China e, simultaneamente a dissuasão com a mesma, através do desenvolvimento de capacidades militares alternativas, por exemplo com os EUA.

¹⁴⁰ O atual líder, Xi Jinping, tem uma política externa mais agressiva e enérgica do que seu antecessor, Hu Jintao (Jonghyuk, 2023).

¹⁴¹ Referimo-nos à moralização da PE sob Xi Jinping, que apresenta os objetivos estratégicos da China como moralmente superiores.

estratégicas com atores regionalmente relevantes, os “objetivos e a estratégia da Índia permaneceram pouco claros” (Rajagopalan, 2020, p. 75). A falta de visão estratégica da Índia é discutível, por exemplo, na recente “criação da maior base naval indiana a leste do Suez, para basear a Frota Ocidental em Karwar” (Upadhyaya, 2017, p. 80) e na decisão de transferir a Frota Ocidental de Mumbai para Karwar, que não considera imperativos estratégicos a longo prazo¹⁴² (Upadhyaya, 2017). Adicionalmente, devemos discutir a autoimagem indiana e a sua história civilizacional. A história civilizacional de 5000 anos influencia o sentimento de grandeza da Índia, a tomada de decisões políticas, a procura “perpétua da Índia por um lugar de direito na comunidade das nações” (Malhotra, 2022, p. 134) e o desejo de desempenhar um papel de grande potência. No início dos anos 2000, o crescimento económico e sustentado da Índia modificou a sua auto-perceção no SI (Malhotra, 2022). No final de 2021, Nova Delhi identificou-se como “o centro estratégico” na região do Indo-Pacífico (Ministry of External Affairs, 2021).

O interesse da Índia em assumir um papel ativo no Indo-Pacífico enquadra-se na sua ambição de reviver a sua preeminência histórica e civilizacional. O governo de Modi desencoraja, vivamente, a ideia de que a China é o principal motor da sua PE da Índia no Indo-Pacífico (Pant & Bommakanti, 2019). Quando “as capacidades internas (económicas ou militares) de um ator se expandem suficientemente para desempenhar papéis regionais ou globais mais importantes, isso amplia a auto conceção do país.” (Malhotra, 2022, pp. 248-249). Assim, um fator constante ao comportamento de PE da Índia é a preservação da autonomia estratégica (Malhotra, 2022).

A cultura estratégica da China, igualmente à da Índia, resulta da combinação de acontecimentos históricos e filosóficos, e de práticas políticas. Tradicionalmente, a China é pacífica, na qual “desde a sua fundação, há 70 anos, a República Popular da China (RPC) nunca iniciou uma guerra ou conflito” (Cordesman, 2019). Os valores confucionistas “virtude (*de*), benevolência (*ren*) e retidão (*yi*)” funcionam como “normas básicas na formação de funcionários, na manutenção da ordem interna e na condução da política externa” (Jonghyuk, 2023).

¹⁴² Não considera objetivos estratégicos de projeção de poder e proteção de SLOCs críticas, possuindo uma localização *inward-looking* para o Mar Árabe.

No espaço ocidental a cultura estratégica do PCC, é caracterizada como autoritária e antidemocrática, significando ser propensa à irracionalidade governamental (Jonghyuk, 2023). Por outro lado, a perspectiva chinesa “ênfatiza o amor à pátria e um senso de orgulho nacionalista” (Choudhury, 2024) e o moralismo cultural assente na resolução pacífica e no desenvolvimento nacional (Cordesman, 2019).

7.4.3. Conclusões

A aplicação da TRNPI na relação Índia-China no Indo-Pacífico permite concluir que a atuação política e estratégica marítima da Índia é fortemente condicionada por um conjunto articulado de pressões sistêmicas (variáveis independentes) e filtros internos (variáveis intervenientes).

No que respeita às Variáveis Independentes, (i) a *Distribuição Relativa do Poder* no Indo-Pacífico é claramente assimétrica. Através da observação da Tabela 7, na qual concluímos que há um claro favorecimento da China, dispendo de maiores capacidades militares e marítimas. Por sua vez, esta assimetria restringe a liberdade de ação e navegação da Índia e, reforça a necessidade de desenvolver instrumentos de equilíbrio (Malhotra, 2022). Paralelamente (ii), a *Clareza*, quanto às intenções da China no Indo-Pacífico é limitada. O discurso apaziguador de ‘ascensão pacífica’ marítima, conjugado com movimentos cada vez mais assertivos e a opacidade dos objetivos de Beijing a longo prazo, fomentam uma relação de desconfiança com Nova Delhi (Upadhyaya, 2020; Rajagopalan, 2020). O (iii) *Ambiente Estratégico* caracteriza-se por ser um ambiente restritivo, marcado pela multipolaridade e competição intensa entre potências regionais e extrarregionais, assim como pela presença de ameaças tradicionais e não tradicionais à segurança (Brewster, 2012).

A *String of Pearls* exemplifica, notavelmente, o nível de *Clareza* apresentado pela China. A sua formalização revela-se ambígua por parte de Beijing e o seu reconhecimento não é admitido. Contudo as perceções externas são sentidas em Nova Delhi, representando um sinal de *cercos estratégicos* marítimos, e de erosão do seu espaço ‘natural’, o Oceano Índico. Assim, as estratégias de balanceamento da Índia, nomeadamente a estratégia *Necklace of Diamonds* e a intensificação dos exercícios e conversas com o *Quad* devem ser interpretadas como respostas diretas a um *Ambiente Estratégico* de competição,

personalizado pela *SoP*, e como uma postura robusta do governo de Modi para mitigação das vulnerabilidades que ela representa.

As variáveis intervenientes explicam-nos o porquê de a resposta indiana se verificar ambígua, gradual e seletiva. Consoante (i) a *Imagem do Líder*, admitimos que a forma como Nova Delhi responde à expansão marítima da China no Indo-Pacífico é profundamente marcada pelo pensamento estratégico de Narendra Modi, e pela sua reivindicação de maior autonomia estratégica. A (ii) *Cultura Estratégica* da Índia, conseqüentemente, combina a ambição de desenvolver status de grande potência regional e *net security provider* no Indo-Pacífico com a prudência na PE, devido a compromissos externos vinculativos. Do mesmo modo, ao analisarmos a personalidade centralizante e moralista de Xi Jinping, cuja *Cultura Estratégica* baseia-se no *Chinese Dream* e rejuvenescimento militar, sob a perspetiva de Nova Delhi é reforçado o sentido de ameaça. Assim, admitimos uma dicotomia na atuação da Índia face à expansão marítima da China no Indo-Pacífico, que por um lado é caracterizada por uma atuação ofensiva, e simultaneamente defensiva, uma estratégia *hedging* e equilíbrio evasivo.

8. Conclusão

Desde o fim da GF, a Índia emergiu como uma potência económica e marítima. Atualmente, procura fortalecer a sua posição na região do Indo-Pacífico, assumir um papel como *net security provider* regional, e recuperar o seu *status* histórico, como potência marítima proeminente no Oceano Índico. Contrariamente, a China enquanto potência global em ascensão, tem ambições semelhantes ao procurar garantir interesses estratégicos na região. A rivalidade sino-indiana irá desenrolar-se no Indo-Pacífico e, portanto, a estratégia marítima da Índia é vital para o seu sucesso.

O presente capítulo é dividido em quatro subcapítulos, nomeadamente: (i) a resposta aos Objetivos Específicos; (ii) a análise da Questão de Investigação e resposta ao Objetivo Geral; (iii) a identificação de lacunas; e (iv) a identificação de recomendações no âmbito de investigações futuras.

8.1.Revisão do Estudo

A investigação baseou-se em 3 (três) objetivos específicos, que foram discutidos nos capítulos 5 a 7. Nos parágrafos seguintes é apresentada uma análise aprofundada dos mesmos, baseada na TRNPI e TGE.

OE1: Analisar os Pilares da Atuação Política e Marítima da Índia.

Este objetivo é respondido no decurso do Capítulo 5.

A atuação da Índia no domínio marítimo é tradicionalmente associada a uma ‘cegueira marítima’ da liderança política. No entanto, uma análise de documentos estratégicos referidos no subcapítulo 5.2., promulgados pela Marinha Indiana revela que a abordagem, a formulação da PE e marítima da Índia é influenciada pela sua antiga herança marítima, conectada ao Oceano Índico como espaço natural, assim com à premência regional, promoção de relações bilaterais e multilaterais com vista à segurança marítima, e promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento.

A atuação política e estratégica marítima da Índia assenta:

- (i) Salvaguarda dos interesses e *Objetivos* estratégicos da Índia no Indo-Pacífico.

Os *Objetivos* constituem um fator de decisão estratégica, que deve ser complementado com os demais restantes, nomeadamente os fatores: *Meio*, *Meios de Coação*, *Tempo* e *Contrário*.

No *Meio* Indo-Pacífico, Modi promove ativamente a Doutrina *SAGAR*, desde 2015. Este conceito constitui a base do pensamento estratégico da IN, no qual a Índia alude ao respeito pela UNCLOS e restantes normas marítimas internacionais, promove a cooperação e desenvolvimento comum e a manutenção de um ambiente estratégico transparente. Ademais, os *Objetivos* estratégicos da IN passam pela proteção de SLOCs, a criação e manutenção de autonomia estratégica e liberdade de navegação da IN e a sua ascensão como um ator *net security provider* no Indo-Pacífico.

A Índia tem vindo a alinhar os seus *Objetivos* com os seus *Meios de Coação*.

- (ii) Reforço contínuo das capacidades marítimas internas, para a modernização e expansão da IN e infraestruturas portuárias.

Conforme a análise Tabela 1¹⁴³ e condições de Poder Marítimo presentes no pensamento de Mahan, concluímos que a Índia está em condições geograficamente favoráveis em relação ao domínio marítimo, com cerca de 7.500 km de fronteira marítima (35% do total fronteiriço), uma ZEE superior a 2.3 milhões de km², e uma localização próxima a SLOCs energéticas e *choke points* vitais para a sua autonomia estratégica e desenvolvimento nacional. Ainda consoante o mesmo autor, e a sua ênfase no reforço da sua configuração geográfica através de portos e infraestruturas de índole marítima, evidenciamos não só a Visão *SAGARMALA*, promovida por Modi como uma estratégia para o desenvolvimento de infraestruturas portuárias internas, como a utilização das Ilhas de Andamão e Nicobar e a sua importância para a manutenção do comércio marítimo seguro e eficaz.

A Índia tem vindo a alinhar os seus *Objetivos* com os seus *Meios de Coação*. Ressaltámos no decurso da nossa investigação os *Meios* militar, económico e diplomático. O desenvolvimento e continuidade de densificação de parcerias estratégicas, o fomento de iniciativas marítimas, incluindo a *Act East Policy*, a promoção de exercícios multilaterais

¹⁴³ Presente na página 38.

navais com países da ASEAN e membros *Quad*, assim como a participação em tarefas HADR e SAR na dimensão regional, são utilizados pela Índia como meios estratégicos para a prossecução dos seus objetivos a médio-longo, nomeadamente atingir papel *net security provider*, e promoção de *smart power*.

OE2: Analisar os Pilares da Expansão Marítima da China no Indo-Pacífico.

A resposta a este objetivo é encontrada no Capítulo 6. Identificámos os seguintes pilares:

(i) Proeminência Regional e Internacional

A RPC pretende a ascensão da PLAN a uma marinha de classe mundial, com capacidade *Blue Waters*, uma orientação reforçada por Xi Jinping pelo *Chinese Dream*.

No *Meio* Indo-Pacífico, a China procura legitimar a sua expansão marítima. Para a sua materialização, a China recorre a *Meios de Coação* militares, económicos e diplomáticos. Inclui, diplomacia portuária, desenvolvimento de capacidades e projeção de forças PLAN, fatores *soft power* cultural e tecnologicamente relevantes, e construção/manutenção de infraestruturas marítimas de ‘dupla-utilização’, destacando-se a *Maritime Silk Road*.

(ii) Imperativos de segurança energética

Evidenciado na subsecção 6.2.3.2, a China constitui uma das maiores economias do mundo. Cerca de 80% das suas importações energéticas transitam pelo Estreito de Malaca, pelo que a criação de rotas alternativas represente um pilar estratégico para a PLAN, para a diminuição da vulnerabilidade conhecida como *Dilema de Malaca*. A procura de posições estratégicas, bases avançadas, a manutenção de SLOCs e a importância atribuída ao comércio marítimo como fonte de prosperidade nacional, alinham-se com as ideias de Mahan.

OE3: Analisar as consequências do recurso à estratégia *String of Pearls* pela China para a atuação política e estratégica marítima da Índia no Indo-Pacífico.

Esta questão é analisada no subcapítulo 7.2. A Estratégia *String of Pearls*, enquanto conceptualização da presença marítima da China no Indo-Pacífico produz sérias implicações para a Índia e para a sua liberdade de ação e atuação no *Meio*. A *SoP* é

percecionada por Nova Delhi como um mecanismo, progressivo, de ‘cerco estratégico’ marítimo à Índia.

Concluimos que a *SoP* que, formalmente, alude ao desenvolvimento e manutenção de infraestruturas marítimas e estratégicas, não constitui apenas um *Meio de Coação* económico, destinado à proteção de SLOCs comerciais mas, também, a materialização de posições avançadas, capazes de sustentar operações PLAN de longa distância, como é exemplo a Base de Apoio em Djibouti. A possibilidade de ‘dupla-utilização’ das *pearls* estratégicas é condicionante da perceção estratégica da Índia, da sua segurança marítima e prioridades estratégicas.

Conforme a TRNPI, analisamos a *SoP* conforme as variáveis independentes e as variáveis intervenientes. Pela perspetiva indiana, o nível de *Clareza* é ambíguo. Beijing não reconhece formalmente a *String of Pearls*, contudo continua a sua expansão, mantendo ainda a ambiguidade quanto às suas finalidades. O *Ambiente Estratégico* torna-se competitivo, e a *Distribuição Relativa de Poder* no Indo-Pacífico favorece a China, enquanto contrário estratégico da Índia. A procura de controlo de *choke points*, tais como o Estreito de Malaca, Bab-el-Mandeb e Ormuz, evidencia a necessidade da China de influenciar a balança de poder do IP. Assim, a Índia é compelida a reforçar as suas posições estratégicas. Esta dinâmica de procura pelo controlo dos mares evidencia, ainda que de forma indireta, uma lógica congruente à de Mahan. Os impactos da *SoP* na postura da Índia, no cenário regional e internacional, emergem da combinação entre pressões estruturais e condicionamentos internos. A *Imagem do Líder* de Narendra Modi, marcada pela assertividade política e valorização do papel da Índia como *net security provider*, intensifica a perceção de risco associada à presença e expansão da China no IOR e Indo-Pacífico e intensifica o reforço das suas parcerias marítimas e infraestruturas estratégicas. Ainda, a *Cultura Estratégica* da Índia, historicamente pacífica no domínio marítimo, caracteriza-se pela prudência e autonomia operacional, gradual e flexível. Privilegia respostas defensivas, de cooperação e, simultaneamente ofensivas, através da dissuasão militar, económica, diplomática e estratégica marítima.

8.2. Resultados da Investigação

Partimos da seguinte Questão de Investigação:

De que formas pode a atuação política e estratégica marítima da Índia ser condicionada pela expansão marítima da China no Indo-Pacífico?

A investigação expõe a expansão marítima da China no Indo-Pacífico como condicionante da atuação política e estratégica marítima da Índia. A China é identificada como o contrário estratégico da Índia, consoante a TGE.

O Objetivo Geral é:

Explicar de que formas poderá a atuação política e estratégica marítima da Índia ser condicionada pela expansão marítima da China no Indo-Pacífico.

A análise integrada dos três Objetivos Específicos permitiu identificar como é que a expansão e crescente presença marítima da China modifica, não apenas o Indo-Pacífico e as variáveis independentes: Distribuição Relativa de Poder; Clareza; e Ambiente Estratégico, mas também as variáveis intervenientes: Imagem do Líder; e Cultura Estratégica, de Nova Delhi, e sua perceção, e condicionantes estratégicas. Em termos estruturais, a modernização da PLAN e a prossecução de iniciativas que visa a sua exploração do Indo-Pacífico e Estados regionais, nomeadamente a análise da Estratégia *String of Pearls*, transformou o *Ambiente Estratégico* num espaço competitivo e menos permissivo. Esta mudança obriga a Índia a reforçar as suas capacidades de coação militar, económica e diplomática, e acelerar o momento, ritmo e duração em que se desenvolvem.

A PE da Índia, sob a liderança de Modi, tem se adaptado eficazmente a essa mudança, e procurado criar um ambiente favorável na região do Indo-Pacífico. Através de iniciativas em prol da segurança marítima e participação multilateral em exercícios com Estados do Sudeste Asiático, Ásia Ocidental, e com membros *Quad*, verifica-se uma clara tentativa de construção de alianças para exercer, não apenas um papel como *net security provider* mas, simultaneamente, contrariar a China numa estratégia de equilíbrio de poder.

O rápido desenvolvimento da PLAN e integração dos seus movimentos no Oceano Índico desde 2009, e a estabilização em 2017 da Base de Apoio de Djibouti, emergiram como uma variável central para explicar a recente transformação da IN. A Estratégia *Necklace of Diamonds* foi desenvolvida, diretamente, como contrabalanço à *SoP*, motivada pelo seu impacto para a segurança e estratégia nacional marítima.

8.3. Lacunas

A presente investigação centra-se na Índia, em primeira instância, e na relação estratégica Índia e China no Indo-Pacífico, posteriormente. Esta delimitação é intencional e crucial para a extração de conclusões focalizadas. No entanto, admitimos, que consoante a TRNPI, as variáveis independentes são influenciadas por atores externos, que embora mencionados não foram destacados, incluindo os EUA e atores europeus.

A escolha teórica, embora permita a compreensão de variáveis materiais e intervenientes, deixa à mercê da curiosidade interpretações complementares das demais correntes construtivistas e liberais. Estas últimas não são consideradas, contudo o entendimento das mesmas forma um bom enquadramento para uma investigação futura.

Finalmente, o fator *Tempo* deve ser considerado complexo e, por vezes, falacioso. Delimitamos o período temporal: de 1947 até ao final de 2024. O que significa que acontecimentos posteriores, que poderão alterar o *status quo* e equilíbrio de poder não serão contemplados.

8.4. Áreas para futura investigação

Em congruência com as Lacunas, dado que a presente investigação encerra a sua delimitação temporal em 2024, impõe-se a alargar a análise. Com a implementação da Iniciativa *Belt and Road*, nos próximos anos espera-se que a presença e a influência da China no Indo-Pacífico assumam maior destaque e acrescentem dimensões ao contexto estratégico. Permanecem incertezas quanto à evolução dos futuros esforços chineses e quanto às respostas da Índia e outros atores regionais a essas dinâmicas. Assim como, certamente, a iniciativa *Necklace of Diamonds* assumirá novos desenvolvimentos. É necessária esta análise num estudo posterior e separado. Ao aprofundar estas vertentes será vantajoso clarificar as implicações práticas. Adicionalmente, seria pertinente explorar a articulação entre a estratégia marítima e a estratégia cibernética, face à crescente digitalização da guerra naval de controlo por SLOCs no Indo-Pacífico.

Da mesma forma, pode ser interessante integrar de forma mais sistemática o papel de atores extrarregionais, como os interesses estratégicos e o papel dos EUA no Indo-Pacífico sob o segundo governo de Donald Trump, potências europeias como a França e a

Alemanha. Futuras investigações poderiam avaliar como as estratégias e parcerias de outros atores influenciam a ordem marítima no Indo-Pacífico, e explicam a expansão chinesa na região, por um lado, e condicionam as opções político-estratégicas da Índia, quais as oportunidades e os constrangimentos com que a Índia se depara no domínio marítimo.

Futuros estudos poderão incorporar dados quantitativos e modelos que permitam a comparação minuciosa, do poder naval e das projeções logísticas de ambos atores. Igualmente, uma expansão do enquadramento teórico seria relevante. Exemplificando, explorar o papel das instituições regionais, como os ASEAN e IORA, para a mitigação das tensões e para a análise das identidades, percepções e narrativas estratégicas de cada Estado, aplicando um quadro construtivista.

Bibliografia

- Abbasi, A. H. (15 de julho de 2024). India's Naval Development: Strategic Implications for Pakistan and South Asia. *Institute of Strategic Studies Islamabad*.
- Abi-Habib, M. (2018). How China got Sri Lanka to Cough Up a Port. *The New York Times* . Obtido em 05 de novembro de 2025, de <https://www.nytimes.com/2018/06/25/world/asia/china-sri-lanka-port.html>
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão. (2024). *Da teoria à prática da Avaliação de Políticas Públicas: Estudos de Caso*. Guias de apoio à implementação do Plano Global de Avaliação do Portugal 2030. Obtido de https://www.adcoesao.pt/wp-content/uploads/Guia_EstudosCaso_out2024.pdf#:~:text=Os%20estudos%20de%20caso%20podem,e%20hip%C3%B3teses%20de%20um%20estudo
- Ajnoti, R. (11 de outubro de 2022). *The Complete Story of Debt-Trap Diplomacy*. Obtido de The Geopolitics: <https://thegeopolitics.com/the-complete-story-of-debt-trap-diplomacy/>
- Akhtar, L. (2016). *Research in Social Science: Interdisciplinary Perspectives*.
- Ashraf, J. (2017). String of Pearls and China's Emerging Strategic Culture. *37(4)*, 166-181. doi:10.53532
- Badawi, H. (2025). China's String of Pearls Strategy: Asserting Maritime Dominance in the Indian Ocean. *International Journal of Politics and Security*, *7(1)*, 1-19. doi:10.53451
- Bagchi, I. (02 de setembro de 2011). China harasses Indian naval ship on South China Sea. *The Times of India*. Obtido de <https://timesofindia.indiatimes.com/india/China-harasses-Indian-naval-ship-on-South-China-Sea/articleshow/9829900.cms>
- Barranco, J. B. (2022). *Taiwan: The Key to Containing China in the Indo-Pacific. A strategy of deterrence to maintain the US-led, rules-based global System*. Atlantic Council. Scowcroft Center for Strategy and Security. ISBN-13. .
- Beaufre, A. (2004). *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Berlin, D. L. (2006). India in the Indian Ocean. *Naval War College Review*, *59(2)*.
- Bhattacharya, S. (2021). Can India's Necklace of Diamonds Strategy Defeat the China's String of Pearls. *International Journal of Recent Advances in Multidisciplinary Topics*, *2(11)*. doi:2582-7839
- Bhonsale, M. S., & Bansal, D. (05 de outubro de 2024). India's Indo-Pacific Strategy. *Strengthening Partnerships and Navigating Challenges*, pp. 01-10.
- Bo, Z. (11 de fevereiro de 2014). *The String of Pearls and the Maritime Silk Road*. Obtido de China US Focus: <https://www.chinausfocus.com/foreign-policy/the-string-of-pearls-and-the-maritime-silk-road>

- Bouchard, C., & Crumplin, W. (2010). Neglected no longer: the Indian Ocean at the forefront of world geopolitics and global geostrategy. (Routledge, Ed.) *Journal of the Indian Ocean Region.*, 6(1), 26-51. doi:10.1080/19480881.201
- Brewster, D. (2012). *India as and Asia-Pacific Power*. Routledge. doi:978-0-415-61761-1
- Brewster, D. (17 de junho de 2014). Beyond the ‘String of Pearls’: is there really a Sino-Indian security dilemma in the Indian Ocean? *Journal of the Indian Ocean Region*, 10, 133-149. Obtido em 09 de outubro de 2025, de <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19480881.2014.922350?>
- Britannica, E. (s.d.). *History of The Great Wall*. Obtido de britannica.com: <https://www.britannica.com/topic/Great-Wall-of-China?>
- Carminha, J. C. (1982). *Delineamentos da Estratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.
- Chacko, P. (2014). The rise of the Indo-Pacific: understanding ideational change and continuity in India's foreign policy. *Australian Journal of International Affairs*, 448.
- Chaturvedi, R. (2022). *Re-coding Alfred Thayer Mahan in Indian Context*. Obtido de Newsinc24: <https://www.newsinc24.com/news/re-coding-alfred-thayer-mahan-in-indian-context>
- Chaudhury, D. (2007). *Boosting maritime capabilities in the Indian Ocean*. Obtido de Worldpress: <http://www.worldpress.org/Asia/2908.cfm>
- Chellaney, B. (2011). *Water: Asia's New Battleground*. Washington D.C.: Georgetown University Press. doi:978-1-58901-771-9
- Chen, Z. (2019). Toward a global network revolution: Zheng He's maritime voyages and tribute-Trade relations between China and the Indian Ocean world. Em *China and Asia* (1 ed., Vol. 1, pp. 03-49).
- Choudhury, D. (08 de maio de 2024). Convergence of the Indo-Pacific with the Indian Ocean—Is a Maritime-Centric Approach Enough?: An Indian Perspective. *Journal of Indo-Pacific Affairs*. Obtido em 01 de dezembro de 2025, de https://www.airuniversity.af.edu/JIPA/Display/Article/3766926/convergence-of-the-indo-pacific-with-the-indian-oceanis-a-maritime-centric-appr/#_ftn6
- Cole, B. (2013). *Asian Maritime Strategies: Navigating Troubled Waters*. Annapolis: Naval Institute Press.
- Cole, B. D. (26 de março de 2024). The Evolution of China's Naval Strategy. *Mapping China's Strategic Space*. Obtido de <https://strategicspace.nbr.org/the-evolution-of-chinas-naval-strategy/>
- Cordesman, A. H. (2019). *China's New 2019 Defense White Paper*. Center for Strategic & International Studies. Obtido em 01 de dezembro de 2025, de https://www.csis.org/analysis/chinas-new-2019-defense-white-paper?utm_source=chatgpt.com

- Couto, A. C. (1988). *Elementos da Estratégia* (Vol. 2). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Creswell, J. W. (2007). *Qualitative Inquiry & Research Design: Choosing Among Five Approaches* (2 ed.). University of Nebraska: Sage Publications.
- Curtis, L., & Samaranayake, N. (2024). Countering Coercion: Managing Chinese Gray Zone Activity in the South China Sea and Indian Ocean Region. *Center for New American Security*. Obtido de https://s3.us-east-1.amazonaws.com/files.cnas.org/documents/MaritimeSecurity_2024_032924.pdf
- Dantas, A. L. (2020). *A Estratégia Naval da Índia e a Geopolítica do Oceano Índico no Século XXI: uma análise à luz da teoria do Sea Power do Almirante Mahan*. Rio de Janeiro: Escola da Guerra Naval. Obtido de https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/CEMOS_114_MONO_CC_CA_TAVARES.pdf
- David, C. P. (2001). A Guerra e a Paz. *Abordagem Contemporânea da Segurança e da Estratégia*, pp. 58-59.
- della Porta, D., & Keating, M. (2008). *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective*. Cambridge University Press. doi:13 978-0-511-42920-0
- Departamento da Defesa dos Estados Unidos da América. (2021). *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China*. Relatório Anual ao Congresso, Governo dos Estados Unidos da América. Obtido em 23 de março de 2025, de <https://media.defense.gov/2021/nov/03/2002885874/-1/-1/0/2021-cmpr-final.pdf>
- Dixit., J. (2003). *India's Foreign Policy: 1947–2003*. New Delhi: Picus Books.
- Doraibabu, M., & Godbole, A. (2023). *A Decade of Transformation: Signalling Power and Partnerships*. Gurgaon: HarperCollins.
- Durai, S. (18 de agosto de 2025). *India's Maritime Vision: from SAGAR to Indo-Pacific to MAHASAGAR*. Obtido de SAGAR to MAHASAGAR: https://eoibelgrade.gov.in/public_files/assets/pdf/SAGAR_to_MAHASAGAR_18_08_2025.pdf
- Embassy of India. (12 de novembro de 2025). *Overview of Indian Economy*. Obtido de France & Principality of Monaco: <https://www.eoiparis.gov.in/page/overview-of-indian-economy/>
- Fong, C. (10 de setembro de 2025). *The China-India Relationship: Between Cooperation and Competition*. Obtido de Council of Foreign Relations: <https://www.cfr.org/backgrounder/china-india-relationship-between-cooperation-and-competition>
- Gabriel, J. P., Mandelbaum, H. G., Carvalho, C. E., & Artioli, M. (2021). Nacionalismo na Índia de Narendra Modi e do Bharatiya Janata Party (BJP). *Mural Internacional*. doi:10.12957/rmi.2021.60103

- Ghoshal, D. (02 de setembro de 2022). *Modi commissions India's first home-built aircraft carrier in defence push*. Obtido de Reuters: <https://www.reuters.com/world/india/modi-commissions-indias-first-home-built-aircraft-carrier-defence-push-2022-09-02/#:~:text=contentious%20borders>
- Gil, A. C. (2002). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5 ed.). São Paulo: Atlas.
- Government of India. (2007). *Indian Maritime Doctrine*. New Delhi: Headquarters of the Ministry of Defence (Navy).
- Government of India. (2016). *Indian Maritime Doctrine, Indian Navy Naval Strategic Publication 1.1*. New Delhi: Integrated Headquarters (IHQ) of the Ministry of Defence (MoD) Navy.
- Government of India. (03 de fevereiro de 2021). *Joint Maritime Exercise*. Obtido de Press Information Bureau: <https://pib.gov.in/Pressreleaseshare.aspx?PRID=1694881>
- Government of India. (2024). *Pancheel*. Obtido de Ministry of External Affairs: https://www.mea.gov.in/uploads/publicationdocs/191_panchsheel.pdf
- Government of India. (s.d.). *PMÍNDIA*. Obtido de Make In India: https://www.pmindia.gov.in/en/major_initiatives/make-in-india/
- Gray, C. S. (1999). Inescapable Geography. *The Journal of Strategic Studies*, 22, 169.
- Haldar, S. (2025). Advancing India's Maritime Interests Through Naval Diplomacy. *ORF. Observer Research Foundation*(794). Obtido de <https://www.orfonline.org/public/uploads/posts/pdf/20250416104113.pdf>
- Hall, I. (2017). Narendra Modi and India's normative power. *International Affairs*, 113-131.
- Haruko, W. (2020). The "Indo-Pacific" Concept: Geographical Adjustment and their Implications. *RSIS Working Paper*. Obtido de <https://www.rsis.edu.sg/rsis-publication/rsis/the-indo-pacific-concept/>
- Hayashi, Y. (17 de janeiro de 2013). Abe's Diamond Defense Diplomacy. *The Wall Street Journal*. Obtido de <https://www.wsj.com/articles/BL-JRTB-13473>.
- He, K. (2018). Three Faces of the Indo-Pacific: Understanding the Indo-Pacific from an IR -Theory Perspective. *East Asia*, 35, 149–161. Obtido de <https://doi.org/10.1007/s12140018-9286-5>
- He, K., & Feng, H. (2020). The institutionalization of the Indo-Pacific: problems and prospects. *International Affairs*, 149-168.
- He, K., & Li, M. (2020). *Understanding the dynamics of the Indo-Pacific: US–China strategic competition, regional actors, and beyond* (Vol. 96). (I. Affairs, Ed.) Obtido em 27 de maio de 2025, de <https://pt.annas-archive.org/scidb/10.1093/ia/iiz242/>

- Heath, T. R., Robinson, E., Curriden, C., Grossman, D., Lilly, S., Egel, D., & Tarini, G. (. (2023). *Disrupting the Chinese Military in Competition and Low-Intensity Conflict: An Analysis of People's Liberation Army Missions, Tasks and Potential Vulnerabilities*. RAND Corporation.
- Heiduk, F., & Wacker, G. (2020). *From Asia-Pacific to Indo-Pacific: Significance, Implementation and Challenges*. Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik. Obtido de https://www.swp-berlin.org/publications/products/research_papers/2020RP09_IndoPacific.pdf
- Holmes, J. R., Winner, A. C., & Yoshihara, T. (2009). *Indian Naval Strategy in the Twenty-first Century*. (C. S. History, Ed.) Routledge. doi:1366-9478
- Hou, W. C., Sheang, L. K., & Hidajat, B. W. (2005). *Sun Tzu: A Arte da Guerra e do Gerenciamento* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Record.
- Indian Navy. (2015). *Ensuring Secure Seas: Indian Maritime Security Strategy*. Government of India, Naval Strategic Publication (NSP). doi:978-93-81722-22-0
- International Energy Agency. (2018). *Key World Energy Statistics 2018*. IEA. Obtido de <https://webstore.iea.org/key-world-energy-statistics-2018>
- Jaknanihan, A. A. (2022). Beyond Inclusion: Explaining China's Rejection on the Indo-Pacific Regional Construct. *Global: Jurnal Politik Internasional*., 24(1), 35-62. doi:10.7454/global.v24i1.667
- Jayanth, J. (30 de maio de 2018). Indonesia agree to step up defence and maratime cooperation during Modi's visit. *Hindustan Times*. Obtido de <https://www.hindustantimes.com/india-news/india-indonesia-agree-to-stepup-defence-and-maritime-cooperation-during-modi-visit/story-vMI9DjVMMAwHRPS7qYxkqI.html>
- Jha, Y. (2022). Necklace of Diamonds vs String of Pearls: India-China standoff. *The Times of India*. Obtido em 04 de novembro de 2025, de <https://timesofindia.indiatimes.com/readersblog/youthwrites/necklace-of-diamonds-vs-string-of-pearls-india-china-standoff-43458/>
- Jonghyuk, L. (27 de abril de 2023). *Understanding China's Strategic Culture: A Clash of Realpolitik and Cultural Moralism*. Obtido de RSIS Nanyang Technological University: <https://rsis.edu.sg/rsis-publication/rsis/understanding-chinas-strategic-culture-a-clash-of-realpolitik-and-cultural-moralism/>
- Joseph, B. S. (28 de fevereiro de 2024). *Middle Power Minilateralism: An Effective Indo-Pacific Strategy for India?* Obtido de South Asian Voices: <https://southasianvoices.org/geo-m-in-n-middle-power-minilateralism-02-28-2024/>

- K., S. R. (2024). Revitalising India in the Indian Ocean: Indian Navy's Joint Maritime Exercises as a Strategy in the Indian Ocean towards the Global South. *ISDA Journal*, 34(3), 265-278. Obtido em 06 de outubro de 2025
- Kaplan, R. D. (2011). *Monsoon: The Indian Ocean and the Future of American Power*. Nova Iorque: Random House, Inc. doi:978-0-679-60405-1
- Kardon, I. B. (2023). *Geostrategic Competition for Military Basing in the Indian Ocean Region*. Washington: The Brookings Institution.
- Khurana, G. S. (janeiro de 2007). Security of Sea Lines: Prospects for India-Japan Cooperation. *Strategic Analysis (IDSA/ Routledge)*, 31(1), 139-153.
- Khurana, G. S. (2008). China's 'string of pearls' in the Indian ocean and its security implications. *Strategic Analysis*, 32(1), 01-39.
- Khurana, G. S. (2016). China as an Indian Ocean power: trends and implications. Em N. M. Foundation, *Maritime Affairs: Journal of the National Maritime Foundation of India* (pp. 13-24). Taylor & Francis Online.
- Khurana, G. S. (2017). *The 'Indo-Pacific' Concept: Retrospect and Prospect*. Obtido de National Maritime Foundation: Khurana, Gurpreet S. (2017). The 'Indo-Pacific' Concept: Retrospect <https://maritimeindia.org/ViewProfile/636215922419657386.pdf>([https://maritimeindia.org/View %20Profile/636215922419657386.pdf](https://maritimeindia.org/View%20Profile/636215922419657386.pdf))
- Kumar, D., Gapa, A. Z., & Chand, B. (26 de junho de 2025). China's Maritime Geoeconomic Strategy in the Western Indian Ocean Region. *Journal of Asian and African Studies*. doi:<https://doi.org/10.1177/00219096251345460>
- Kumar, S. (02 de março de 2009). *China's naval strategy: implications for India*. Obtido de Institute of Peace and Conflicts Studies (IPCS): [ipcs.org/article/navy/chinas-naval-strategy-implications-for-india-2823.html](https://www.ipcs.org/article/navy/chinas-naval-strategy-implications-for-india-2823.html).
- Kwatra, N., & Devulapalli, S. (2020). Mapped: How China has raised its clout in India's neighbourhood. *Mint*.
- Levathes, L. (1994). *When China Ruled the Seas: The Treasure Fleet of the Dragon Throne, 1405–1433*. Oxford University Press.
- Li, H. (2021). "The 'Indo-Pacific': Intellectual Origins and International Visions in Global Contexts. *Cambridge University Press*.
- Mahan, A. T. (1890). *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*. Obtido em 03 de julho de 2024, de <http://www.blackmask.com>

- Mahan, A. T. (2017[1900]). *The Problem of Asia: Its Affects upon International Politics*. Routledge. Obtido em 11 de julho de 2024
- Malhotra, A. (2022). India in the Indo-Pacific: Understanding India's Security Orientation towards Southeast and East Asia. *International and Security Studies*, 8. doi:10.3224/84742474
- Malone, D. M. (2011). *Does the Elephant Dance? Contemporary Indian Foreign Policy*. Oxford University Press.
- Matos, J. S. (2015). Estratégia Naval de Domínio do Oceano Índico, no início do Século XVI. *Anais do Clube Militar Naval, CXLV*, 515-531. Obtido em 28 de janeiro de 2025, de https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/53469/1/Estrategia_Naval_de_Dominio_do_Oceano_Indico.pdf.
- McDevitt, M. (19 de julho de 2016). *Becoming a Great "Maritime Power": A Chinese Dream*. Obtido de CIMSEC: <https://cimsec.org/becoming-great-maritime-power-chinese-dream/#:~:text=In%20November%202012%2C%20then%20president,1>
- Medcalf, R. (2020). *Contest for the Indo-Pacific: Why China Won't map the future*. Australia: La Trobe University Press.
- Medcalf, R.; Mohan, Raja C. (08 de agosto de 2014). *Responding to Indo-Pacific Rivalry: Australia, India, and Middle Power Coalitions*. Obtido de <https://www.lowyinstitute.org/publications/responding-indo-pacific-rivalry-australia-india-and-middle-power-coalitions>
- Ministry of Defence. (2021). *Year End Review – 2021 of Ministry of Defence*. Delhi. Obtido em 28 de novembro de 2025, de <https://www.pib.gov.in/pressreleasepage.aspx?prid=1786640®=3&lang=2>
- Ministry of External Affairs. (03 de setembro de 2016). *Joint Statement between India and Vietnam during the visit of Prime Minister to Vietnam*. Obtido de Government of India : <http://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/27362/Joint+Statement+between+India+and+Vietnam+during+the+visit+of+Prime+Minister+to+Vietnam>.
- Ministry of External Affairs. (01 de novembro de 2018). *Address by foreign secretary at the Regional Connectivity Conference: south Asia in the Indo-Pacific context*. Obtido de Government of India: <https://www.mea.gov.in/SpeechesStatements.htm?dtl/30556/Address+by+Foreign+Secretary+at+the+Regional+Connectivity+Conference++South+Asia+in+the+IndoPacific+Context>
- Ministry of External Affairs. (01 de junho de 2018). *Prime Minister's Keynote Address at Shangri La Dialogue (June 01, 2018)*. Obtido de Government of India: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/29943/Prime+Ministers+Keynote+Address+at+Shangri+La+Dialogue+June+01+2018>

Ministry of External Affairs. (2021). *Annual Report 2020-2021*. New Delhi. Obtido em outubro de 2025, de https://www.mea.gov.in/Uploads/PublicationDocs/33569_MEA_annual_Report.pdf

Ministry of External Affairs. (02 de dezembro de 2021). *Foreign Secretary's Remarks on 'Quad and Future of the Indo-Pacific' at the 5th India-US Forum*. Obtido de Government of India: https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/34571/Foreign_Secretarys_Remarks_on_Quad_and_Future_of_the_IndoPacific_at_the_5th_IndiaUS_Forum

Ministry of External Affairs. (s.d.). *Pansheel*. Obtido de Government of India: https://www.mea.gov.in/uploads/publicationdocs/191_panchsheel.pdf

Mohan, C. R. (2006). India and The Balance of Power. *Foreign Affairs*, 17-32. Obtido em 19 de novembro de 2024, de <https://cpb-us-w2.wpmucdn.com/u.osu.edu/dist/1/7682/files/2014/10/India-and-the-Balance-of-Power-1xtrodc.pdf>

Mohan, C. R. (2012). *Samudra Manthan: Sino-Indian Rivalry in the Indo-Pacific*. Washington D.C.: Carnegie Endowment for International Peace. Obtido em 25 de setembro de 2024

Mohan, C. R., & Mishra, S. (2018). India. Em J. F. Smith, *Asia's Quest for Balance China's Rise and Balancing in the Indo-Pacific*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.

Money Control World Desk. (05 de setembro de 2025). *India eyes a role in Malacca Straits Patrol: Why New Delhi plans to guard one of world's busiest sea lanes*. Obtido de Money Control: https://www.moneycontrol.com/world/india-eyes-a-role-in-malacca-straits-patrol-why-new-delhi-plans-to-guard-one-of-world-s-busiest-sea-lanes-article-13524919.html?utm_source=chatgpt.com

Mr. Modi's Ocean View. (17 de março de 2015). Mr. Modi's Ocean View. *The Hindu*. Obtido de <https://www.thehindu.com/opinion/editorial/Mr.-Modi%E2%80%99s-ocean-view/article59784372.ece>

Nair, J. N. (04 de dezembro de 2024). *India Navy - Transformation Through Innovations*. Obtido de Raksha Anirveda: <https://raksha-anirveda.com/indian-navy-transformation-through-innovations/?srsltid=AfmBOoqTipCHs-bqzxxxGpTVsyihYmXkbyppw0hIuCNZ9iFoNcTVpfxc>

Nanda, P. (2014). Indian Foreign Policy under Modi. *Indian Defence Review*. Obtido de <https://indiandefencereview.com/indian-foreign-policy-under-modi/>

Naval Technology. (2020). *India vs China: A comparison of the Indian and Chinese (PLA) Navies*. Obtido em 05 de novembro de 2025, de Naval Technology: <https://www.naval-technology.com/features/india-vs-china-indian-and-chinese-pla-navies-compared/?cf-view&cf-closed>

- Naval Technology. (2020). *India vs China: A comparison of the Indian and Chinese (PLA) Navies*. Obtido de <https://www.naval-technology.com/features/india-vs-china-indian-and-chinese-pla-navies-compared/>
- Nikolov, B. (03 de maio de 2025). *Admiral warns of China's naval shipbuilding surge over U.S.* Obtido de Bulgarian Military: <https://bulgarianmilitary.com/2025/05/03/admiral-warns-of-chinas-naval-shipbuilding-surge-over-u-s/#:~:text=In%20contrast%2C%20China%E2%80%99s%20People%E2%80%99s%20Liberation,International%20Studies%20in%20June%202024>
- Orbaiceta, G. V. (2022). Global Affairs. *Alfred Mahan's influence on China's naval doctrine*. Obtido de <https://en.unav.edu/web/global-affairs/influencia-de-alfred-mahan-en-la-doctrina-naval-de-china>
- Palmer, A., Carroll, H. H., & Velázquez, N. (05 de junho de 2024). *Unpacking China's Naval Buildup*. Obtido de Center for Strategic & International Studies: <https://www.csis.org/analysis/unpacking-chinas-naval-buildup#:~:text=States%E2%80%99%2073%20destroyers%20allow%20it,a%20new%20cruiser%20since%202016>
- Panikkar, K. M. (1945). *India and the Indian Ocean: An Essay on the Influence of Seapower on Indian History*. Londres: George Allen and Unwin.
- Pant, H. V., & Bommakanti, K. (04 de julho de 2019). India's national security: challenges and dilemmas. *International Affairs*, 95(4), 835-858. Obtido em outubro de 2025
- Pautasso, D., Nogara, T. S., & Ribeiro, E. H. (2020). A Nova Rota da Seda e as Relações Sino-Indianas: O Desafio "Colar de Pérolas". *Mural Internacional*, 11. doi:10.12957/rmi.2020.50594
- Pehrson, C. J. (2006). String of Pearls: Meeting the Challenge of China's Rising Power across the Asian Littoral. (S. S. College, Ed.) *arlisle Papers in Security Strategy*. doi:1-58487-250-0
- Pulipaka, S., & Musaddi, M. (2021). In Defence of the 'Indo-Pacific'. (O. R. Foundation, Ed.) *Concept*. Obtido em 20 de março de 2025, de <https://www.orfonline.org/public/uploads/posts/pdf/20230423113824.pdf>
- Raghavan, T. (17 de julho de 2019). The changing seas: antecedents of the Indo-Pacific. *The Telegraph*. Obtido de <https://www.telegraphindia.com/opinion/the-changing-seas-antecedents-of-the-indo-pacific/cid/1694598>
- Rajagopalan, R. (2020). Evasive balancing: India's unviable Indo-Pacific strategy. *International Affairs*, 96, 75-93. doi:10.1093/ia/iiz224

- Rajeev, N. (18 de fevereiro de 2025). India's Expanding Naval Presence in the Indo-Pacific. *IDSS Paper*.
Obtido de <https://rsis.edu.sg/rsis-publication/idss/ip25013-indias-expanding-naval-presence-in-the-indo-pacific/>
- Ramadhani, E. (2015). China in the Indian Ocean Region: The Confined "Fat-Seas Operations". *India Quarterly*, 71(2), 146-159. Obtido em 10 de outubro de 2025, de <http://www.jstor.org/stable/45072769>
- Raman, B. (28 de janeiro de 2008). China & India: Reality behind statistics. *South Asia Analysis Group*(2567).
- Rath, S. (2014). Maritime Strategy of India and China: Influence o Alfred Thayer Mahan. *Naval War College Journal*(26), 71-79. Obtido de https://www.indiannavy.nic.in/sites/default/themes/indiannavy/images/pdf/resources/article_7.pdf
- Ratner, E. (25 de janeiro de 2018). *Geostrategic and Military Drivers and Implications of the Belt and Road Initiative*. Obtido em 04 de novembro de 2025, de Council on Foreign Relations: https://www.uscc.gov/sites/default/files/Ratner_USCC%20Testimony%20CORRECTED.pdf
- Regiani, R. (2018). *Oceanopolítica da Índia: Uma peregrinação ao Mar*. Rio de Janeiro: Escola da Guerra Naval. Obtido de <https://pdfs.semanticscholar.org/d082/fe05666355cc98a46c49b3a62828f465c6e0.pdf>
- Rehman, I. (2009). Keeping the Dragon at Bay: India's Counter-Containment of China in Asia. *Asian Security*, 5(2), 140.
- Ribeiro, A. S. (2022). *Teoria Geral da Estratégia: O essencial ao processo estratégico*. Edições Almedina, SA. doi:978-972-40-3897-1
- Ripsman, N. M., Taliaferro, J. W., & Lobell, S. E. (2016). *Neoclassical Realist Theory of International Politics*. Oxford University Press.
- Rishti, N. T. (2024). Necklace of Diamon: The Indian Strategy to Counter China. *Bangladesh Institute of Peace and Security Studies*. Obtido em 02 de novembro de 2025, de https://bipss.org.bd/pdf/Necklace%20of%20Diamond%20The%20Indian%20Strategy%20to%20Counter%20China_Naoshin_July.pdf
- Rita, L. C. (2021). O Dragão Vai Ao Mar: A Expansão Naval Chinesa E Suas Implicações Estratégicas. *Revista Conjuntura Global*, 128-140.
- Rolland, N. (2024). "Positioning" China: Power and Identity. *Mapping China's Strategic Space*. Obtido de <https://strategicspace.nbr.org/positioning-china-power-and-identity/>

- Romaniuk, S., Fabe, A., & Kauner, C. (24 de agosto de 2023). *China's maritime expansion: An emerging security dilemma?* Obtido de Geopolitical Monitor: <https://www.geopoliticalmonitor.com/chinas-maritime-expansion-anemerging-security-dilemma/>
- Rossi, E. (20 de fevereiro de 2025). *The Pentagon Report: China's Military Rise and its Implications for the West*. Obtido de China Observers: <https://chinaobservers.eu/the-pentagon-report-chinas-military-rise-and-its-implications-for-the-west/#:~:text=As%20outlined%20by%20the%20Pentagon%E2%80%99s,The%20number%20of%20Operational>
- Salil, S. (2021). *China's Naval Capabilities & Implications for the Indo-Pacific*. Obtido de SP's Naval Forces: <https://www.spsnavalforces.com>
- Saran, S. (2017). *How India Sees the World: Kautilya to the 21st Century*. Nova Delhi: Juggernaut Books. doi:9789386228857
- SciencesPo. (2021). *Indo-Pacific seen from India 2021*. Obtido de Observatory Indo-Pacific: <https://www.sciencespo.fr/observatory-indo-pacific/indo-pacific-strategies/india/>.
- Scott, D. (2008). The great power 'great game' between India and China: logics of geography. *13*(1).
- Siddiqui, K. M., & Butt, S. J. (2021). Growing Chinese Presence in the Indian Ocean: Prospects and Challenges. *Strategic Studies*, 64-81. Obtido de <https://www.jstor.org/stable/48732275>
- Silva, L. F. (2023). *A Evolução da Estratégia Naval da Índia entre 2010 e 2023: Um estudo sob a ótica das marinhas "modernas" e "pós-modernas"*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval. Obtido em 28 de janeiro de 2025, de https://www.repositorio.mar.mil.br/bitstream/ripcmb/846818/1/CEMOS_2023_DAFILON.pdf
- Singh, K., & Sen, G. (29 de fevereiro de 2024). India's Anti-Piracy Missions Were Years in the Making. *The Diplomat*. Obtido de <https://thediplomat.com/2024/02/indias-anti-piracy-missions-were-years-in-the-making/>
- Singh, M. (2006). Declaração do Primeiro-Ministro Manmohan Singh na Conferência Empresarial da Sociedade Asiática. Mumbai. Obtido de www.rediff.com/money/2006/mar/18asoc.htm
- Smith, M. L. (2011). Strategic Theory. *What it is...and just as importantly, what it isn't*. Obtido de <https://www.e-ir.info/pdf/8435>
- Tai, A. (2024). A Critical Analysis of China's Debt Trap. *Journal of Electrical Systems*, 6196-6199.
- Tan, H. (09 de junho de 2024). India's race to overtake China will intensify after Modi's reelection because they have the same obsession, analyst says. *Business Insider*. Obtido em 05 de novembro de 2025,

de <https://www.businessinsider.com/india-race-overtake-china-manufacturing-intensify-modi-reelection-self-reliance-2024-6>

Tarapore, A. (12 de setembro de 2024). Engaging with reality in the Indian Ocean. *United States Studies Centre*. Obtido de <https://www.usssc.edu.au/engaging-with-reality-in-the-indian-ocean>

The Economic Times. (2019). Navy working on mega plan to bolster operational capabilities. *The Economic Times*. Obtido em 06 de novembro de 2025, de <https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/navy-working-on-mega-plan-to-bolster-operational-capabilities/articleshow/69044962.cms>

The Economic Times. (2025). How India aims to build a blue-water Navy of 200+ ships capable of reaching any corner of the globe. *The Economic Times*. Obtido de <https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/how-india-aims-to-build-a-blue-water-navy-of-200-ships-capable-of-reaching-any-corner-of-the-globe/articleshow/123863848.cms>

The Economist. (2017). The world's most powerful man. Xi Jinping has more clout than Donald Trump. The World should be wary. Obtido de <https://www.economist.com/leaders/2017/10/14/xi-jinping-has-more-clout-than-donald-trump-the-world-should-be-wary>

The International Institute for Strategic Studies. (2025). *The Military Balance 2025*. Routledge.

The State Council Information Office of the People's Republic of China. (2019). *China's National Defense in the New Era*. Beijing, China: Foreign Languages Press Co. Ltd. doi:978-119-11925-0

The Times of India. (02 de setembro de 2022). How India-made INS Vikrant will boost Navy's firepower, help keep eye in China. *The Times of India*. Obtido em 28 de novembro de 2025, de <https://timesofindia.indiatimes.com/india/why-aircraft-carriers-are-considered-the-most-valuable-sea-based-asset/articleshow/93861349.cms>

The Times of India. (2024). China largest trading partner of India in FY24 with USD 118.4 bn; US second with USD 118.3 bn. *The Times of India*.

Tomé, L. (2019). Espaço "Indo-Pacífico": O Fator China e Motivações Geopolíticas. Em I. d. Nacional, *Geopolítica Aplicada* (pp. 66-100). Obtido em 14 de outubro de 2025, de <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao/Documents/NeD151/NeD151.pdf>

Total Military Insight. (2024). *Comprehensive Overview of the Indian Navy's Role and Structure*. Obtido em 08 de julho de 2025, de Comprehensive Overview of the Indian Navy's Role and Structure - Total Military Insight

- Try, T. (2024). *China's Vision for Global Security: Implications for Southeast Asia*. . Obtido de United States Institute of Peace: <https://www.usip.org/publications/2024/04/chinas-vision-global-security-implications-southeast-asia>
- Upadhyaya, S. (2017). Expansion of China maritime power in the Indian Ocean: implications for India. *Defence Studies*, 17(1), 63-83. doi:10.1080/14702436.2016.1271720
- Upadhyaya, S. (2020). *India's Maritime Strategy: Balancing Regional Ambitions and China*. Routledge.
- US Department of Defense. (2019). *Indo-Pacific Strategy Report: Preparedness, Partnerships and Promoting A Networked Region*. Obtido de <https://media.defense.gov/2019/Jul/01/2002152311/-1/-1/1/DEPARTMENT-OF-DEFENSE-INDO-PACIFIC-STRATEGYREPORT-2019.PDF>
- VisionIAS. (2024). *India & The Indian Ocean. Updated Value Addition Material 2024*. Obtido de VisionIAS: https://cdn.visionias.in/value_added_material/d2c94-5--india-and-the-indian-ocean.pdf
- Waltz, K. N. (1986). Reflections on Theory of International Politics: A Response to My Critics. Em R. Keohane, *Neorealism and Its Critics*. New York: Columbia University Press.
- Ward, J. M. (1948). *British Policy in the South Pacific, 1796-1893*. Sydney: Australiasian Publishers.
- Wezeman, P. D., Kuimova, A., & Wezeman, S. T. (março de 2021). *Trends in International Arms Transfers, 2020*. Obtido de Stockholm International Peace Research Institute: <https://www.sipri.org/publications/2021/sipri-fact-sheets/trends-international-arms-transfers-2020>
- World Trade Organization. (2018). *Trade Profiles: China*. Obtido de WTO: <http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCcountryPFView.aspx?Country=CN>
- Xinhua. (26 de maio de 2015). Full Text: China's military strategy. . (M. o. China., Ed.) Obtido de http://eng.mod.gov.cn/Press/2015-05/26/content_4586805_4.htm
- Xinhua. (novembro de 15 de 2019). *China signs 197 B&R cooperation documents with 137 countries, 30 international organizations*. Obtido de http://www.xinhuanet.com/english/2019-11/15/c_138558369.htm
- Xinhua. (12 de maio de 2025). *Abstract of White paper on China's national security in new era*. Obtido de The State Council The People's Republic of China: https://english.www.gov.cn/news/202505/12/content_WS6821a354c6d0868f4e8f279a.html
- Xinhua. (02 de janeiro de 2019). *Highlights of Xi's speech at gathering marking 40th anniversary of Message to Compatriots in Taiwan*. (G. o. India, Ed.) Obtido de Xinhua: http://www.xinhuanet.com/english/2019-01/02/c_137715300.htm
- Zhang, M. (2006). The Malacca dilemma and the Chinese Navy's strategic choices. *Modern Ships*(274).

Zubrzycki, J. (2022). *The Shortest History of India* (Vol. 1ª Edição). Lisboa: Editorial Presença.